

R\$ 6,00

www.etm.com.br

ISSN 0101-7993



217



CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

Um país em leilão

AMEAÇA AO BRASIL

IRÃ

Avanços
democráticos

EUROPA

Reação à espionagem
norte-americana

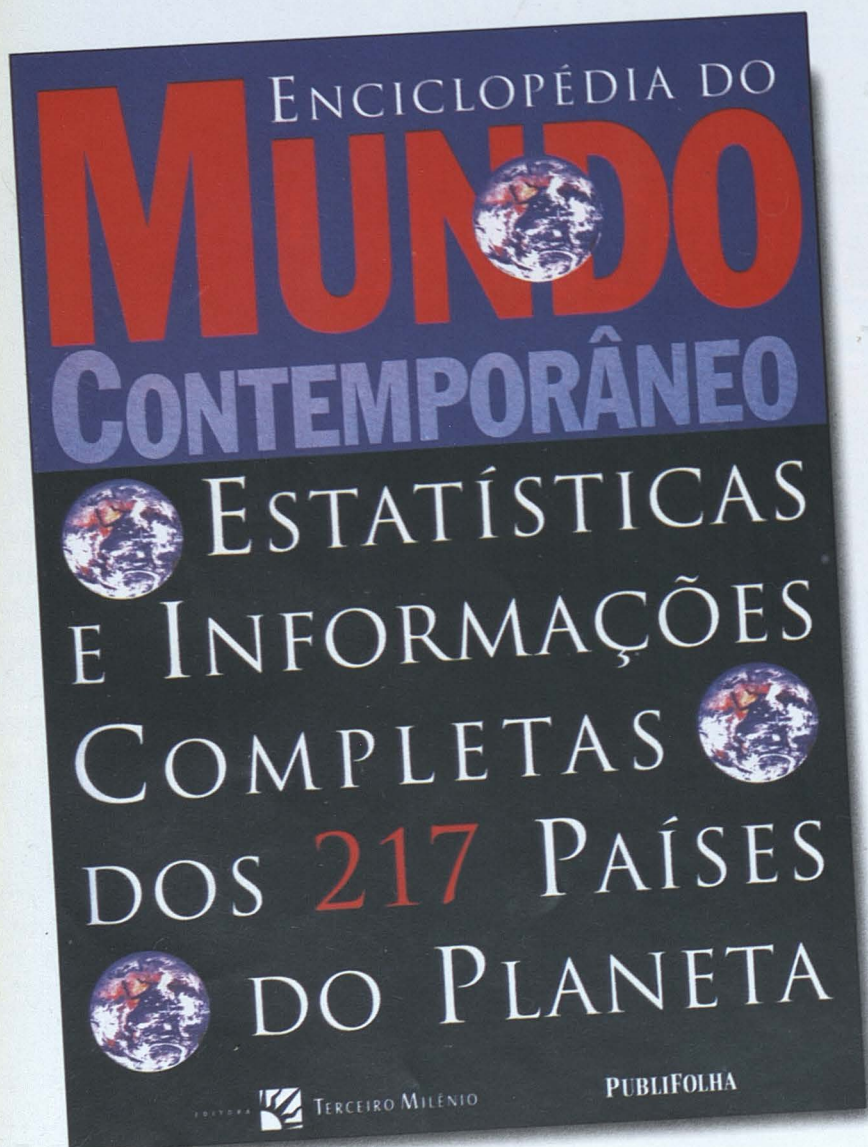
AMAZÔNIA

Soberania e
desenvolvimento

EXCLUSIVO CHILE: A nova era socialista

Peça já o seu exemplar

A *Enciclopédia do Mundo Contemporâneo* é resultado de um amplo trabalho de pesquisa coordenado pelo Instituto do Terceiro Mundo, do Uruguai, e realizado mediante a cooperação de uma rede internacional de pesquisadores, editores e entidades civis. É publicada em espanhol e inglês desde 1979. A presente edição em português é uma parceria da Editora Terceiro Milênio e a PubliFolha.



“Um instrumento de trabalho imprescindível para quem se interessa pelos temas da atualidade”

Le Monde Diplomatique, Paris

Preço: R\$ 54,00

Pagamento somente com cartão de crédito

Tel: (0XX21) 221-7511

Se preferir faça o seu pedido por fax:

(0XX21) 252-8455

ou pela Internet:

e-mail: etm@etm.com.br

<http://www.etm.com.br>

EDITORA



TERCEIRO MILÊNIO

PUBLIFOLHA

Um país em leilão

O brasileiro realizou uma das mais marcantes proezas do século XX, ao industrializar a economia do país com vontade, otimismo, perspicácia, inteligência - e muita coragem. Um povo que mostrou que sabe fazer. Mas disseram-lhe que agora tudo é diferente e que ele não pode, não sabe fazer. Sob suas vistas assombradas, passaram a outras mãos quase tudo o que ele construiu e que constituía seu orgulho e sua garantia de futuro. Tem sido tudo muito rápido - o país foi posto em leilão.

Esta é a história que o leitor verá na reportagem de capa - uma extensa e arriscada desnacionalização, em nome de algumas idéias fluidas envolvendo muitos interesses e diversos preconceitos, como o de que o brasileiro é incapaz. O brasileiro está sendo culpado até pelo desemprego gerado pelo novo modelo que se quer implantar.

O sucesso brasileiro do século XX decorreu da aliança entre o Estado, as elites e o povo, entrelaçados num projeto de desenvolvimento nacional. Conseguiram.

Mas as elites se encantaram com o discurso da globalização: voltaram-se contra o Estado, cujo aparelho foi entregue a fiéis da mundialização passiva. E voltaram-se contra o povo, desestruturando o sistema de trabalho e de segurança social. Veio a desestatização estrangeirante e nossas elites ficaram de fora dos grandes negócios. Depois começaram a perder ou a ter ameaçadas suas próprias empresas - a indústria, os bancos, o comércio. Estão assustadas. Com

razão. Não terão sequer a desculpa dos chineses do século XIX, que viram a pátria fatiada por dezenas de países, mas sempre por que eram vencidos pelas armas, até que aprenderam a usá-las.

Das nossas elites, a história contará que talvez não tiveram qualquer sentimento de pátria e a venderam, caindo no conto do paco - viram o tamanho da mala e entregaram tudo, em troca. Mas a mala só tinha jornais velhos, com antigas histórias de espertezas malsucedidas.

Ainda nesta edição, uma reportagem especial sobre a Amazônia revela os temores com o descaso com que a região é tratada, sem levar em conta sua importância, que desperta há séculos a gula dos mais ricos.

Na seção internacional, a entrevista exclusiva com o novo presidente do Chile, Ricardo Lagos, estimula a reflexão de todos que sabem quão agudos são os desafios políticos daquele país.

Ampla reportagem analisa também o caso iraniano, onde a linha moderada do presidente Khatami conquistou maioria no Parlamento, o que, porém, pode aprofundar o conflito com os radicais conservadores. E, de novo, voltamos ao escândalo da espionagem eletrônica norte-americana, que ouve por dia milhões de telefones e a respeito da qual a nossa revista publicou uma extensa matéria, um verdadeiro furo, em meados de 1999. Ânimo e boa leitura.

Os editores

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

ISSN 0101-7993

Nº 217 - Fev / Mar 2000

EDITORA



TERCEIRO MILÊNIO

Rua Conde de Lages, 44 - Grupos: 508/ 509/ 510 - CEP 20241- 080 - Lapa - Rio de Janeiro RJ - Brasil

Tel: (0 XX 21) 221-7511 - Fax: (0 XX 21) 252-8455

E-mail: etm@etm.com.br Internet: <http://www.etm.com.br>

Publicação com informação e análise das realidades dos países emergentes

FUNDADOR: Neiva Moreira

DIRETORA: Beatriz Bissio

DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini

EDITOR: Procópio Mineiro

CONSULTORES: Darcy Ribeiro (in memoriam)

Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano

(Uruguai) e Juan Somavia (Chile)

Publicidade:

São Paulo: J.R. Comunicação e Publicidade

Rua Paulo Ribeiro Coelho, 594 - Butantã - SP -

05374-000 - Tel/Fax: (011) 810-4541/5828

Belo Horizonte: KSD publicidade Ltda.

Rua Rio Grande do Sul, 756 / 808 - MG -

Cep 30170-110 - Tel: (0XX31) 335-9628

Fortaleza: AJS- Assessoria e Marketing Ltda.

R. Guilherme Rocha, 218/503 - Cep 60.030-140

Fortaleza - CE - Tel.: (0XX85) 226-7560 / 999-9924

DEPTO DE ASSINATURAS:

Tel: (0XX 21) 221-7511 Fax: (0 XX 21) 252-8455

E-mail: Assinaturas@etm.com.br

Pagamentos: Cheque nominal à Editora Terceiro

Milênio e todos os cartões de crédito

NÚMEROS ATRASADOS: Ao preço do último exem-

plar, desde que disponível no estoque. Solicitar envio

ao Departamento de Assinaturas, acrescentando

30% ao valor do pedido para postagem ou adquiri-los diretamente na sede da Editora, no Rio de Janeiro.

DISTRIBUIÇÃO:

BRASIL: Fernando Chinaglia - Tel: (021) 575-7766

FOTOS: José Barros de Amarante, Agence France

Presse (AFP) e CEDOC.

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os ser-

viços da: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA

(Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia),

WAFA (Palestina), e a rede de agências dos Países

Não-Alinhados.

Filiada à **ANER**

Moçambique

Nasci, vivi e cresci na capital do mundo, que os poetas chamaram "A Ilha de Todos", hoje patrimônio cultural da Humanidade segundo a Unesco. É na qualidade de representante europeu do Círculo de Mulheres da Ilha de Moçambique (CMIM) que tomo a liberdade de dirigir um apelo à comunidade lusófona, para pedir a colaboração de todos os interessados em aderir à iniciativa da população da Ilha de Moçambique em preservar o seu patrimônio cultural.

O CMIM está organizando uma exposição itinerante de fotos alusivas àquele pedaço de terra plantado no oceano Índico, em vias de desaparecer. Caso estejam interessados em apoiar a nossa iniciativa, queiram por favor enviar os endereços para poder expedir informações mais detalhadas sobre o tema da exposição: como salvar a Ilha de Moçambique?

Carlos Magalhães
pintomagalhaes@hotmail.com
Círculo de Mulheres da Ilha de Moçambique

FHC

Peço uso desse poderoso instrumento formador de opinião, que é **cadernos do terceiro mundo**, que como canal aberto a todas as linhas de pensamento tem alertado a sociedade brasileira sobre os riscos e os males do modelo econômico implantado por FHC, fundamentado na teoria do neoliberalismo. (...) Não podemos mais tolerar o desrespeito à soberania do Brasil, com o FMI ditando as regras que bem quer.

Que falta faz ao Brasil um homem como o presidente Vargas, pois foi o único governante que teve pulso para dirigir o Brasil com uma política de desenvolvimento com justiça social, pois ele investiu capitais públicos para criar empresas que ainda hoje impulsionam o desenvolvimento, protegeu trabalhadores e combateu a exploração dos grandes grupos econômicos internacionais. Vamos fazer desse país uma nação de todos. Verdadeiramente democrática e soberana, constituída por autoridades servidoras e cidadãos conscientes.

Hipólito Silva Cruz
São José de Ribamar-MA

Angola

Por participarem de uma manifestação pacífica, foram detidas, na manhã do dia 25 de fevereiro, em Luanda, Angola, 10 pessoas, dentre as quais Filomeno Vieira Lopes, vice-presidente da Campanha Africana Jubileu 2000 (campanha para a abolição da dívida externa dos países africanos). Filomeno é ainda vice-presidente da Liga Africana (organização cívica e cultural angolana), membro do Grupo de Reflexão para a Paz (Garp) e da Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (Adra), ONG angolana, militante da Frente para a Democracia, a FpD (partido da oposição com assento na Assembleia Nacional) e economista da Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol).

Solicitamos a todos que nos mobilizemos de forma a obter a rápida libertação destes cidadãos, bem como a reparação dos danos provocados, e que se exija o respeito pelos direitos e liberdades consignados pela Lei Constitucional de Angola, para além das declarações internacionais relativas aos Direitos do Homem ratificadas pelo Estado angolano.

Antônio Teixeira - Vice-presidente
da Liga Angolana Jubileu 2000
adra-lbengo@angonet.org

Censura

A informação sempre foi alvo de regimes ditatoriais ao longo da história. O controle dos veículos de informação é usado até hoje em vários lugares do planeta para garantir a permanência e a impunidade daqueles que fazem do poder a sua alcova. Assim conseguem manter o povo ignorante e ao mesmo tempo fazem o adestramento ideológico. A Internet, este poderoso meio de comunicação nunca antes imaginado pelo ser humano, consegue com sua virtualidade romper fronteiras e em questão de segundos difundir idéias e informação pelo mundo inteiro. Os ditadores e os inimigos do conhecimento popular estão tendo muito trabalho para conseguir conter este meio de comunicação por decreto.

Neste momento existem milhões de pessoas privadas de informação, especialmente via Internet. Estou me referindo aos países que

ainda proíbem ou controlam a Internet para a população. Vamos a relação dos inimigos da WEB: Arábia Saudita, Irã, Iraque, China, Coreia do Norte, Líbia, Cazaquistão, Sudão, Serra Leoa, Síria, Tunísia, Afeganistão, entre outros.

Estes países estão diante de um dilema: ou abrem mão do monopólio estatal da informação e avançam tecnologicamente ou padecerão no atraso tecnológico na Era da Informação. Mas precisamos ficar atentos às investidas de países ditos democráticos que pretendem controlar nosso acesso à Internet. Usam vários argumentos para convencer a opinião pública que o livre acesso via Internet causa males às pessoas. Diante disso, resta-nos aguardar e torcer para que ocorra com a Internet o mesmo aconteceu com o rádio, a televisão e a imprensa escrita: cresceram, massificaram e romperam as barreiras da censura daqueles que ainda insistem em manter a ignorância do povo por decreto.

Prof. Uelton Santos
Vitória - ES
usa@escelsa.com.br

Rádios Comunitárias

Gostaria de parabenizar toda a equipe de **cadernos do terceiro mundo** pelo excelente nível da revista e pela sensibilidade na escolha dos assuntos que realmente mostram nossa realidade, conscientizando para que haja mudanças que nosso país necessita.

A matéria "20 mil rádios comunitárias sob ameaça", do número 215 (dezembro de 1999/janeiro de 2000) é uma divulgação séria e responsável sobre essa grande conquista para os meios de comunicação no Brasil, que são as rádios comunitárias. Esse trabalho é uma grande força para nós e esperamos que os apoios ao nosso movimento possam crescer a cada dia para chegarmos ao objetivo maior de legalização das rádios comunitárias em todo o Brasil.

José Braz Alves dos Santos
Presidente da Associação
de Radiodifusão Comunitária
de Burity Bravo-MA

O que eles dizem...

“Não dá para uma família sobreviver com salário mínimo. Nem se aumentar para 100 dólares. Não tem como uma família sobreviver com isso.”

Ronaldinho Gaúcho, jogador de futebol, durante solenidade no Senado

“Em 10 anos, 6.113 empresas estrangeiras investiram pouco mais de 79 bilhões de dólares e subtraíram da nossa economia, no mesmo período, mais de 219 bilhões.”

F. C. de Sá Benevides,
Jornal do Commercio

“A globalização produziu claramente um nível muito mais disseminado de ansiedade. A economia global não é, atualmente, capaz de prover emprego decente para um número suficiente de pessoas.”

Juan Somavía, secretário-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), durante a X Conferência Geral da UNCTAD, em Bancoc, Tailândia

“O ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, prometeu telefone para todos os índios brasileiros. Coitados. Se o serviço for Telemar, e fiscalizado pela Anatel, é melhor manter o velho sistema da fumaça.”

Cláudio Humberto, jornalista,
em sua coluna na Internet

“Lula é a negação de FHC. Itamar vai se mostrar como um arrependido de ter criado FHC. Ciro dirá que não tem os defeitos dos outros. O Serra é um genérico.”

Anthony Garotinho, fazendo uma análise do cenário eleitoral para 2002, no *Jornal do Brasil*

“Condeno os fóruns internacionais para solucionar divergências com a Argentina. Isso é errado e perde a visão maior da integração. Peitar angolanos é fácil; difícil é o FMI. Caímos na sabedo-

"Uma torta na cara é um embaraço leve se comparado ao sofrimento tremendo que o FMI, sob Camdessus, infligiu aos povos do Sul"

Robert Nainan, manifestante, após "homenagear" o antigo presidente do FMI com uma torta na cara durante o X Encontro da UNCTAD, realizado em Bancoc, na Tailândia

ria popular dos provérbios: ‘A gente é duro para quem é mole.’”

José Sarney, Estado do Maranhão

“Não devemos nos sentir tristes. Ele retorna ao Chile, mas não como um homem declarado inocente. Chega condenado pelo mundo, graças aos judiciários espanhol e britânico. Obrigado a eles.”

Viviana Díaz, ativista chilena dos direitos humanos

“Não chegamos à etapa final, fazer Pinochet responder por seus crimes horrendos. Mas conseguimos demonstrar que um ditador já não fica mais fora do alcance da Justiça, o que era impensável há alguns anos.”

Louis Michel, chanceler da Bélgica

“Os céus de São Paulo, a capital financeira da América Latina, estão lotados de helicópteros. Como uma frota de limousines aéreas, os helicópteros são cada vez

mais rotineiros na vida de privilegiados paulistanos que cruzam os céus, fugindo dos engarrafamentos, para ir para ao trabalho, a encontros importantes e até à igreja. É mais fácil um rico comprar um helicóptero do que um trabalhador comprar um carro.”

Trecho de reportagem do The New York Times

“Posso até acreditar na boa fé desses senhores do capital internacional. Mas é difícil ficar otimista com essas declarações, na esperança de que os ricos venham a ajudar os pobres. Pela experiência histórica, sou obrigado a duvidar que as palavras se transformem em ações, sobretudo na hora de assinar cheques e documentos destinados a fundo perdido, sem possibilidades de retorno ou lucro.

Nessa esperança, o Brasil se desilude há muito tempo e nunca chegamos a ver nenhuma demonstração efetiva de ajuda desinteressada. E nem por isso devemos culpar os estrangeiros, pois sempre foi claro e lógico que cada país deve, acima de tudo, cuidar primeiro dos próprios interesses. Acredito que o Brasil está maduro para deixar de lado a utopia e entrar na realidade com pulso firme, direcionando o país para os seus verdadeiros interesses. Desviar-se das globalizações, privatizações e outros engodos, e rumar para um destino inteligente.

E, como já indicava Emerson, em 1837, procurando sempre “marchar sobre nossos próprios pés, trabalhar com nossas próprias mãos, falar segundo nossas próprias convicções.”

Barbosa Lima Sobrinho,
em artigo no Jornal do Brasil

“Se todos pensássemos igual, além de ser espantosamente chato, seria horrível.”

Jorge Battle, presidente eleito do Uruguai, durante visita ao norte do país, na revista *Posdata*

Sumário

FEV/MAR • 2000 • Nº 217 • Ano XXVI

- 2 **CARTAS**
- 3 **NA MÍDIA**
- 6 **PLANALTO**
- 9 **PANORAMA NACIONAL**

ENTREVISTA

- 20 **Nelson Brasil: Indústria química - Alienação da soberania**
Dirigente industrial critica desnacionalização e propõe a elaboração de projeto nacional de desenvolvimento que beneficie a população

REPORTAGEM

- 24 **Amazônia- Brasil**
A grande reserva econômica e ambiental do país espera por defesa e exige desenvolvimento com exploração sustentável

LIVROS

- 33 Os mais recentes e importantes lançamentos editoriais ao alcance de nossos leitores

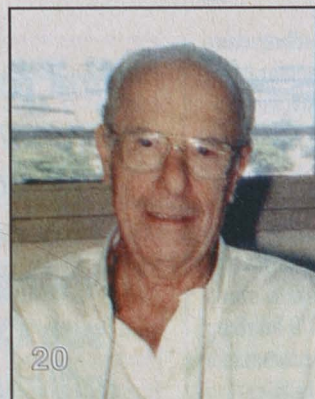
CULTURA

- 36 **Tango: Uma dança e uma maneira de viver**
Sensual, sarcástico, romântico e às vezes surrealista, o tango conquista a cada dia mais brasileiros

- 42 **PANORAMA ECONÔMICO**

Pressão contra posições nacionalistas
A mudança no BNDES, as críticas norte-americanas à "recaída nacionalista", a estranheza dos espanhóis com a privatização das geradoras, os índices da economia

- 46 **PANORAMA INTERNACIONAL**



Capa

DESNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA:

12

As graves
conseqüências
da liquidação
do setor industrial
brasileiro

Alerta no setor produtivo

PERFIL

54 Personalidades e fatos atuais

ÁSIA

55 **Irã: Ares renovadores**

As eleições parlamentares removem obstáculos para as reformas, mas não eliminam de modo automático o poder político dos xiitas conservadores

A GUERRA ELETRÔNICA

58 **Espionagem norte-americana preocupa a Europa**

Documentos secretos liberados nos Estados Unidos mostram que nenhum país do mundo escapa ao controle do Big Brother, que neste caso é um sofisticado sistema de satélites; o Projeto Sivam é um dos que estiveram sob a mira dos espões eletrônicos norte-americanos

AMÉRICA LATINA

EXCLUSIVO

60 **Chile: Ricardo Lagos - Completar a transição democrática**



Ao definir o Mercosul como um projeto estratégico para o seu governo e assinalar a plena democratização como uma de suas principais metas, o novo presidente chileno mostra o perfil que dará a sua gestão

60

Socialista condena privatização

O deputado Sérgio Novaes (PSB-CE) está cobrando o cumprimento do programa de desestatização no setor das telecomunicações. Na sua avaliação, a intenção do governo era reduzir o preço das tarifas telefônicas e viabilizar a livre concorrência no mercado. "O que estamos vendo é exatamente o contrário", disse o deputado cearense, afirmando ainda que "em todos os contratos do processo de privatização do Brasil, tanto no gás, energia, rodovias, telefones, todos foram indexados, enquanto os trabalhadores e os servidores públicos não têm direito à reposição salarial".

Novaes lembrou ainda que as empresas particulares de telefones anunciaram já no início do ano mais um aumento de tarifas na faixa de 9,09%, "numa proteção do Estado brasileiro às multinacionais". Ele revelou ainda que as atuais proprietárias da telefonia brasileira, além de baixar a qualidade dos serviços, "já demitiu 260 funcionários no Ceará e 150 em outros estados nordestinos. Portanto, as empresas não estão produzindo novos postos de trabalho. Pelo contrário, contribuem cada dia para o aumento na taxa de desemprego".



Senadores alertam contra dolarização

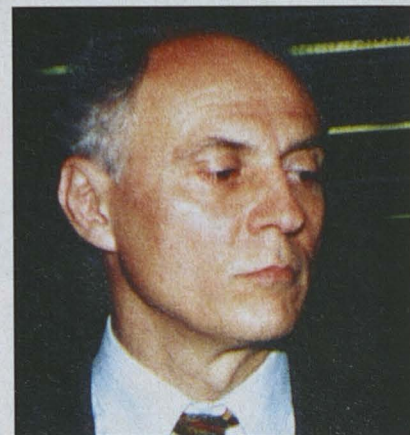
Os senadores Roberto Saturnino (PSB-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP) e o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), iniciaram uma campanha de alerta contra os perigos de dolarização da moeda brasileira, a exemplo do que já aconteceu no México e Equador e começa a ameaçar a Argentina.

"As chances de o Brasil trocar o real pelo dólar são maiores do que se costuma pensar", disse Saturnino, sugerindo que o governo brasileiro adote "um processo de desenvolvimento autônomo, voltado para as nações da América do Sul, a fim de mostrar a esses países que existe uma alternativa à idéia de atrelar-se à economia norte-americana".

O senador carioca citou o exemplo da Argentina dizendo que "o endividamento em dólar das empresas argentinas e a política cambial praticada pelo ex-presidente Carlos Menem só deram ao presidente Fernando de La Rúa a alternativa da dolarização". Na sua opinião, esta medida "inviabilizará completamente o Mercosul, além de se constituir numa pressão para que também o Brasil dolarize sua economia".

Também preocupado com os rumos da economia no continente latino-americano, o senador Eduardo Suplicy disse que o Brasil "deve ajudar os países vizinhos a manterem suas moedas pois, caso contrário, seremos obrigados a seguir o exemplo do Equador, que abriu mão de sua moeda e da Argentina, que começa a dar sinais de optar pelo dólar como moeda nacional".

O ex-líder petista disse que esta nova tendência significa "uma perda total de soberania" e propôs à Comissão de Assuntos Econômicos da Casa a criação de um grupo de trabalho para estudar assuntos econômicos internacionais, entre eles, a dolarização.



Senadores Eduardo Suplicy (PT) e Saturnino Braga (PSB)

A proposta de Suplicy foi apoiada pelo líder do governo, José Roberto Arruda, que também disse estar preocupado com a substituição das moedas nacionais latino-americanas. A preocupação de Arruda cresceu depois de tomar conhecimento das informações do ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, que revelou ter sido procurado pelas autoridades do FMI e os funcionários do governo norte-americano sugerindo o atrelamento do real ao dólar, quando exercia o cargo de presidente do banco.

Salário de R\$ 151: 'uma vergonha'

Novamente o governo federal frustrou as expectativas nacionais. O novo salário mínimo de 151 reais, ou seja, um aumento de cerca de cinquenta centavos por dia, foi recebido como uma medida injusta e totalmente desvinculada dos interesses dos assalariados.

No meio político oposicionista e no campo sindical, as opiniões foram de grande indignação. O deputado Miro Teixeira, líder da bancada do PDT, declarou que "ou o presidente do Senado, senador Antônio Carlos Magalhães, devolve a MP ao presidente da República ou entrega logo a chave do Congresso Nacional ao Palácio do Planalto".

O governador Anthony Garotinho (PDT) declarou: "É uma vergonha! No estado do Rio o salário mínimo será de 400 reais."

O líder do PT, Aloísio Mercadante, comentou: "Com os cinquenta centavos diários de aumento não se compra nem um café com pão. É uma medida cruel contra milhões de trabalhadores e aposentados."

O deputado Paulo Paim (PT), que vem lutando há anos por um salário míni-

mo justo, considera um dever da Câmara recusar a aprovação desse "vergonhoso salário mínimo".

Dirigentes sindicais de todo o país manifestaram sua repulsa ao novo salário.

A constitucionalidade da medida do Executivo é muito questionada, com base no seguinte artigo da Constituição:

"Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim."

Para o PFL, que decidiu só aceitar o mínimo equivalente a 100 dólares como já estabelecera a governadora Roseana Sarney, criou-se uma situação muito embaraçosa. O seu líder, senador Antonio Carlos, já no dia seguinte à decretação adotou posição muito transigente, dizendo: "A solução não é ótima, é viável."

SÃO PAULO: o estopim das denúncias

As revelações e denúncias da Sra. Nicéa Pitta e os acontecimentos que as sucederam continuam tendo enorme repercussão nacional. A defesa dos acusados, inclusive o seu ex-marido, o prefeito Celso Pitta, e os questionamentos feitos sobre os motivos da atitude da denunciante e a ausência de provas que poderia invalidar as acusações, tornaram-se secundários no contexto do escândalo, que já alcança uma dimensão nacional. Revelou novos aspectos do mar de lama envolvendo a administração municipal paulistana, mas com repercussões mais amplas no estado e no país.

Tudo isso impõe a urgência de investigações profundas e sérias que, iniciadas em outras oportunidades, em várias casas do Legislativo e na própria Justiça, não chegaram a conclusões que pareciam óbvias, ou estão patinando no burocratismo e nas procrastinações. E o mais grave: essas situações semearam a desconfiança e o ceticismo da população.

A CPI sobre os precatórios que a oposição na Câmara conseguiu requerer com o apoio de mais de 250 deputados, incluindo grande parte da base governista, é um ponto de partida para a investigação. Mas, como no caso Collor, poderão ocorrer desdobramentos imprevisíveis, muito além do âmbito das denúncias relacionadas apenas com a prefeitura e o prefeito de São Paulo.

Uma das conseqüências do escândalo já praticamente tirou Paulo Maluf do páreo em São Paulo. A pesquisa publicada na *Folha de S. Paulo* revelou que Maluf, após a revelação do escândalo, caiu de 20 para 12 pontos, enquanto a candidata socialista Luiza Erundina disparou: passou de 13 para 22 pontos, ocupando o segundo lugar, com Marta Suplicy, que caiu de 30 para 29. Já havia sinais de que Erundina vinha avançando, mas esse importante resultado revela que se perfila uma nova polarização para a prefeitura de São Paulo. As denúncias de D. Nicéa foram assim um estopim de conseqüências mais amplas que o alvo previsto, o prefeito Celso Pitta. Um tiro por elevação.

Greve por reajuste salarial

O líder do PDT, deputado Miro Teixeira (RJ), destaca a importância da mobilização dos funcionários públicos federais que no dia 9 de fevereiro iniciaram a campanha de reajuste salarial 2000.

Na audiência com os representantes sindicais da categoria, o líder pedetista citou o exemplo da mobilização dos juizes que ameaçaram entrar em greve dia 28 de fevereiro dizendo que a paralisação ainda é uma forma válida de reivindicação. Ele saudou a mobilização dos juizes afirmando que "o movimento foi didático porque mostrou que

a greve ainda é um bom instrumento".

Os funcionários públicos federais iniciam a mobilização nacional no dia 15 de março com caminhadas, atos públicos e manifestações em todas as capitais. Sem aumento desde 1995, eles querem reposição das perdas salariais dos últimos seis anos e podem convocar greve geral em abril.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aliado do presidente Fernando Henrique, fez um apelo ao governo no sentido de que o reajuste cubra as perdas salariais que, disse o senador, "acumulam índices de 63,68% desde 1994".

Pleiteiam **cassação** de José Aleksandro

Os integrantes do Comitê contra a Impunidade, entidade acreana, encaminharam ao presidente da Câmara, deputado Michel Temer, documento contendo novas denúncias contra o deputado José Aleksandro (PFL-AC), que assumiu seu mandato em setembro passa-

do, quando o titular do mandato, Hildebrando Pascoal, foi cassado.

Nesse documento, José Aleksandro é acusado de planejar o assassinato do governador do seu estado, Jorge Viana, além de ter desviado cerca de três milhões de reais de verbas públicas por meio de

documentos falsos, além de ter praticado sonegação fiscal.

O corregedor-geral da Câmara, Severino Cavalcanti (PPB-PE), está na fase de conclusão do projeto que deseja votar antes de junho, quando começa o "recesso branco" do ano eleitoral.

Reduzir a **especulação**

O Estatuto da Cidade, projeto do falecido senador Pompeu de Souza, que está tramitando na Câmara, vai reduzir a especulação imobiliária e "consolidar a função social da propriedade". A informação é do relator da matéria, deputado Inaldo Leitão (PSDB-PB), na Comissão de Constituição e Justiça.

O projeto regulamenta o capítulo de Política Urbana da Constituição e limita a especulação por meio de mecanismos de parcelamento, edificação ou utilização compulsória dos terrenos urbanos ociosos. Estes terrenos terão aumento progressivo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), caso o proprie-

tário não promova o aproveitamento adequado da área.

Leitão acredita que a baixa qualidade dos serviços de transporte e até mesmo a crise do desemprego são provocados pelo modelo atual de ocupação urbana e quer que o projeto "melhore a qualidade de vida dos moradores das periferias"

Revitalizar Calha Norte

Preocupado com a expansão do narcotráfico na área de fronteira, o deputado Airtton Cascavel (PPS-RR) criticou a proposta orçamentária do ano passado que não destinou um só real ao Projeto Calha Norte, "apesar de todos os problemas que estão ocorrendo na Amazônia".

Cascavel disse que o Calha Norte é fator de fixação da população amazônica em sua região de origem e que os cortes

orçamentários estão "provocando um vazio demográfico ainda maior, em toda a região". Criado em 1988, o projeto Calha Norte tinha como objetivo promover a ocupação e implantação de infraestrutura na região localizada ao norte das bacias dos rios Solimões e Amazonas, num total de 1,2 milhão de quilômetros quadrados.

Disse o deputado que a decrescente alocação de recursos orçamentários é a maior dificuldade para a implantação integral do projeto que reúne Exército, Marinha e Aeronáutica e que, de acordo com seu autor, general Ruben Bayma Denys, era simplesmente mostrar a presença institucional brasileira.



Dep. Elcione Barbalho (PMDB)

Protesto

Em discurso feito no plenário, a deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA) protestou contra a decisão da Agência Nacional de Petróleo (ANP) permitindo às grandes distribuidoras de operar postos revendedores de combustíveis.

De acordo com a parlamentar paraense, "a medida vai prejudicar empresas brasileiras, pequenos empresários e uma grande massa de trabalhadores porque vai estabelecer uma disputa desigual onde um cartel que conta com grandes multinacionais capitalizadas destruirá um setor que conta com 27.500 empresas e emprega mais de 300 mil trabalhadores, além de fechar milhares de postos de empregos".

Elcione fez um apelo ao presidente da ANP, David Zilberstajn, para que ele não permita a entrada das distribuidoras de combustíveis na operação dos postos.

Câmara institui o Prêmio Darcy Ribeiro de Educação

A Câmara dos Deputados instituiu o Prêmio Darcy Ribeiro de Educação, aprovando projeto de resolução proposto pela deputada Maria Elvira (PMDB)-MG acolhido pela Mesa Diretora.

A assinatura do ato correspondente foi realizado no salão nobre da Câmara, presidido pelo presidente Michel Temer, com a presença da autora da proposta, parlamentares e educadores.

É do seguinte teor a Resolução da Câmara:

Art. 1º - Fica instituído o "Prêmio Darcy Ribeiro de Educação", a ser concedido, anualmente, pela Câmara dos Deputados a três pessoas e/ou entidades cujos trabalhos ou ações merecerem especial destaque na defesa e promoção da Educação no Brasil.

Art. 2º - O Prêmio será conferido pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto e pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e consistirá na concessão de diploma de menção honrosa aos agraciados e outorga de medalha cunhada com a efígie do homenageado.

§ 1º - A definição dos agraciados será feita pela maioria dos Deputados integrantes da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados, a cada ano, podendo a indicação dos nomes ser sugerida por qualquer parlamentar do Legislativo Federal.

§ 2º - A entrega do



O presidente da Câmara, dep. Michel Temer, na solenidade em que foi oficializado o prêmio, proposta da deputada Maria Elvira, à sua esquerda



Outdoor anuncia, em São Luís, a inauguração da Avenida Darcy Ribeiro

Prêmio será realizada em Sessão Solene da Câmara dos Deputados, no dia 14 de março, data natalícia do educador Darcy Ribeiro.

Art. 3º - A Mesa da Câmara dos Deputados expedirá as instruções necessárias para a concessão do "Prêmio Darcy Ribeiro de Educação", no prazo de sessenta dias, contados da publicação desta Resolução.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, 11 de agosto de 1998.

Michel Temer
Presidente

Na justificação de sua proposta, a deputada Maria Elvira declara:

O nome dado ao prêmio justifica-se pelo fato de que o escritor e antropólogo Darcy Ribeiro foi um dos maiores expoentes da educação em nosso país, ao lado de nomes como Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes.

Sua atuação em prol da educação brasileira foi notória e indiscutível, seja como ministro da Educação do Governo João Goulart, seja como secretário estadual do Rio de Janeiro, na gestão de Leonel Brizola.

Seu nome está indelevelmente associado à concepção inovadora dos CIEPs, à criação da Universidade de Brasília (UnB) e à luta incansável para colocar todas as crianças na escola fundamental e, com isso, reduzir os alarmantes índices de analfabetismo no país.

Mais recentemente, Darcy Ribeiro dedicou os últimos meses de sua vida à aprovação do projeto de lei, que resultou na nova "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional" - lei nº 9.394/96, sugestivamente denominada pelo presidente da República Fernando Henrique Cardoso de "Lei Darcy Ribeiro".

O Instituto Alberto Pasqualini do PDT e a Secretaria de Educação do estado do Rio prestaram homenagens a Darcy na data do terceiro aniversário de sua morte.

Em São Luís, a Prefeitura Municipal deu a uma avenida urbanizada na administração Jackson Lago o nome do grande educador.

Primeiro ano a disputar cargo executivo

Ele tem exatos 139 centímetros de altura, é formado em Direito, trabalha no gabinete do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS) e é o mais forte concorrente à prefeitura de Bozano, um pequeno município de 104 quilômetros quadrados, distante 450 quilômetros a noroeste de Porto Alegre. Ivo Schwancke, luterano e descendente de alemães, pode se tornar o primeiro ano a ocupar um cargo no Executivo brasileiro. E vai governar uma cidade de descendentes de italianos com 90% de católicos. Mas ser pioneiro não é novidade para Ivo. Foi dele a iniciativa de criar a Associação Nacional dos Anões, entidade sem similar na América Latina. "Só existe uma igual nos Estados Unidos", diz ele, que nunca se preocupou com a altura.

"Não me sinto pequeno, sempre soube abrir meu espaço e sempre atuei em política, desde estudante. Comecei com 15 anos e cheguei a ser vice-presidente da União Gaúcha dos Estudantes", conta o candidato a prefeito que até agora não encontrou concorrentes e pode até disputar sozinho. Os demais políticos de sua região, mesmo de outros partidos, estão apoiando sua candidatura porque Ivo Schwancke é a única pessoa



Ivo: 'não me sinto pequeno'

da cidade que tem um diploma universitário. Pedetista desde a fundação do partido, Ivo quer que Leonel Brizola e a senadora Emília Fernandes (RS) participem de sua campanha que vai priorizar o corpo a corpo. "Comício já não atrai as pessoas. Minha campanha será de casa em casa. Conheço os dois mil eleitores de Bozano e estou esperando o doutor Brizola para ir até lá. E a senadora Emília Fernandes já me prometeu ajuda", informa o candidato, que tem uma plataforma toda voltada para a Educação.

Eleito, Ivo vai reivindicar uma escola de segundo grau para a pequena Bozano. Até lá, ele promete garantir transporte escolar para que os estudantes da cidade possam frequentar as escolas de Ijuí, município do qual Bozano se emancipou depois de longa campanha encabeçada por Ivo, que chegou a enfrentar o poder do ex-governador

Britto, contrário à emancipação. "O governador entrou com ação na Justiça, mas nós ganhamos", orgulha-s. Morando em Brasília há um ano, a partir de julho ele retorna ao Rio Grande do Sul para fazer sua campanha. Solteiro, Ivo diz que casamento, "só depois das eleições". Agora toda sua energia vai estar voltada para ser eleito o primeiro prefeito do município que ajudou a criar.

As Igrejas julgam o Brasil

Sob o tema "Novo milênio sem exclusões" e com o lema "Dignidade humana e paz", a Campanha da Fraternidade foi lançada na Quarta-feira de Cinzas, de forma ecumênica, pela Igreja Católica e mais seis Igrejas evangélicas, reunidas no Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic).

Ao comentar a proposta da Campanha deste ano, Frei Betto assinala que, no texto de reflexão distribuído às paróquias e comunidades, fotografam-se os porões da vida com sérias denúncias, como a de que, em pleno final do século XX, há trabalhadores escravizados no Brasil (p. 37). Em seu primeiro ano de mandato, o presidente FHC prometeu acabar com o trabalho escravo no Brasil. A Campanha da Fraternidade demonstra que ele, por enquanto, fracassou nesse propósito. Não bastasse isso, agora seu governo quer mudar o artigo 7º da Constituição, privando os traba-

lhadores de direitos sociais, como o 13º salário, Fundo de Garantia, férias etc."

E continua Frei Betto: "Quanto ao trabalho infantil, as sete Igrejas denunciam que havia no Brasil, em 1996, uma mão-de-obra invisível, um silencioso exército de 7,5 milhões de crianças e adolescentes trabalhando como adultos" (p. 43). Cinquenta mil crianças e adolescentes chafurdam nos lixões em busca da sobrevivência. À luz dos 500 anos de colonização do Brasil, as Igrejas denunciam o genocídio indígena. Na Amazônia, onde habitam 60% dos povos indígenas do Brasil, "atuam verdadeiros cartéis da exploração ilegal de madeira, caça e minérios em terras indígenas" (p. 67). A biopirataria age através de falsos missionários, que patenteiam no exterior conhecimentos e recursos tradicionais da medicina indígena. "O documento da Campanha da Fraternidade trata, ainda - destaca Frei Betto - da discriminação do

negro e da mulher, e censura o governo por abrir "de forma irresponsável o mercado interno aos produtos estrangeiros, forçando a produção nacional a adotar os critérios técnicos de produção das multinacionais. Como o processo é apoiado em capitais internacionais, a política de juros e de câmbio é definida para atraí-los" (p. 96). Em nosso país, "os 20% mais ricos controlam mais de 64% da renda, enquanto os 20% mais pobres sobrevivem com 2,5% da renda" (ONU/98).

Segundo Frei Betto, "a situação social do Brasil é tão dramática, e agravada pelo fracasso do governo FHC, que até o PFL fala em lutar contra a pobreza. O FMI, coerente com a sua política genocida, mas revestido da prepotência que a subserviência de nosso governo lhe imprime, expressou sua discordância, através de Lorenzo Pérez, seu representante no Brasil. Aliás, não se conhece um só país do mundo, gerenciado pelo FMI, onde os ricos tenham ficado um pouco menos ricos e os pobres menos pobres".

As pesquisas recentes

As pesquisas começam a entrar como um fator de avaliação para as próximas eleições. As últimas da DataFolha revelaram alguns fatos novos e outros que repetem situações já conhecidas.

A popularidade do presidente continua baixa. E essa pesquisa foi realizada antes da decretação do salário mínimo de 151 reais. O dado novo é que os eleitores rejeitam as candidaturas por eles apoiadas.

Quanto ao conhecimento dos ministros, o

da Saúde, José Serra, ganha. É o mais conhecido pela população.

Um dado que pela primeira vez se divulga em nível nacional é a posição de vanguarda do prefeito de São Luís, Jackson Lago, do PDT. Tem a melhor nota nacional - 7,5 em uma escala de 1 a 10 - e metade do eleitorado considera que sua administração é ótima e boa.

O segundo colocado (7 pontos) é o prefeito de Salvador, Antônio Imbassahy, do PFL.

De um modo geral, a maior resistência ao governo federal está nas capitais. Rio de Janeiro e Fortaleza estão à frente na rejeição, seguidas de perto por São Luís e Maceió.

Lutar & vencer

Ojovem advogado maranhense Petrônio Alves foi o segundo colocado no concurso de monografias promovido pela Justiça Federal do Maranhão.

Seu trabalho tem o título "Sobre o Poder Constituinte". A essência do Estado Democrático de Direito, quando legitimado pelo povo.

Até aí, um fato importante, mas normal, tratando-se de um aluno competente, que se destacou no curso.

A origem de Petrônio é que faz a diferença. Na sua infância e adolescência, ele pagou o alto preço do abandono, do desamparo e até mesmo das contravenções. Era um menino de rua com todas as realidades da sua condição social.

Recolhido pelos padres da igreja de São João, no Centro de São Luís, o inquieto garoto mudou de costumes, deixou as ruas e praças da cidade, enveredou por um novo caminho, transformou-se em um aluno aplicado dos cursos que freqüentava.

Converteu-se em um militante social inconformado com a injustiça, e é hoje o bacharel em Direito vitorioso no concurso com que a Justiça Federal do Maranhão comemorou seu trigésimo aniversário.

Apresentando o seu trabalho, recentemente publicado, o destacado jornalista e radialista maranhense Roberto Fernandes recorda sua vida. "Petrônio Alves já nasceu com um desígnio.



Petrônio Alves, segundo colocado no concurso promovido pela Justiça Federal do Maranhão

Lutar e vencer. Para chegar a esta conclusão basta um simples olhar sobre a sua história de vida, toda ela construída na militância política e social. Uma história que nos apaixonou pelo que ela tem de esperança, vitalidade, coerência, coragem e vitórias. Um exemplo que nos encoraja e nos faz acreditar que nem tudo está perdido neste país."

E acentua:

"Uma simples leitura e lá estaremos, como em um filme em *flash back*, lembrando o recente período constituinte e o seu resultado, a Constituição de 88. Entenderemos, ainda, as reformas que estão sendo executadas pelo governo federal. A força com que o governo nos impõe a reforma, a ausência de debates com a sociedade, mesmo sendo ela o alvo principal de todas as mudanças."



500 anos

Operários fazem limpeza da estátua do Cristo Redentor, no Rio, preparativo aos festejos dos 500 anos. Em Lisboa, a 'Boa Esperança', réplica das caravelas de Pedro Álvares Cabral, sai em 9 de março em direção ao Brasil, capitaneando a Regata do Descobrimento



DESNACIONALIZAÇÃO

Alerta

As graves
conseqüências
da liquidação
do setor
industrial
brasileiro





1. AÇÃO DA ECONOMIA:

no setor produtivo

Procópio Mineiro

“DIFICILMENTE uma nação será levada a sério, em âmbito internacional, quando se mostra

incapaz de dar a seu povo a satisfação das necessidades básicas, entre elas educação e saúde”, disse, em Washington, um especialista norte-americano em Brasil, enquanto o povo esquecia um pouco dos problemas, entregando-se ao carnaval. O professor Riordan Roett, da Universidade John Hopkins, fazia uma crítica que soava também como uma retificação, pois ele previra, em livro escrito nos anos 70, que o Brasil seria o país do futuro. Em novo livro, que está finalizando, explicará por que acredita que o futuro brasileiro está agora ameaçado por culpa de opções feitas pelo próprio governo brasileiro.



Estudiosos apontam equívocos dos dois Fernandos - Collor e Cardoso - com a abertura passiva a que submeteram o Brasil, promovendo o domínio estrangeiro em serviços públicos, na indústria e sistema financeiro, liquidando décadas de um projeto nacional

O comentário do brasilianista norte-americano envolve uma apreciação do efeito social e econômico das políticas governamentais que vêm encontrando críticos internos cada vez mais numerosos: da oposição partidária aos sindicalistas, de industriais à Igreja e a personalidades como o governador mineiro, o ex-presidente da República Itamar Franco. Este, em sua viagem aos Estados Unidos no início de março, chegou a considerar que as políticas do governo federal põem em risco "até mesmo a bandeira nacional".

Sem irem tão longe em apreciação política, os industriais limitaram-se ao terreno puramente econômico e opinaram, em pesquisa realizada pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), que o governo adotou uma política de abertura econômica devastadora para as empresas tipicamente brasileiras, que foram confrontadas com a concorrência externa numa fase em que o país sequer tem uma política de desenvolvimento industrial.

Em defesa da saúde, da educação e da comida do povo brasileiro, a Igreja foi dura com o governo federal, na Quarta-Feira de Cinzas, ao lançar a Campanha da Fraternidade: é preciso dar prioridade à remuneração do trabalho, que garante a dignidade humana, e não ao capital especulativo - disse o Cardeal Primaz D. Geraldo Majella Agnelo.

O tipo certo

Dez anos depois de adotada a ideologia neoliberal no país, aguçada a partir de 1995 com o governo Fernando Henrique Cardoso, parece generalizar-se uma análise mais abrangente do processo, superando-se as críticas fragmentadas e setoriais. Não há apenas sindicalistas protestando pelo corte de empregos, enquanto industriais aplaudiam a "modernização" e pediam o aprofundamento de todas as desregulações, que, acreditavam, dariam a seus negócios, pela mão invisível e automática do mercado, a competitividade internacional, considerada única chave da sobrevivência. Foram-se os empregos, em grande parte desapareceu o peso dos encargos sociais, mas a mágica não aconteceu.

Os crentes do milagre neoliberal começaram a sentir na pele os efeitos de um confronto desigual: ao lado da privatização de empresas públicas, setores privados nacionais inteiros desapareceram, absorvidos ou vencidos por concorrentes externos, muitos destes auxiliados por crédito fácil do próprio BNDES negado aos brasileiros. Começaram a estranhar que o "dever de casa" bem cumprido - controle da inflação, abertura comercial segundo o figurino da globalização, reformas em vários níveis - resultasse em déficits comerciais

crecentes, falências, enfraquecimento do mercado interno devido ao desemprego, intensificação da dívida pública, duplicação da dívida externa, controle estrangeiro crescente da economia e protecionismo atento dos países industrializados, exatamente os maiores pregadores do livre mercado.

Assim, chegaram a março de 2000 pelo menos encabulados: embora nem todos articulem um protesto, a maioria se diz pessimista, segundo a resposta à mais recente pesquisa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) sobre as expectativas em relação à economia: a nota não passou de 4,6 numa escala de 10, na pesquisa divulgada na primeira semana de março, referente a fevereiro. Foi ainda um pouco menor que a nota de janeiro: 4,7. O pessimismo empresarial é demonstrativo de um novo estado de espírito, porque envolve um julgamento crítico não apenas sobre o desenvolvimento industrial e o comportamento da economia nacional no cenário internacional, mas se refere também ao julgamento que os industriais fazem da capacidade do governo em dar um boa gerência à economia. Sob este aspecto, a equipe econômica e suas políticas não vêm obtendo aprovação do setor mais dinâmico da economia brasileira.

Uma crítica sutil também transpareceu, aliás, nas palavras do subsecretário

rio de Assuntos Econômicos dos Estados Unidos, escalado para polemizar com o presidente do Brasil. As críticas do Fernando Henrique Cardoso ao protecionismo norte-americano, Alan Larson respondeu, às vésperas do carnaval, que é preciso criar políticas de desenvolvimento para garantir empregos e lembrou, embora reafirmando seu credo neoliberal para uso externo: "Acho que isso se pode conseguir com a liberalização da economia - ou com o tipo certo de liberalização da economia."

Estaria Larson definindo a linha de liberalização adotada pelo governo federal como excessiva, equivocada, exagerada ou incompetente?

A mesma crítica fora expressa antes pelo vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Química Fina e Biotecnologia (Abifina), Nelson Brasil (ver seção Entrevista). Embora reconhecendo a capacidade brasileira de induzir o desenvolvimento autocentrado, privilegiando o mercado interno pelo porte de nação-continente, Nelson Brasil considera que se deve preferir o caminho da globalização, mas com a adoção de políticas soberanas, que o governo federal teima em ignorar. Segundo o empresário, o primeiro passo é definir uma estratégia de desenvolvimento industrial, voltada para capacitar e garantir a presença da indústria nacional nos mercados mundiais - talvez "o tipo certo de liberalização da economia" a que se referiu o subsecretário norte-americano, num talvez involuntário puxão de orelhas no presidente do Brasil.

O tipo errado

Cresem as dúvidas sobre o acerto das características adotadas pelo Brasil para alcançar as metas da chamada modernização na globalização, quando se examinam alguns exemplos de países no mesmo estágio de desenvolvimento.

O caso da Argentina ilustra o do modelo adotado pelo Brasil, no qual o



Zu Rongji, primeiro-ministro chinês, e Pedro Malan trilham caminhos opostos na busca do desenvolvimento. Lá, negócios da China promovem o impulso da nação

país se entrega à mão invisível do mercado: ausência de políticas de desenvolvimento, desindustrialização e desnacionalização, e crises de diversos tipos, além da queda a quase zero das defesas próprias do organismo econômico a infecções oportunistas importadas, que obrigam, a cada vez, a internações de emergência no hospital do Fundo Monetário Internacional, com diárias crescentes e outros débitos - sem esperança de cura. O dinheiro externo que entra aparece apenas para fazer dinheiro (ganhar juros altos e sair do jogo), desnacionalizar a economia e desempregar ou au-

mentar a massa da dívida, aprofundando a sangria.

Há um outro tipo de modelo: a China. Enquanto, segundo os mais recentes dados da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad), o Brasil, com seu modelo de neoliberalização, recebeu 69 bilhões de dólares em investimentos externos diretos entre 1990 e 1998, a China recebeu 247 bilhões (atrás apenas dos Estados Unidos, com 620 bilhões), sem abrir mão de sua soberania econômica e cumprindo um programa próprio de desenvolvimento.

No período, o Brasil triplicou sua dívida pública, duplicou a dívida externa, viu o crescimento do PIB estagnar e até regredir em cerca de 40% (baixou de cerca de 900 bilhões de dólares para cerca de 550 bilhões), e amargou sucessivos déficits comerciais sem se importar com o problema, pois a teoria dominante considera destoaante fazer caixa, sendo mais apropriado endividar-se, vender patrimônio e desnacionalizar - e ainda foi obrigado a desvalorizar a moeda.

Enquanto isso, a China manteve a média de crescimento anual do PIB em torno de 7% (elevou-o a cerca de 1 trilhão de dólares), acumulou reservas cambiais em torno de 155 bilhões de dólares (30 bilhões de dólares de superávit somente no ano passado, quando exportou mais de 190 bilhões de dólares), manteve baixos os níveis de endividamento - e, apesar da crise asiática, não desvalorizou sua moeda. Segundo analistas, continuará crescendo, soberanamente, a taxas próximas de 7% ao ano, nos próximos 20 anos.

O contraste parece demonstrar que existem mesmo o tipo certo e o tipo errado de política econômica na época da globalização, o que aumenta a perplexidade com a opção imposta pelo governo à sociedade brasileira, destruindo as bases de uma economia que há pouco mais de um século ainda tinha escravidão, mas que em somente

Sede de lucros leva a maus serviços

O setor de telecomunicações continua a liderar as queixas dos usuários junto a órgãos de defesa do consumidor, desmentindo o argumento de que a privatização representaria o fim dos problemas. A mais contestada das desestatizações e desnacionalizações, devido às denúncias de negociatas (caso conhecido como Grupo do BNDES, do qual só vieram a público algumas das muitas fitas de gravação consideradas existentes, levando à demissão do ministro Mendonça de Barros e do presidente do BNDES, Persio Arida), as telefônicas lideram as reclamações.

No Rio, a Comissão de Defesa do Consumidor, da Assembléia Legislativa, já ajuizou oito mil ações contra a Telemar, envolvendo 15 mil queixas de consumidores. Segundo o presidente da comissão, deputado Átila Nunes, "a empresa parece ter uma espécie de desprezo pelo usuário de seus serviços, atende mal e sempre joga a culpa na antiga Telerj".

Dados do Procon/Rio, referentes às primeiras nove semanas do ano, aponta 1.885 queixas contra a Telemar (líder), 287 contra a Telefônica e 90 contra a ATL. A Light (eletricidade) foi alvo de 180.

Em São Paulo, o Procon registrou 10.045 reclamações contra a Telesp/Telefônica em 1999. A BCP, de celular, ficou com 365 e a Telesp Celular com 167. No setor de energia, a Eletropaulo Metropolitana sofreu 249 queixas.

Em fevereiro, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), organizou em São Paulo um seminário sobre a qualidade dos serviços privatizados, contando com especialistas de diversos países, inclusive europeus. A conclusão dos relatos indicou que somente uma forte regulamentação e fiscalização por parte do governo pode fazer as empresas privatizadas funcionar bem.

Apontou-se que o objetivo de lucro das empresas privatizadas as leva a discriminar o pequeno cliente individual ou familiar e a privilegiar os grandes consumidores empresa-

riais, para os quais os serviços e os preços podem melhorar. O exemplo inglês na telefonia mostrou que o surgimento de concorrentes privados, em 1984, só beneficiou os grandes clientes, enquanto o pequeno usuário viu os preços aumentarem e a qualidade do serviço cair. Somente dez anos depois, a situação mudou, por força de regulamentações mais rigorosas e da fiscalização severa impulsionadas pelas queixas do consumidor.

Entre as falhas do processo aponta-se a despreocupação com as regulamentações e as agências fiscalizadoras. As já existentes, como Aneel e Anatel, são consideradas despreparadas, como comprovam as queixas contra as empresas, que no período gozaram de altos reajustes de preços.

Como resultado do aumento do preço da energia, cresceu o número de famílias incapacitadas de quitar as contas: em dezembro passado, 27% das unidades consumidoras do Rio (pouco mais de uma em cada quatro) não pagaram a luz. Em São Paulo, esse total chegou a 42,7% - pouco abaixo da metade das unidades consumidoras. Para a diretora jurídica do Idec, Flávia Lefèvre, a inadimplência explodiu com a privatização.

A desestatização do sistema energético recebeu críticas no seminário do Idec. Segundo o engenheiro inglês Steve Thomas, o governo contratou a Coopers&Librand para planejar a privatização, mas a empresa não estudou a realidade brasileira e simplesmente copiou o modelo inglês. Thomas prevê problemas crescentes para o setor energético nacional.

Destacou o aspecto de que no Brasil há necessidade de se levar eletricidade a muitos lugares onde o serviço é precário ou inexistente, o que não ocorria na Inglaterra. O técnico inglês defendeu o sistema estatal para casos como o do Brasil, por ser o único que permite implantar serviços públicos em âmbito universal, uma vez que o objetivo do lucro está ausente e o governo pode estabelecer tarifas diferenciadas para beneficiar e integrar as áreas mais carentes.

algumas décadas, a partir da Revolução de 30, colocou-se entre as 10 maiores economias industriais do mundo - a economia brasileira foi um dos fenômenos do século.

Uma única década e não mais que dois presidentes (Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso) estão jogando por terra a revolução econômica e social produzida em 60 anos.

Elite egoísta e suicida

Segundo a apreciação do jurista Fábio Konder Comparato, o desenvolvimento brasileiro pós-30, nascido da ação estatal e do favorecimento da modernização através de uma classe empresarial beneficiada para realizar a industrialização, foi abalado, quando esta classe empresarial deixou-se encantar pelo neoliberalismo disseminado pelo chamado Consenso de Washington. Ajudou ela a desmontar o consenso brasileiro de 30, ao investir contra o Estado e adotar a desregulamentação econômica e trabalhista, imaginando tornar-se a parceira da globalização.

Mas, segundo Comparato, "derrubado o Estado brasileiro, verificou-se que o tiro havia saído pela culatra: o empresariado nacional foi desde logo vencido pela invasão das macroempresas estrangeiras, todas elas, quando não estatais, intransigentemente defendidas pelos estados onde têm suas sedes. Descobriu-se, tarde demais, que a miragem da privatização, complementada com a exclusão do acesso de pequenas e médias empresas ao crédito bancário, em razão da política de juros astronômicos, encobria de fato a mais profunda desnacionalização que a economia brasileira jamais experimentara."

"O deslocamento do centro de interesses do setor empresarial como um todo foi sancionado pela Emenda Constitucional nº 6, de 15/8/95, que, ao revogar o art. 171 da Carta, suprimiu a possibilidade de os Poderes Públicos

concederem benefícios especiais em favor das empresas brasileiras de capital nacional."

"De qualquer forma, a par dessa rápida desnacionalização, o setor industrial perdeu significativamente sua importância relativa na formação do PIB. De 1989 a 1998, pela primeira vez desde 1930, o nosso produto industrial decresceu 5,3%. Ora, a ocupação estrangeira do território econômico nacional não só não resolveu, como ainda agravou o problema da falta de geração de poupança interna, condição *sine qua non* para o desenvolvimento do país. Em lugar dos industriais, foram os banqueiros que passaram a ocupar a posição hegemônica no quadro de nossas classes dominantes. E, tal como ocorreu com os industriais, a desnacionalização das instituições financeiras acelerou-se em pouco tempo", descreve o jurista.

E a previsão do economista René Garcia Jr., da Fundação Getúlio Vargas, é de que a concentração do setor financeiro nacional se agrave nos próximos anos, reduzindo a apenas seis as casas bancárias, quatro delas estrangeiras.

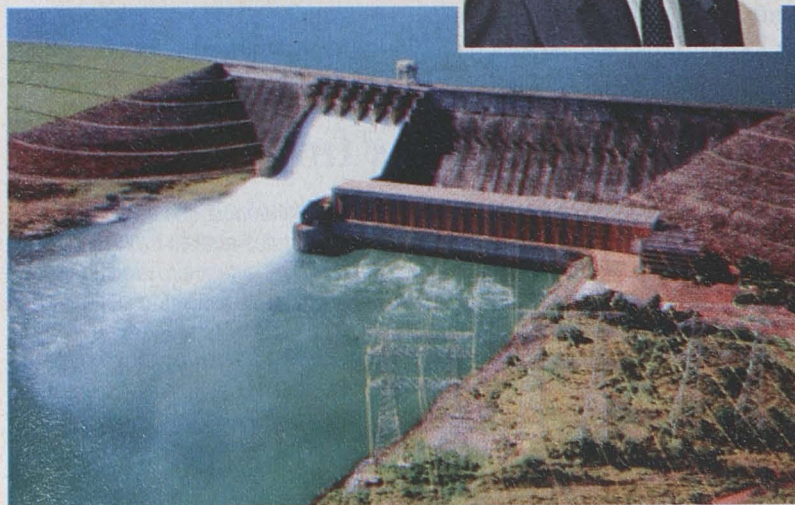
Em entrevista a Rosa Cass, da *Tribuna da Imprensa* (1º/3/00), Garcia Jr. calculou que o ataque começará tão

logo as megafusões em andamento na Europa e no Japão tenham se completado. Com essa eventual predominância financeira estrangeira, que política industrial nacional terá condições de ser montada, sabendo-se que hoje cerca de metade do lucro desses bancos decorre de operações com títulos públicos?

Situação neocolonial

O domínio estrangeiro das áreas mais modernas da economia brasileira - a indústria e as finanças - provoca ainda um efeito político de importância decisiva: os interesses nacionais serão suplantados sempre pelos interesses externos, que estarão em condições de pressionar e impor opções.

Este aspecto fundamental para a autonomia ou dependência econômica - e conseqüentemente política - do Brasil



O governador mineiro e ex-presidente Itamar Franco vem contestando a linha neoliberal oficial e chegou a dizer que o governo acabará por vender a própria bandeira nacional. Itamar promete resistência ativa contra a projetada privatização do Sistema Furnas

mereceu um incisivo pronunciamento do deputado e ex-ministro Delfim Neto. Ironizando as ironias do presidente Fernando Henrique, que gosta de rebater os ataques ao neoliberalismo com a criação de neologismos como neobobos, Delfim espicçou com uma pergunta: neobobos ou neocolonizados?

Nos seus mais recentes artigos e em entrevista à *Carta Capital* (edição de março), Delfim Neto considerou danosa e suicida a política econômica do governo, por desnacionalizar e enfraquecer o país. Chamou a atenção sobretudo para a política financeira, mostrando como o posicionamento do governo Fernando Henrique tem sido de aceitação subalterna e submissa aos interesses externos, particularmente norte-americanos e europeus.

Apontando numa direção inteiramente oposta à seguida até aqui pelo governo, Delfim lembrou que "o Brasil precisa de um sistema financeiro forte, capaz de internacionalizar-se e com limites à participação estrangeira. O Brasil tem a obrigação de, pelo menos, tentar ser um parceiro global, com um comportamento compatível com a posição de oitava economia do mundo. Isso exige um sistema financeiro liderado por fortes bancos nacionais."

O antigo czar da economia brasileira apontou ainda outra contradição da política do governo, que se pretende seguidor dos melhores princípios da modernização: "A pergunta intrigante e sem resposta é por que as 15 maiores economias do mundo (e o Brasil é a 8ª) só internacionalizaram ínfimas parcelas de seu mercado bancário de varejo? Se a maior internacionalização fosse funcional e ótima, não deveríamos ter um quadro diferente?"

A onda de fusões bancárias na Europa e no Japão (veja quadro na pág. 18) dá força aos argumentos de Delfim Neto: lá os bancos nacionais estão se reforçando para fazer frente à concorrência e agredir melhor o mercado internacional. ■

Frente contra internacionalização

A opinião pública é contra a privatização do Banespa

Memélia Moreira

A INTERNACIONALIZAÇÃO do sistema bancário brasileiro, iniciada no governo FHC, encontra hoje forte resistência no Congresso, onde uma proposta de emenda constitucional (PEC), do deputado Gérson Peres (PPB-PA), atribui ao Legislativo o exame da participação estrangeira no setor financeiro nacional. A proposta conta com mais de 300 assinaturas. Além disso, foi criada uma frente suprapartidária para evitar que o Banco do Estado de São Paulo (Banespa) caia em mãos dos estrangeiros.

Peres afirma que a emenda "tem o objetivo de evitar a desnacionalização, porque este processo põe em risco a estabilidade da moeda. O que pode nos acontecer é que alguns deste bancos, já comprados por instituições internacionais, podem servir de instrumento de ataque especulativo".

Na mesma linha de raciocínio, o deputado Delfim Neto (PPB-SP) garante que o Brasil tem condições de ser um *global player*, mas, para isso, "é preciso que tenhamos um sistema bancário de varejo muito sólido. E nós todos sabemos que esta é a melhor política de busca da solidez. Temos a obrigação de encontrar mecanismos para proteger nosso sistema. A questão está na escolha. O governo pode optar entre chegar no jantar como comensal ou como garçon. Parece que escolheu chegar como garçon", disse Delfim Neto.

A frente parlamentar suprapartidária envolve também senadores e é heterogênea nas propostas. Enquanto Delfim Neto, Gérson Peres e José Lourenço

(PFL-BA) defendem a privatização, mas rejeitam a internacionalização que absorveu alguns dos mais tradicionais bancos brasileiros, os parlamentares opositores condenam a privatização e atuam nas frentes política e jurídica.

Estrangeiros: de 3% a 42%

Contra este processo, José Lourenço disse que o Brasil, "à medida que recebe investimentos em setores de serviços, pagará grandes dividendos. Nos setores industrial e comercial, normalmente, se geram divisas. Mas que divisas gera um banco estrangeiro, ao comprar um nacional e amanhã transferir a seus acionistas, no exterior, os dividendos devidos?"

José Lourenço alerta para o fato de que o sistema bancário internacional já detém 42% do nosso mercado. Disse ele que, no início do governo FHC, essa participação estrangeira "era em torno de 2 a 3% e já está hoje, no sistema pri-

vado, em mais de 40%. E há uma torcida por parte das autoridades financeiras do país para que o Banespa seja comprado por um estrangeiro, porque assim entrarão mais dólares no país".

Fernando Zuppo (PDT-SP), ao condenar a eventual desnacionalização do Banespa, informou que o banco "deu lucro de 1,1 bilhão de dólares e tem imenso potencial para crescer na área de crédito, alavancando a retomada do desenvolvimento econômico de São Paulo e de outras regiões. Mas, na sua política de desmonte da nação, o governo vê a desnacionalização do Banespa como estratégica, pois abriria caminho para a privatização do Banco do Brasil, com ativos de 140 bilhões de reais, e da Caixa Econômica Federal, com ativos de 120 bilhões de reais".

Zuppo apresentou pesquisa, revelando que 48% da opinião pública são contrários à privatização do Banespa e 71% rejeitam a participação do capital estrangeiro na privatização. Sugeriu que o Brasil seguisse "a mesma posi-

Buracos negros financeiros

O redesenho financeiro internacional segue a tendência dos setores industrial e de serviços, onde a moda é inflar músculos através de fusões. Por enquanto, passa a ser o maior conglomerado financeiro do mundo a união dos bancos alemães Deutsche e Dresdner, este absorvido por por 30 bilhões de dólares. Terá o nome de Deutsche Dresdner Group (DDG) e atuará nos segmentos de clientes especiais, varejo e investimentos. No Brasil, o Deutsche e o Dresdner vinham atuando no atacado e no financiamento de transações comerciais externas. Os ativos do novo DDG superam 1,25 trilhão de dólares, um portentoso potencial de empuxe e defesa para a economia alemã e, em âmbito mundial, um potencial super-sugador de sistemas financeiros desatentos, à moda de um buraco negro cósmico.

Mas os japoneses já preparam a fusão que desbancará o DDG da liderança: entrarão em 2001 como os primeiros, com a união do Fuji com seus concorrentes IB e DKB - um conglomerado com ativos de 1,48 trilhão de dólares.

onalização dos bancos



Delfim Neto, Ricardo Berzoini e Gérson Peres consideram que a desnacionalização financeira ameaça o futuro do desenvolvimento brasileiro, ao tornar dominantes os bancos estrangeiros, cuja prioridade é a remuneração de seus acionistas e não o estímulo à produção nacional. Como outros 300 congressistas, condenam o empenho do governo em passar o Banespa ao capital estrangeiro

ção nacionalista dos empresários e governantes dos Estados Unidos, que defendem com intransigência seus interesses, enquanto nossas elites defendem o capital estrangeiro, repetindo que nos tempos de globalização as empresas perderam o caráter nacional".

Resistência feminina

A primeira derrota do governo na proposta de privatização foi imposta pelas juízas Rosimeire Gonçalves de Carvalho, da Justiça Federal de Brasília, e Diva Malerb, da Justiça Federal de São Paulo. Em 21 de fevereiro, a juíza Rosimeire Gonçalves de Carvalho concedeu liminar, suspendendo o processo de privatização, até que seja julgada a ação popular e ação de improbidade administrativa, proposta pelo Ministério Público Federal contra o ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco, e contra o consórcio liderado pelo Banco Fator. No mesmo dia, Diva Malerb concedeu liminar, suspendendo a publicação do balanço de 1999 do banco, que estava prevista para dia 25 de fevereiro. Sem a publicação do balanço, o gover-

no ficou impedido de estabelecer o preço mínimo de venda do Banespa. A decisão da juíza Rosimeire não foi contestada pelo BC, obrigando a equipe econômica a alterar as datas do processo de privatização. Por trás destas ações judiciais, encontram-se parlamentares oposicionistas, entre eles Ricardo Berzoini (PT-SP) e sindicatos de bancários.

Ações na Justiça

Ex-funcionário do Banespa, Berzoini, que está em seu primeiro mandato, defende os bancos dos estados, pois representam "a regionalização do crédito público, além de ser uma fatia importante do sistema financeiro nacional". Berzoini disse que a internacionalização já acontece no Chile, na Venezuela, no Peru e na Argentina, e é estratégia adotada para os países pobres". Segundo o deputado, na Argentina "não existe mais nenhum banco de porte médio ou grande de capital nacional. A privatização é porta aberta para a internacionalização".

Em defesa do sistema bancário de varejo de capital nacional, Berzoini disse que "os grupos que têm mais capital

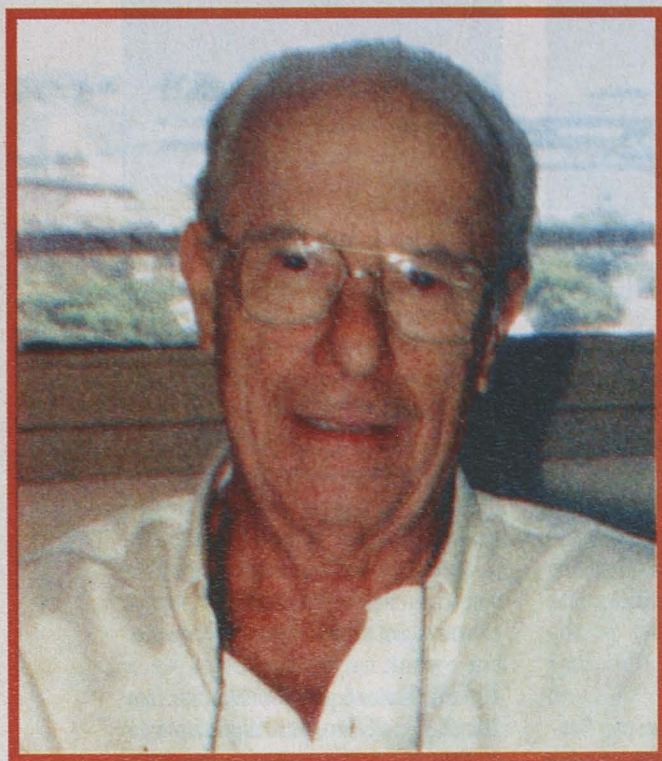
fora do país pouco se importam com o fortalecimento da moeda", citando, como exemplo, o ABN/AMRO, holandês, "que detém no Brasil apenas 5% de seus negócios". Alertou que, quando o sistema bancário é controlado pelo capital nacional, "o governo tem o controle e, se quer mudar o sistema, é só conversar com os grandes bancos. Com internacionalização, é quase impossível manter este controle nas negociações".

Sindicatos e partidos entraram com 20 ações judiciais contra a privatização do Banespa, concentradas em Brasília e São Paulo. Berzoini apresentou, junto o deputado José Dirceu (PT-SP), projeto de decreto legislativo, para suspender a MP que prevê a venda do banco.

Os brasileiros perderam ainda o controle de vários de portes médio e grande, como o Banco Geral do Comércio, vendido para o espanhol Santander; o Bamerindus, vendido para o inglês HSBC; Bozano, Simonsen (que comprou o Meridional) para o ABN/AMRO, que também comprou o Real, e o Garantia, vendido para o Crédit Suisse. ■

Indústria química:

ALIENAÇÃO DA SOBERANIA



Dirigente industrial exige um projeto nacional que beneficie a população - Predominância da linha neoliberal deixa o país à deriva e impede o desenvolvimento - Os laboratórios estrangeiros têm o direito de vida e morte sobre os brasileiros

Procópio Mineiro

NELSON BRASIL é o vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Química Fina e Biotecnologia (Abifina), uma entidade relativamente recente, pois surgiu em 1984, e congrega 35 empresas nacionais do ramo. Acompanha com aceso interesse o desenrolar dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre os Medicamentos e o surgimento dos primeiros remédios genéricos nas farmácias. Considera que a CPI está deixando a desejar, ficando na superfície das questões e evitando aprofundar-se como deveria. Atribui esta situação à desinformação dos integrantes da Comissão e à não-utilização de especialistas no assunto.

Aponta uma falha capital para a vida econômica do país: não existe um projeto de desenvolvimento que oriente o crescimento do Brasil e lhe assegure um espaço adequado no quadro mundial. Por falta desse projeto e igualmente por inexistência de uma política industrial, o setor farmacêutico está dominado pelas multinacionais. Nelson Brasil propõe, entre outras coisas, que se facilite a fusão de laboratórios nacionais, de modo a gerar uma ou duas megaempresas nacionais, com capacidade de pesquisa e de competir com as gigantes de fora.

Outra idéia é a de que o Congresso Nacional volte a examinar a Lei de Patentes, de modo a gerar uma interpretação que seja favorável ao Brasil e não às multinacionais.

Como vê os trabalhos da CPI dos Medicamentos?

Nelson Brasil - Em matéria de CPI, tenho tido emoções muito fortes - ora momentos de extrema felicidade, ora de grandes decepções. Há momentos muito felizes, quando se torna nítido o interesse na busca das grandes causas dos problemas e não há amarras na busca dos responsáveis, estejam onde estiverem. O melhor exemplo disso se deu na CPI sobre a presidência de Collor, quando ele,

apesar de autoridade máxima da República, foi cassado, justamente cassado. Mas existem outras CPIs, cuja finalidade sofre desvios. É o caso da CPI do Sistema Financeiro, que realizou um trabalho muito parcial, de alcance reduzido, não querendo aprofundar as investigações. A do Judiciário, embora também de efeito parcial, pode ser considerada melhor que a do Sistema Financeiro, porque nunca se propôs a resolver todos os problemas, mas apenas desnudar, através de alguns exemplos, as mazelas que ocorrem num segmento que não quer ser transparente. Agora, se vê que o Judiciário precisa de monitoramento externo.

Já a CPI dos Medicamentos é nova ainda. Cheguei a acompanhar os depoimentos do ministro Pedro Malan, da Fazenda, e do secretário Cláudio Considera. O comportamento da CPI não me entusiasmou. Não estou fazendo muita fé nas conclusões. Temo que acabe morna, sem aprofundamento.

A CPI não estaria coletando os dados apropriados, na sua opinião?

NB - Exemplifico com a tese que foi defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, há pouquíssimo tempo, agora em dezembro último, pelo professor Ricardo Isidoro da Silva. Ele apresentou um trabalho bem estruturado, com dados sobre os preços de referência e os mecanismos de transferência *intercompany* através de preços claramente superfaturados na importação de insumos.

Os dados desta tese comprovam: por ano, as multinacionais realizam 600 milhões de dólares em superfaturamento. E tudo foi feito com dados oficiais, que estão disponíveis. Mas é preciso ter um embasamento técnico apropriado. Se os parlamentares estiverem realmente interessados em ir fundo no assunto, eles precisam recorrer a especialistas, cercar-se de pessoas que entendam do tema.

Mas a CPI expôs um conluio dos grandes laboratórios para boicotar os remédios genéricos...

NB - Sim, a CPI está revelando isso, mas de maneira puramente discursiva, emocional. O fundamental seria ir aos dados reais, como os citados, indicar as empresas e os produtos, mostrar a variação de preços e do intercâmbio, revelar quanto de imposto se deixou de recolher. São quase 200 milhões de dólares em impostos sonegados, há operações-fantasma - isto precisa ser desnudado, exposto, verificado. O Collor foi decapitado, porque surgiram os números, os valores de remessas, a Operação Uruguai, a rede de corrupção. Fatos - isto é o essencial. Verborragia sobre conceitos não resolve. Emoção é necessária, mas sozinha não esclarece nem resolve os problemas.

Os laboratórios nacionais estão desaparecendo e predominam os multinacionais, que até vêm se reforçando, através de fusões...

NB - Este é o macrocenário. Os monetaristas, que ainda subsistem, remanescentes do Consenso de Washington, insistem que esses investimentos diretos representam benefícios econômicos e sociais para o país. O grande equívoco dos monetaristas é que acham que os fluxos de capital levam, através da mão invisível do mercado, a alocar de forma ótima os fatores de produção, tornando todo mundo feliz. Isto não ocorre, isto não é verdade.

Se se deixar correr o famoso *free trade*, será cada vez maior a assimetria estrutural, será cada vez maior a separação daquele grupo melhor servido em relação aos periféricos. De que se carece, pois? Carece-se de senso de realidade. Não queremos voltar ao primitivismo de fechar o mercado e crescer para dentro, embora o Brasil disponha dessa possibilidade pelo seu porte de nação-continente. Mas não precisamos fazer

isto, nem o devemos. O que precisamos fazer é, dentro do conceito de globalização, nos abrir ao mundo, mas nos abriremos com autonomia, com soberania, com grandeza e com projeto nacional.

Nós temos condições e devemos definir um projeto nacional que potencialize os usos de nossos recursos naturais, dos nossos recursos humanos e nossa capacidade produtiva, representada por nossos cientistas, nossos pesquisadores, nossos técnicos, por nossa capacidade instalada, a infra-estrutura produtiva do país. Nós temos o que bem poucos países possuem. Daí a urgência de um projeto nacional, que priorize o mercado interno e que veja, no desenvolvimento econômico e social, objetivos fundamentais para sua política.

Falta política industrial, em que se contemple o crescimento econômico e, ao mesmo tempo, não objetive apenas a renda per capita, mas também a melhor distribuição do fator riqueza no seio da sociedade. Tal política industrial é que seria capaz de fazer a correção desse modelo de investimentos *on-line*. Seria a única forma de evitar a catástrofe.

Uma política industrial adequada objetivaria criar condições, para que empresas e empresários nacionais recebessem aportes de recursos minimamente competitivos com os recursos que aportam às grandes empresas do mundo inteiro, para que possam fazer suas fusões, suas aglomerações, crescerem como empresas aqui dentro do Brasil com capital nacional. Neste particular gostaria de louvar o presidente do BNDES, Andrea Calabi, que emitiu sinais de dar suporte a empresas nacionais na definição do projeto petroquímico. É preciso capacitar grupos nacionais para se posicionarem no mercado petroquímico, em condições de competir com a indústria internacional. É bom sinal, mas ainda um sinal setorial, pois deveria contemplar também outras áreas, como a farmacêutica, por exemplo. (NR: Alguns dias após esta entrevista, e segundo alguns comentaristas, devido aos posiciona-

mentos aqui louvados por Nelson Brasil, Andrea Calabi foi demitido da presidência do BNDES e substituído pelo banqueiro Francisco Gros, que presidiu o Banco Central no período Collor e era agora diretor do banco norte-americano Stanley Morgan. A indicação de Gros vem sendo interpretada como vitória do grupo neoliberal do ministro da Fazenda, Pedro Malan, e como indicação de que o BNDES continuará a política de financiamento às multinacionais para que adquiram ativos nacionais de forma facilitada.)

Com uma política industrial nessa linha, a empresa nacional conseguiria fazer frente à competição?

Não é preciso inventar nada, pois já existem os instrumentos, os mecanismos de induzir investimentos. O que falta é uma política que defina programas, que vá atuar de forma sistêmica, fazendo com que estes mecanismos priorizem e apoiem tais projetos. Existem empresários nas condições de partir para iniciativas desse tipo, existe espaço de mercado, só falta a vontade de fazer, a vontade política de dotar o Brasil de uma política de desenvolvimento nacional própria.

Com a política oficial, que promove uma abertura comercial passiva, não se tornaria impensável definir uma política industrial nacional?



“Somos um país fabuloso. Temos massa crítica, temos competência técnica e grandes cérebros. É fácil mobilizá-los. Falta somente um projeto de desenvolvimento próprio, nacional”

NB - No caso da área farmacêutica, só para dar um exemplo, não tenho dúvidas de que existem alguns laboratórios nacionais de porte médio, na faixa de faturamento anual entre 100 milhões e 200 milhões de reais, que podem se unir e potencializar suas possibilidades de desenvolvimento. Quem sabe a gente não consegue transformar alguns laboratórios médios, através de fusões, em um ou dois megalaboratórios nacionais, com faturamento entre 1 bilhão e 1,5 bilhão, de porte internacional, capazes de fazer pesquisas, de produzir tecnologia? Precisa-se, de fato, criar uma política industrial.

NB - O aprofundamento da "liberalização" do investimento, o receituário do Acordo Multilateral de Investimento, essa movimentação livre de capitais representa alienação de nossa soberania - o capital entra e sai à hora que quiser, só tem garantias e nenhum risco. Tal situação, com esses renovados acordos na área financeira, vai criando dificuldades crescentes para que possamos produzir políticas autônomas. Vivemos uma era de crescente alienação da soberania brasileira.

Algum país em desenvolvimento está se defendendo bem da pressão externa?

NB - Acho que muitos países em desenvolvimento - algumas dezenas - estão sabendo capitalizar as suas vocações em melhores condições que o Brasil. Não é que tenham condições melhores que as nossas, mas apenas estão tendo a inteligência e a capacidade relativamente a seu porte, sabendo capitalizar melhor suas possibilidades em proveito próprio.

A Índia não abriu, nem a China...

NB - A China e a Índia têm posições muito autônomas em muitos assuntos de importância internacional, como esse Acordo Multilateral de Investimentos, o de propriedade intelectual, a Trips, e vários outros. Também há países africanos muito melhor posicionados que nós, quanto à questão da propriedade intelectual. Este tema das patentes é verdadeiro tabu no Brasil, pois aqui se considera a patente um mito sagrado.

Já na África, muitos países simplesmente disseram que seus povos estavam morrendo por falta de remédio e que, ante a recusa dos desenvolvidos em vender remédios baratos, eles simplesmente passariam a fabricar, copiando a patente alheia. Quando uma população está morrendo, não há por que prevalecerem os interesses particulares. Isto foi dito pelo próprio presidente norte-americano Bill Clinton.

Mas, no Brasil, trata-se de patentes como de algo a que se deve respeito sagrado. A Lei de Patentes vale aqui como se fosse emanada de Deus. Aqui o laboratório internacional tem direito de vida e morte sobre os brasileiros.

A questão das patentes é, então, um assunto a merecer rediscussão?

NB - Certamente que sim. Mais do que nunca, a Lei de Patentes deve ser rediscutida. Foi mal debatida entre 1991 e 1994 na Câmara, que aprovou um projeto depois emendado no

Senado. De lá para cá, tem sido questionada sua aplicação. Diria que a lei brasileira, mesmo a aprovada pelo Senado em 1996, não precisa ser alterada, desde que tenhamos uma interpretação, desde que façamos uma leitura nacional de seu texto. Isto envolve principalmente o Judiciário.

A lei permite uma leitura sob a ótica do interesse brasileiro?

NB - Sim. Quem é tendencioso e não ama este país, faz sempre uma leitura contra os interesses nacionais. Mas, se a leitura se fizer com os olhos dos interesses brasileiros, não duvido que a lei atenderá nossas necessidades. Para tanto, precisamos harmonizar essa interpretação e consolidar os conceitos.

Quais os pontos vitais a serem esclarecidos?

NB - O marco regulatório. A lei brasileira entrou em vigor em 11 de maio de 1997, atendendo requisito da Trips, que fora acertado a partir de janeiro de 1995. Estabelecia-se que, de acordo com o estágio de desenvolvimento do país e a importância das técnicas em questão, o país poderia levar até 10 anos para se adequar à legislação.

Portanto, no nosso caso, o prazo de tolerância se estende até 2005, quando só então o Brasil estará obrigado a observar na totalidade os mandamentos da Trips. Em nosso entendimento, portanto, as empresas internacionais que ingressaram com processos contra empresas brasileiras devem ter os pleitos julgados pela lei anterior, com observância do prazo de 10 anos estabelecido para adaptação.

É um erro atender interesses das multinacionais usando a lei nova, como se a aplicação fosse imediata. Infelizmente, muitos juízes estão cometendo esse erro a favor das multinacionais. Ao decidir, certos juízes se deixam levar pelo posicionamento do Executivo

e adotam as decisões que mais ferem o interesse nacional.

Como superar essa divergência de interpretações no Judiciário?

NB - É preciso que o Congresso Nacional reabra a discussão da lei. Não é sequer para alterar os conceitos, mas para aprofundar o que lá se diz, para que os juízes a entendam bem e possam aplicá-la sem prejudicar o Brasil. Hoje podemos dizer que a Lei de Patentes aprovada pelo Congresso vem tendo aplicação desfigurada, seja no Executivo, seja no Judiciário. Precisamos formar uma consciência única que seja a favor do país.

São empresas que têm consciência da necessidade e da importância dessa rediscussão da Lei de Patentes, mas não têm o cacife das multinacionais em termos de mobilização da mídia. Em 1993 e 94, os laboratórios internacionais praticamente dominaram a mídia.

Nossa informação não chegava à sociedade ou, se chegava, era de forma distorcida. Para mobilizar, não temos cacife, infelizmente.

Estamos necessitando retomar o grande tema da sociedade civil, que adquiriu força nos anos 60, quando o mote era a luta contra o arbítrio. Depois desse movimento todo, foi perdendo a força e atualmente se esvai em coisas pequenas.

“Há juízes absolutamente inflexíveis ao julgar processos de patentes e que não tomam conhecimento dos interesses do Brasil. Não querem levar em conta os malefícios dos cartéis e monopólios multinacionais”



O setor produtivo nacional, e especialmente o de química fina por ser mais afetado, está sensibilizado para exigir uma rediscussão da Lei de Patentes?

NB - Estamos falando, no momento, de um conjunto não muito expressivo. O complexo industrial de química fina aqui no Brasil, com esta abertura comercial abusiva executada nos anos 90, sofreu o impacto de um rolo compressor.

São poucas as empresas que subsistem com pé no mercado e que seguem lutando pela viabilidade econô-

Por que a sociedade não volta a discutir os grandes temas nacionais? Por que a sociedade brasileira não se torna a incentivadora de um grande projeto nacional? Eu acredito que o próprio Executivo é sensível a isso.

Há grandes áreas, fora da área econômica naturalmente, que não acreditam nos objetivos do neoliberalismo e estão constantemente procurando esclarecer que eles estão errados e que devem mudar de rumo.

Seria de grande utilidade ter a sociedade em geral e estes setores mais esclarecidos participando de um grande debate a favor do Brasil. ■



Abaixo, militares dos Estados Unidos fazem treinamento na Amazônia peruana. Ao lado, índios ianomâmis, cuja reserva contínua de 9 milhões de hectares, na fronteira norte, cobre grandes reservas minerais, alimentando intensa polêmica desde que o então presidente Fernando Collor assinou a medida

Amazôn



A grande reserva econômica e ambiental do país exige defesa e exploração sustentável. Hoje desprovido de um projeto nacional, o Brasil está desatento ao que se passa naquelas vastidões de florestas, águas, biogenética e desmedidas riquezas minerais - denunciam estudiosos, administradores e militares



ia, Brasil

Oswaldo Maneschy



A POPULAÇÃO DA TERRA CHEGOU A SEIS BILHÕES DE PESSOAS em outubro do ano passado, segundo cálculos da ONU. O rio Amazonas joga no oceano Atlântico, por segundo, seis bilhões de litros de água doce - ou um litro de água por segundo para cada habitante da Terra. Em um minuto e meio são 90 litros de água por pessoa - quantidade mais do que suficiente para suprir as necessidades básicas de um dia. Neste milênio que começa, a água doce potável, essencial para a vida e que começa escassear em algumas partes do planeta, será disputadíssima - razão até para guerras no futuro.

"Se o Brasil quiser fazer um uso da Amazonia que ponha em risco o meio ambiente dos Estados Unidos, precisamos interromper esse processo imediatamente"

Patrick Hughes, general norte-americano

A Amazônia dispõe de um quinto da água do planeta, além de ser o maior banco genético e a maior floresta tropical da Terra. O seu subsolo abriga riquezas minerais incalculáveis que só a partir da década de 70, com o advento dos satélites, começaram a ser conhecidas e mapeadas pelos países ricos - exatamente os que dominam a tecnologia espacial e já destruíram há muito sua biodiversidade em nome do progresso.

Hoje há uma pressão imensa desses países ricos, organizados no grupo dos sete países mais desenvolvidos (G-7: Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Japão), pela internacionalização dos recursos naturais da Amazônia que, segundo campanha que desenvolvem junto à opinião pública mundial, pertenceriam à Humanidade - não aos nove países sul-americanos que abrigam a floresta em seus territórios. A ofensiva pela internacionalização da última grande área disponível no planeta para ocupação humana e exploração econômica está cada vez mais agressiva, exigindo reação conjunta dos países panamazônicos.

A demarcação de imensas áreas preocupa, ainda mais agora que a tradicional política brasileira de aculturar a

população indígena, aplicada desde os tempos de Rondon, é contestada por organizações internacionais que querem que os índios brasileiros permaneçam intocados, imersos na sua cultura primitiva, como exemplares de um zoológico humano ou figuras petrificadas da pré-história num museu a céu aberto, sem direito a integrar-se à sociedade contemporânea. Do ponto de vista da soberania brasileira preocupa, e muito, o fato de a ONU, na "Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas", conceder o direito a autodeterminação às "nações indígenas" por quem as ONGs tanto brigam.

O governo dos Estados Unidos decidiu, em 1995, que ameaças aos direitos humanos e ao meio ambiente em qualquer parte do mundo são passíveis de intervenção militar por parte de suas Forças Armadas. O general norte-americano Patrick Hughes afirmou publicamente, em 1998, sem meias palavras: "Se o Brasil quiser fazer um uso da Amazônia que ponha em risco o meio ambiente dos Estados Unidos, precisamos interromper esse processo imediatamente." Declaração que se somou à palavra do vice-presidente Al Gore, de que, "ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós"; e a da secretária de Estado, Madeleine Albright, a mesma que definiu como "intervenção militar humanitária" os bombardeios aéreos contra a Iugoslávia, na campanha de Kosovo: "Quando o meio ambiente está em perigo, não existem fronteiras." O desmatamento na Amazônia, segundo andam interpretando os norte-americanos, afeta o clima mundial e, especialmente, o meio ambiente no sul dos Estados Unidos.

O ex-governador Gilberto Mestrinho, defensor intransigente de que os recursos naturais da Amazônia sejam utilizados em benefício dos brasileiros que habitam a região, tem certeza de que está em andamento uma campanha para desmoralizar o Brasil e avançar sobre as riquezas da Amazônia. Ele contesta os

números disponíveis sobre o desmatamento, discorda da atuação das ONGs, critica a omissão de Brasília diante do problema e não tem dúvidas de que a potência hegemônica do mundo, que construiu oleodutos para usufruir do petróleo do Alasca, terá muito menos dificuldades para levar para o Norte a água que o rio Amazonas despeja no mar, tornando-o doce até 320 quilômetros de sua foz.

Quatrocentos anos de luta

O perigo é real e existe há séculos, tanto que portugueses e brasileiros tiveram que lutar para expulsar holandeses, ingleses, franceses e espanhóis da Amazônia, a qual só ganhou seu contorno definitivo, como é hoje, por volta da passagem do século XX, através da ação diplomática do barão do Rio Branco. Os militares brasileiros, que atuam na região há 200 anos e desempenham lá o papel que os bandeirantes tiveram nos primórdios da história do Brasil, fixando a população ao solo, estão atentos ao problema. Mas consideram fundamental que toda a população brasileira se mobilize para afastar o perigo do partilhamento de nosso território.

Existe hoje, em nível internacional, uma campanha para vencer a opinião pública de que a questão amazônica é do interesse da Humanidade e não apenas dos países sul-americanos. E nessa campanha os brasileiros são apresentados, muitas vezes, como vilões - por estarem destruindo a floresta e a sua biodiversidade de forma irreversível. Campanha reforçada pelas declarações cada vez mais ameaçadoras de autoridades americanas e européias - que pressionam o governo brasileiro a proteger a floresta e a tornar cada vez mais inacessíveis grandes áreas dela, declaradas reservas indígenas, áreas de preservação ou parques ambientais que hoje já ocupam 25% da Amazônia, mas que no caso do estado de



Madeleine Albright, secretária de Estado norte-americano: 'Quando o meio ambiente está em perigo, não existem fronteiras'

Roraima, como denunciou seu governador, impedem que ele tenha qualquer ingerência sobre dois terços do estado - considerados área restrita para exploração econômica, mas área aberta para a atuação de ONGs financiadas com recursos enviados do exterior.

O general Luís Gonzaga Schröder Lessa, ex-comandante militar da Amazônia e atual comandante militar do Leste, acredita que só a firme vontade nacional reverterá esta situação.

A questão indígena

"Sou governador de apenas um terço do meu estado, porque os outros dois terços são terras indígenas ou de uso restrito", afirmou o engenheiro Neudo Ribeiro Campos, governador de Roraima. Ele considera essencial o Brasil decidir o que pretende fazer com os recursos naturais da Amazônia: explorá-los ou deixá-los intactos para que alguém, um dia, os explore. Segundo Neudo Campos, que neste aspecto tem opinião bem diversa da do ministro Sarney Filho, do Meio Ambiente, hoje prevalece na Amazônia a lógica e o poder das organizações não-governamentais, todas com grande trânsito em Brasília.

Ele citou como exemplo a demarcação em andamento da região de Raposo, na Serra do Sul. A Funai deverá demarcar área de 1,6 milhão de hectares, o que garantirá 900 hectares para cada uma das 1.778 famílias indígenas cadastradas. "A título de comparação, o Ministério da Reforma Agrária propõe, nos assentamentos da Amazônia, áreas de 20 hectares para cada família de colono interessada, sendo cinco hectares para produção e outros 15 para preservação", explicou.

"Esta questão nos afeta profundamente e a culpa não é do índio, que nem se beneficia disso. Precisamos ficar atentos a esta ingerência, a esta quase intervenção não-declarada de organizações internacionais influentes em Brasília. Só



Neudo Campos: 'Governo só um terço do meu estado: os outros dois terços são terras indígenas ou de uso restrito'.
No alto, índio ianomâmi no hospital

na Amazônia Ocidental, os 94 mil índios cadastrados ocupam 25% da extensão territorial, ou cerca de 538 mil quilômetros quadrados - área suficiente para abrigar a Áustria, a Bélgica, a Dinamarca, a Holanda, Portugal, a Irlanda e 74% do Reino Unido, onde vivem mais de 60 milhões de pessoas", enumerou.

Para o governador, o exercício da soberania brasileira na Amazônia começa pelo esforço de diminuir a disparidade do desenvolvimento entre o Sudeste e a região Norte. "A Amazônia Ocidental abriga 2,83% da população brasileira e gera 2,30% do PIB nacional - o que

acarreta uma renda *per capita* 20% mais baixa do que a média nacional e 60% inferior à renda *per capita* do Sudeste". Neudo acrescentou que, em contrapartida, a Amazônia Ocidental representa 25,68% do território brasileiro (2,18 milhões de quilômetros quadrados), mas 22% de suas terras são de uso restrito - reservas indígenas, parques nacionais ou áreas de proteção ambiental.

Ocupação racional

"Não sou contra comunidades indígenas, mas me oponho a exageros. A Funai chega, reivindicando, demarca e pronto. Por isso, estamos pedindo revisões em Brasília. Não faz sentido que a província mineral da serra da Surucucu, onde está talvez a maior jazida de cassiterita do mundo, não seja explorada, porque está dentro do território ianomâmi. É igualmente insensatez que fiquem inacessíveis as jazidas de urânio e molibdênio existentes na reserva de São Marcos, ou que não se explore o ouro e os diamantes descobertos no nordeste do estado, em áreas restritas", argumentou Neudo Campos, que fez questão de ressaltar:

"Mas quem somos nós para dizer o que tem no subsolo de Roraima? Quem sabe de nossos minérios, onde estão e em que quantidade são os donos dos satélites que prospectam a Amazônia do espaço. Eles sabem exatamente onde estão e quanto valem as nossas riquezas minerais."

Os líderes mundiais, especialmente os do G-7, deixaram claro o que pensam sobre a Amazônia. Por isso, Neudo faz questão de deixar clara a sua posição:

"Temos que ocupar racionalmente a Amazônia para não destruí-la. Acho ingênuo pensar que preservaremos nossa soberania garantindo apenas presença militar e policial na área. É preciso uma ocupação econômica racional. No meu estado, priorizo a atração de capitais. Asfaltamos a BR-104, que é federal, e

temos que ocupar racionalmente a Amazônia para não destruí-la. Acho ingênuo pensar que preservaremos nossa soberania garantindo apenas presença militar e policial na área"

Neudo Ribeiro Campos, governador de Roraima

até abril esperamos concluir ponte de 700 metros, que nos ligará ao resto do Brasil. Estou conclamando empresários a se instalarem em Roraima. Nossa posição geográfica, eterna desvantagem, hoje é vantagem. Boavista fica ao sul da Venezuela, mercado de 20 milhões de habitantes, e ao norte da Amazônia, outros 20 milhões de habitantes. A energia hidrelétrica venezuelana de Guri está chegando e, com energia barata, teremos condições de produzir e exportar em condições bem melhores do que as do Sul e do Sudeste.

Mestrinho: liderar na biogenética

O ex-governador do Amazonas, senador Gilberto Mestrinho, também partidário da exploração dos recursos da Amazônia, destacou que bastaria a exploração racional de apenas 1% dos mais de 4 milhões de quilômetros quadrados da região para que o Brasil dobrasse a sua produção de grãos. "Apenas essa área, um ponto de alfinete na floresta, geraria milhões de empregos para os brasileiros", acabando com a miséria e a pobreza do caboclo. Segundo Mestrinho, o mundo atual evolui com base em dois pilares - a informática e a biotecnologia. Embora na primeira área nossa contribuição seja pequena, na segunda poderemos liderar, porque a Amazônia é o maior banco genético da Terra.

"A biotecnologia, através da genética, é o futuro. Não influi apenas na questão dos medicamentos, das curas, das descobertas. A genética possibilita coisas fantásticas. Há pouco uma praga estava dizimando os laranjais da Flórida, pois levaram um inseto do Equador para lá e ele, em pouco tempo, acabou com os outros que estavam destruindo as plantações de laranja. Uma outra descoberta incrível é que existe



um fungo na floresta capaz de degradar o plástico, produto altamente poluente quando abandonado no meio ambiente. Há experiências em andamento para o aproveitamento desses fungos amazônicos para criar um novo tipo de plástico, biodegradável.

Mestrinho acha fundamental o Brasil combater com severidade a biopirataria, que segundo ele grassa impune nas áreas restritas da Amazônia, graças ao prestígio que as organizações não-governamentais desfrutam em Brasília. Ele acha fantástico o desenvolvimento que a Amazônia pode proporcionar não só ao Brasil, como a todos os países sul-americanos que a dividem conosco. "A evolução do conhecimento é muito grande nos dias de hoje. De posse desse conhecimento, temos condições de não só garantir a integridade da floresta - contribuindo para o bem-estar da humanidade - como produzir empregos, trabalho, riquezas, através do manejo racional e científico da floresta, em benefício de toda a população da Amazônia."

Capiberibe: lançar o novo discurso

A intervenção externa não preocupa o governador do Amapá, João Alberto Capiberibe. "O que me assusta mesmo é a malária que, ano passado, atingiu 22 mil pessoas no meu estado e, este ano, deve chegar a 30 mil casos." O Amapá tem 98% de seus ecossistemas intocados e foi um território cuja posse os franceses reivindicaram por 300 anos, até que, em 1895, promoveram um massacre que virou escândalo mundial e assegurou a posse do território para o Brasil.

Para o governador amapaense, todo processo de desenvolvimento da Amazônia, até hoje, foi pensado "sem conhecimento profundo que nos leve a decisões acertadas". Ele acha fundamental partir do reconhecimento de que, além da maior biodiversidade do planeta, da maior concentração de água doce do

João Alberto Capiberibe:
'Como conviver com a vergonha de ver crianças morrendo? Temos que admitir que há algo muito errado'



mundo, a Amazônia brasileira também é muito pobre. "Como conviver com a vergonha de ver crianças morrendo? Temos de admitir que há algo errado."

Partindo desse princípio, acha necessária uma revisão do próprio processo de exploração econômica - especialmente de projetos como o Jari ou de extração de minérios, os mais comuns.

"Precisamos atender as necessidades de nosso povo, não o de outros lugares. Levando em conta o preço que pagam aos catadores de castanha-do-pará, achei melhor comprar toda a produção e destiná-la a nossa própria população. É um uso muito mais nobre do que entregá-la, a preço ínfimo, para atravessadores."

Por ser detentor da maior biodiversidade do planeta, o Brasil, na opinião de Capiberibe, deveria dar as cartas. "O Brasil tem a possibilidade única de sugerir o novo. Colocar para a opinião pública mundial que, antes de mais nada, toda a população brasileira precisa ser alimentada, ter escola, ter condições mínimas de sobrevivência. Essa plataforma, na minha opinião, afastaria o risco de intervenção estrangeira e nos daria possibilidade de liderar a segunda onda de globalização, onde colocaríamos para os países mais ricos do mundo, em um embate entre ricos e pobres, claramente, que eles é que são os grandes poluidores do planeta."

Para Capiberibe, é fundamental a criação de um novo bloco econômico, reunindo os países amazônicos, com o Brasil à frente, para enfrentar os blocos americano e europeu. "Temos que criar isso, temos que organizar a nossa vizinhança", concluiu. ■

A cobiça externa

A questão da Amazônia vai muito além das Forças Armadas, diz o general Luís Gonzaga Schröder Lessa, ex-comandante militar da Amazônia e atual comandante militar do Leste, com sede no Rio de Janeiro. Para ele, há necessidade de o Brasil se mobilizar para desenvolver a Amazônia, porque a integração é a melhor defesa contra a cobiça dos países ricos. "Falta ao Brasil um projeto específico que confira *status* privilegiado para a região, com a participação de todos, como já fizemos em outros lugares", argumentou Lessa, para quem é fundamental a mobilização do governo e da opinião pública.

As Forças Armadas priorizam a defesa da Amazônia, por isso o Exército vem reforçando há anos os seus efetivos na região, transferindo para lá unidades militares antes sediadas no Sul. Com tal iniciativa, já são 20 mil homens na região, tropa pequena, mas dotada de grande operacionalidade com o apoio da Marinha e da FAB.

"Temos extensões imensas a serem ocupadas na Amazônia, não só pelo aspecto da defesa, mas pela necessidade de marcar a nossa soberania. Há extensões de fronteira ao longo das Guianas com até 1.670 quilômetros - a distância do Rio de Janeiro a Porto Alegre - sem a presença de qualquer representante do Estado brasileiro, seja soldado ou funcionário civil", afirmou o general Lessa, que considera uma necessidade estratégica a reativação do Projeto Calha Norte, há algum tempo praticamente abandonado pelo governo.



O general Lessa, ao centro, já comandou a região e considera decisivo que a opinião pública brasileira se posicione pelo desenvolvimento e defesa intransigente da Amazônia

Sementeira de cidades

O Calha Norte prevê a instalação de pequenas unidades militares no extremo Norte, ocupando o imenso vazio. "Há 20 anos os pelotões de fronteira eram a única presença brasileira em Roraima, no mesmo lugar onde hoje existem cidades. Há 12 anos, Tabatinga, hoje com 35 mil habitantes, não passava de uma colônia militar. O Projeto Calha Norte tem a pretensão de transformar em vilas e povoados, como historicamente tem acontecido na Amazônia brasileira, os pequenos grupamentos militares criados e espalhados pelo extremo Norte das fronteiras", argumentou Lessa, que conside-

ra a integração dessas áreas mais importante do que a dissuasão militar.

O almirante Hernani Fortuna reforça a argumentação de Lessa: "Existe vontade política de preservar a Amazônia e manter a soberania brasileira lá a qualquer custo? Se existir essa vontade, seremos capazes de resistir às pressões que possam vir de qualquer lugar. Essa vontade política é necessária, porque um dispositivo de dissuasão precisa, antes de tudo, de uma concepção política e de um conceito estratégico." Fortuna lembra que a maior fronteira da França com um país estrangeiro não está na Europa, mas na América do Sul e é a fronteira com o Brasil - porque a Guiana Francesa tem o *status* de território metropolitano.

"Há extensões de fronteira ao longo das Guianas com até 1.670 km sem a presença de qualquer representante do Estado brasileiro, seja soldado ou funcionário civil"

General Luís Gonzaga Schröder Lessa

"A França está tremendamente bem situada na Guiana em termos estratégicos, com suas projeções caribenha, amazônica e atlântica. As Forças Armadas francesas articulam eixo dissuasório instalado entre a Guiana, Guadalupe e Martinica. A Marinha está na Martinica; a aviação em Guadalupe e o Exército na Guiana. Há um comando unificado na Martinica, onde também há uma brigada de infantaria de selva altamente equipada e adestrada. A França está vendo fantasmas? Não, está apenas cuidando de seus interesses e isso não pode ser ignorado - explicou Fortuna, lembrando que o Brasil deveria se preocupar com os litígios de fronteira entre Guiana e Suriname, entre Guiana e Venezuela, entre Venezuela e Colômbia, entre Peru e Equador, e entre Bolívia, Chile e Peru, todos próximos demais para serem ignorados.

Vontade nacional

Segundo Fortuna, quando falamos de poder político e estratégia, a Amazônia precisa ser vista como área de hipótese de conflito, tal a sua riqueza e extensão. A maior floresta da Terra forma o maior banco genético do planeta, tem riquezas incalculáveis no subsolo, dispõe de um quinto da água doce do mundo e é imenso vazio demográfico.

"As dimensões da Amazônia brasileira, 4,5 milhões de quilômetros quadrados, assustam quem não a conhece. Se sairmos de Belém para saber o que está acontecendo nas cabeceiras do rio Juruá, onde temos grandes jazidas de petróleo e gás natural, nos deslocaremos por 3.200 milhas náuticas (quase 6 mil quilômetros), porque a estrada, lá, é o rio. Em termos de deslocamento, significa mais do que a travessia atlântica entre Recife e Gibraltar", observou Fortuna.

O almirante, tal como o general Lessa, acha que a defesa da Amazônia passa muito mais pela mobilização da vontade nacional do que pela força das



Na Amazônia equatoriana, marines norte-americanos realizam treinamentos de guerra na selva com unidades militares e policiais daquele país. Como alvo dos exercícios, o combate a supostos grupamentos de guerrilha esquerdista

armas. Mas não deixou de falar na carência de recursos dos orçamentos militares. "Hoje os investimentos das Forças Armadas não consomem nem 0,15% do PIB nacional, o que é absolutamente nada. Alguém pode dizer que os cerca de 500 milhões de reais são alguma coisa. Em termos militares, de dissuasão, não são nada. Para comparar, só nos dias 12, 13 e 14 de janeiro de 1999, com a desvalorização cambial, gastamos 48 bilhões de reais - o acréscimo da dívida pública, que hoje é de cerca de 500 bilhões de reais".

O professor Severino Cabral, da Universidade Cândido Mendes, cita o general Charles Beagle, ex-comandante da Zona do Canal, para quem os EUA não deveriam se retirar do Panamá, para que pudessem "defender o Brasil e a Venezuela da crise colombiana".

Cabral denunciou que já há uma guerra em andamento, na mídia nacional e internacional, para conquistar corações e mentes sobre a questão amazônica. "Estão difundindo conceitos que visam a desarticular, desestimular a nossa presença na região. Preocupa o perfil baixo

de nossa resposta, a carga de nossas Forças Armadas, que hoje são alvo de campanha permanente de descrédito. Nosso território é fruto da vontade nacional de confrontar grandes interesses externos. No século XVII, Pedro Teixeira expulsou da Amazônia holandeses, franceses e ingleses. Isso foi fundamental para configurar a Amazônia brasileira. Em 1750, com o Tratado de Madri, confirmamos a posse desse legado."

Cabral comparou: "O brasileiro da Amazônia precisa ser amparado em todos os sentidos, inclusive logístico, porque é o primeiro combatente daquelas terras. A resistência, se for necessária, tem que partir de nosso povo. Não poderíamos pensar no Vietnã de hoje, soberano e independente - depois da guerra contra japoneses, franceses e norte-americanos - se não fosse a firme disposição de luta de seu povo contra o domínio estrangeiro. Nós, brasileiros, não podemos nos diminuir diante dos Estados Unidos. Podemos nos tornar a grande potência do hemisfério sul com a integração do espaço amazônico", completou o professor Severino Cabral. ■

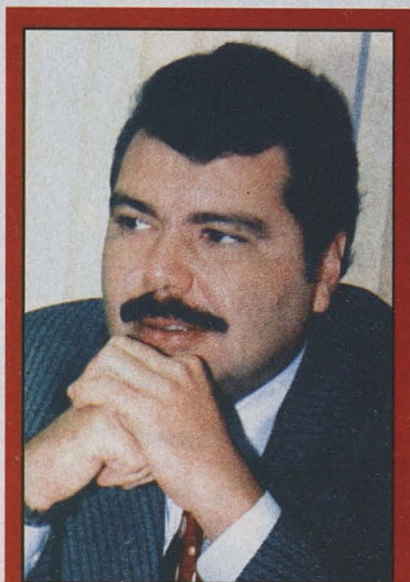
QUESTÃO AMBIENTAL

Como Brasília vê a Amazônia

Ação dos traficantes de drogas na Amazônia brasileira é o que mais preocupa o governo federal, que para combatê-los criou a Secretaria Nacional Antidrogas - revela o general Alberto Mendes Cardoso, chefe do Gabinete de Segurança da Presidência da República. Prioridade no programa "Brasil em Ação", acrescenta Cardoso, a atuação de Brasília na região avança em quatro eixos: a certeza de que o progresso é a melhor defesa da soberania brasileira na Amazônia, inclusive contra o crime organizado; parcerias com os governos estaduais e municipais; busca da integração energética, inclusive pela utilização do gás natural de Urucum, para criar as condições ideais para o desenvolvimento sustentável que não agrida o meio ambiente; e salvaguarda da biodiversidade da região, a maior do planeta.

"O governo federal acompanha atentamente as ameaças à Amazônia, especialmente a ação audaciosa dos traficantes, a extração ilegal de madeiras, a biopirataria e a ação das organizações não-governamentais, especialmente as estrangeiras", garante o general.

"Somos realmente responsáveis pela Amazônia, inclusive em termos ambientais. Precisamos do apoio de toda a sociedade para proteger a região. O Plano Plurianual dá ênfase a investimentos como o Projeto Sívam", declarou. Cardoso também defendeu o Projeto Calha Norte que considerou importante "para fortalecer o poder do Estado brasileiro



Sarney Filho: a demarcação conta com apoio do G-7 e com ela "o Brasil espera fazer justiça aos índios e aos seus descendentes"

nas localidades mais distantes de nosso território".

Os quatro receios

Para o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, hoje existem quatro grandes problemas relacionados à Amazônia, que precisam de respostas do poder público brasileiro: em primeiro lugar, o receio de que os povos indígenas um dia pleiteiem soberania própria; em segundo lugar, o receio de uma ação internacional na região, sob a desculpa de combater o narcotráfico; em terceiro

lugar, o receio de que a atuação das ONGs internacionais coloquem em risco a soberania brasileira, e, por último, o receio de que o Brasil não seja capaz de proteger seus recursos naturais da utilização predatória, fato que estimularia as pretensões de internacionalização.

Segundo Sarney Filho, "com a demarcação das terras indígenas, bastante acelerada com apoio e financiamento dos países que integram o G-7, o Brasil espera fazer justiça aos índios e aos seus descendentes, afastando o primeiro receio". Na opinião do ministro, a demarcação, ao contrário do que alguns pensam, "contribuirá decisivamente para integrar os índios à nacionalidade brasileira", prova disso é o fato de que foi revertida a curva descendente da população indígena, o que indica a melhoria de vida deles." O avanço do narcotráfico na região, o segundo receio, acrescentou, será combatido com a conclusão do Projeto Sívam. "É do interesse de todos que o Brasil saia das grandes rotas do tráfico e do mercado de consumo de drogas", o que só será possível, na sua opinião, com a defesa da soberania, dos cidadãos e a colaboração das Forças Armadas. Quanto às ONGs, Sarney Filho observou:

"Tenho tido ampla interlocução de trabalho com elas e quero dar o meu testemunho pessoal: sem desmerecer as outras, converso freqüentemente com integrantes do Greenpeace, WWF, S0S Mata Atlântica e Amigos da Terra. Considero essas entidades modelos de dedicação ao bem comum, fazendo um combate pio-

**Somos realmente responsáveis pela Amazônia,
inclusive em termos ambientais. Precisamos do apoio
de toda a sociedade para proteger a região”**

General Alberto Mendes Cardoso, chefe do Gabinete de Segurança da Presidência da República



A devastação florestal é uma das maiores preocupações pelas conseqüências sobre o equilíbrio ambiental amazônico. O papel das ONGs recebe freqüentes críticas, pelo tom de interferência que adquirem muitas de suas intervenções e por denúncias de biopirataria

neiro e primordial em defesa do meio ambiente. Pode ser que haja indivíduos e organizações mal-intencionadas, mas, no caso das ONGs ambientalistas, não as encontrei.”

Sobre o quarto problema, o receio da devastação, Sarney Filho argumentou que "o controle dela é a melhor forma de consolidar a imagem do Brasil como país ético e capaz de exercer a sua soberania sobre a Amazônia". Garantiu que acredita firmemente na capacidade brasileira de deter o processo de destruição da floresta e de construir um modelo de desenvolvimento sustentável para a região. Reconheceu que a tarefa não é fácil devido à fragmentação setorial do governo brasileiro, mas que tem procurado parcerias com outros ministérios, especialmente Fazenda e Agricultura.

Sarney fez um relatório sobre em que pé está o desmatamento na região, que já chega a 13%, embora em 1970 não ultrapassasse 3%, e manifestou a sua certeza de que "a preservação só será eficaz quando o conjunto da sociedade brasileira assumir esta tarefa, sem esperar a ação do poder público". É fundamental que o amazônida modifique sua cultura, especialmente o hábito de preparar o terreno com queimadas antes do plantio. Em seguida, enumerou os programas que desenvolve na região.

“Fazemos prevenção através do Programa de Prevenção e Controle às Queimadas e aos Incêndios Florestais no Arco do Desflorestamento (Proarco); tocamos o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, que visa desenvolver alternativas para o desmatamento; temos o programa Amazônia Fique Legal, que visa à regularização fundiária das florestas nativas e que vem sendo tocado com a ajuda de mais de 60 entidades dos setores da agricultura familiar, agroextrativismo, pesca artesanal, agropecuários, exploração de madeira; e também o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, o PPG-7, criado a pedido dos países do G-7 e que objetiva maximizar os benefícios das florestas, mediante atividades sustentáveis que contribuam para a redução dos desmatamentos.”

Esteja afinado com o seu tempo

POLÍTICA • CULTURA • ECONOMIA • EDUCAÇÃO • SAÚDE • COMUNICAÇÃO • ENTREVISTAS • INFÂNCIA • SOCIEDADE • MEIO AMBIENTE • EMPRESAS • NEGÓCIOS • LAZER
ESPORTE • ATUALIDADES • LIVROS • CIÊNCIA • ARTE • TRABALHO • JUSTIÇA • DIREITOS HUMANOS • GLOBALIZAÇÃO • HISTÓRIA • MERCOSUL • TURISMO • TECNOLOGIA



*A informação é um instrumento indispensável no século XXI.
Por isso, você precisa assinar nossas publicações.*

SIM, DESEJO ASSINAR (assinale com um x)

CADERNOS MERCOSUL ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

Preço da assinatura (12 edições): R\$ 72,00

Minha opção de pagamento é:

À vista R\$ 60,00 (preço promocional por tempo limitado)

2 x R\$ 32,00 3 x R\$ 22,00 4 x R\$ 17,00

Pagarei da seguinte forma:

Boleto bancário (que será enviado ao meu endereço pelo correio)

Cartão de Crédito: N°

Validade: /

Meu nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

Estado: Tel.: Fax:

CEP: Profissão:

Empresa: Setor:

Data:/...../.....

Assinatura

Preencha o cupom e mande pelo correio à Editora Terceiro Milênio.
Se preferir, envie por fax.

Fax: (0xx21) 252-8455

Ou faça seu pedido pela Internet:

e-mail: etm@etm.com.br

www.etm.com.br



Novo endereço:

Rua Conde de Lages, 44
Grupo: 508 / 509 / 510
Lapa - Rio de Janeiro - RJ
Brasil - CEP. 20241-080

Tel: (0xx21) 221-7511

Postal Norte-Sul



BRASIL 500 ANOS EM DOCUMENTO

Ivan Alves Filho

Um livro de referência, didático, para estudos sobre documentos que registram a História do Brasil. 656 páginas.

Editora Mauad - Cód. 0200-17 R\$99,00



AS CURVAS DO TEMPO

Oscar Niemeyer

Relatos autobiográficos em que o grande arquiteto conta sua trajetória, da infância no bairro de Laranjeiras, no Rio, até os dias de hoje. Ferreira Gullar, que assina a apresentação, afirma que é um livro para se incorporar à história. 296 páginas.

Editora Revan - Cód. 0162 R\$25,00



RUMO À SIERRA MAESTRA

Che Guevara e Raúl Castro

Diários inéditos da guerrilha cubana são revelados com todos os bastidores da Revolução Cubana. Reproduz documentários, fotos e anotações que revelam detalhes nunca divulgados. O professor Emir Sader (Uerj/USP), um estudioso do tema, faz a apresentação da obra. 306 páginas.

Ed. Oficina do Autor - Cód. 517 R\$34,00



HISTÓRIA DO CONE SUL

Amado Luiz Cervo e Mario Rapoport (org.)

Coletânea de ensaios sobre a história dos países do Cone Sul, abordando suas relações regionais e sua inserção na economia internacional. 336 páginas.

Editora Revan - Cód. 0159 R\$30,00



A CRISE DO EMPREGO

Visão além da economia

Paulo C. Moura

O novo livro do conhecido consultor de empresas mostra a realidade de hoje no Brasil frente à crise mundial de emprego e ao impacto da globalização. 280 páginas.

Editora Mauad - Cód. 010064 R\$29,00



A BANALIZAÇÃO DA INJUSTIÇA SOCIAL

Christophe Dejourn

Este livro tem como questão central as "motivações subjetivas da dominação": por que uns consentem em padecer sofrimento, enquanto outros aceitam infligir tal sofrimento? 160 páginas.

FGV Editora - Cód. 20419-9 R\$24,00



HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL

Nelson Werneck Sodré

O livro vem preencher a necessidade de profissionais e estudantes em suas pesquisas, estudos, ensaios, teses e trabalhos dos mais diversos

501 páginas.

Editora Mauad - Cód. 0100-68 R\$59,00



SINDICATOS, TRABALHADORES E A COQUELUCHE NEOLIBERAL: a era Vargas acabou?

Adalberto Moreira Cardoso

A crítica ao processo de desregulamentação ganha consciência analítica neste livro que rebate as teses dominantes sobre os "custos de trabalho" como obstáculo para a modernização da economia. 186 páginas.

FGV Editora - Cód. 85-225-0265-X R\$31,00



A VITALIDADE SEXUAL DO HOMEM

Uma Abordagem Natural

Michael T. Murray

Respeitado naturopata, o autor diagnostica distúrbios da próstata, detecta efeitos colaterais de determinados procedimentos e relaciona virilidade e reeducação alimentar aos exercícios físicos e a um programa de combate ao estresse. 188 páginas.

Editora Campus - Cód. 20310-0 R\$29,00



A AMERICANIZAÇÃO (PERVERSA) DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL

Estratégias de bem-estar e políticas públicas

Maria Lúcia W. Vianna

As políticas implantadas pela ditadura entre 1964 e 1985 revelaram-se perversas pelo seu caráter antidemocrático. A autora busca identificar os fatores de natureza política que vêm produzindo barreiras para a implantação do modelo universalista que embasa a Constituição de 1988. 256 págs.

Editora Revan - Cód. 0156 R\$27,00



ESPAÑOL PARA BRASILEIROS

Juán Kattán-Ibarra

Curso para entender, falar e escrever em espanhol. Se você nunca falou e precisa aprender depressa, esta é a solução. 330 páginas.

Editora Pioneira - Cód. 113-47 R\$ 42,00



BRIZOLISMO

João Trajano Sento - Sé

A leitura deste livro é indispensável a todos aqueles que se interessam pelos destinos das sociedades e, portanto, pela história do Brasil. 365 páginas.

Ed. FGV - Cód. 85.225.028-62 R\$ 29,00



ESCRavidão ou MORTE

Jorge Prata de Souza

O autor esclarece, o motivo pelo qual, lutavam os escravos de uma pátria que os oprimia. Indo além, mostra como, através da guerra, construíram sua liberdade. 136 páginas

Editora Mauad - Cód. 0100-20 R\$22,00



PRESTES

Lutas e autocríticas. Edição Comemorativa dos 100 anos de Luiz Carlos Prestes

Dênis de Moraes e Francisco Viana

Este é o livro para o qual, em vida, Luiz Carlos Prestes deu o seu melhor depoimento. Para esta edição comemorativa, a família Prestes abriu seus arquivos de fotos (quatro cadernos de fotos, 32 páginas). 324 págs.

Ed. Mauad - Cód. 020015 R\$39,00



MENOPAUSA

Uma Abordagem Natural

Michael T. Murray

Como tirar proveito de vitaminas, minerais, ervas, exercícios, dietas e outros métodos naturais, assim como uma abordagem das causas e efeitos da menopausa e uma análise detalhada da terapia de reposição de estrogênio. Hoje, ela ainda é tratada como uma doença, não como um processo fisiológico normal. Como adotar medidas naturais na época que antecede à menopausa? O livro esclarece essas dúvidas e desafia a comunidade médica a repensar o modo de tratar o assunto. 224 páginas.

Editora Campus - Cód. 20311-0 R\$29,90



QUE PAÍS É ESTE?

João Sayad

Temas atuais e polêmicos como a globalização, o liberalismo brasileiro, a "modernização" da economia e o conservadorismo de nossa elite política, possibilitando ao leitor atento a oportunidade de refletir sobre os rumos do país. 320 págs.

Editora Revan - Cód.0178 R\$ 29,00



O DESMONTE DA NAÇÃO

Ivo Lesbaupin (Org.)

Analisa o processo pelo qual o governo Fernando Henrique Cardoso prometia levar o Brasil à modernidade, ao Primeiro Mundo e ao pleno desenvolvimento. Ao invés disso, conduziu a nação ao caos social e ao desastre econômico. 200 páginas.

Vozes - Cód. 85.326.2174-0 R\$16,00

T A N G O

Uma dança e uma maneira de viver

Sensual, sarcástico, romântico e às vezes surrealista, o tango conquista a cada dia mais brasileiros. No Rio de Janeiro, se vive uma verdadeira "tangomania", que aproxima culturalmente cariocas e portenhos


Fernanda Cavalcante

O TANGO NASCEU NAS IMEDIAÇÕES DO CAIS DO PORTO, NOS BAIRROS POBRES DE BUENOS AIRES, sob influências musicais levadas para a Argentina pelos imigrantes italianos e espanhóis. Seus códigos, sua plástica corporal, roupas e gestos, idioma e vocabulário, temas, rituais e história são extratos de uma cultura tangueira que ultrapassa Buenos Aires, se estende a Montevidéu, a capital uruguaia, e se projeta em Rosario, Córdoba, Mendoza, toda a região do litoral pratense e daí para o mundo.

No Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, há um movimento tanguista crescente. A dança portenha extrapolou academias chegando às churrascarias e até livrarias. É cada vez maior o número de casas noturnas cariocas onde o tango é mania, atraindo gente de todas as idades. Tangueiros e tangueiras formam grupos sociais.

O revival carioca da tangomania mais se parece com filosofia de vida. Para os tangueiros, o tango é uma maneira de viver, de sentir e conceber, com paixão, a própria existência, pois o tango não é só dança. A dança se realiza em parte como improvisação e em parte com passos já consagrados e codificados, cujas coreografias evoluem através das épocas. Mas é também canção. Sua música se combina em espírito, métrica, acentuações, intenções, ritmos e melodias como os da poesia cantada.

O tango é arte de interpretação, seja instrumental ou vocal, com orquestra e coro, ou solo. Como exemplifica o poema *Tango*, de Fernán Silva Valdéz: "Tango es música rara que se acompaña con el cuerpo/y con los labios/y con los dientes como si se mascara". Isso é o que vêm descobrindo os brasileiros, que aos poucos, através do tango, percebem que o Brasil, a Argentina e também o Uruguai são mais que países vizinhos. São *hermanos*, com raízes histórico-culturais comuns, que seguiram seus destinos e se reencontram, vez por outra, curtindo a mesma paixão pela cultura latino-americana.



Além dos imigrantes italianos e espanhóis, o tango recebeu a influência africana do candombe (não confundir com candomblé), um ritmo musical que no Uruguai é muito tocado no carnaval. Essa influência pode ser percebida em particular no ritmo contínuo da milonga (mais acelerado que o tango).

Por ter nascido no cais do porto, o tango inicialmente não foi considerado uma dança de salão. Era uma dança vulgar, praticada por pobres e proibida por lei. Os europeus conheceram o tango na Argentina e no Uruguai por volta dos anos 20, o levaram para os salões da Alemanha e França e, posteriormente, para toda a Europa. Desta forma, a dança e a música foram legitimadas, possibilitando a sua "volta" à terra natal e sua aceitação por parte de todas as camadas sociais.

Por essa época, o tango na Europa causava furor. O papa Pio X chegou a assistir em seu gabinete à apresentação de um casal e decidiu, através de uma bula, proibir o tango em todo o mundo católico. Apesar disso, o movimento cresceu e nos anos 30 e 40 o tango passou a ser febre na própria Argentina. Surgiram então as grandes orquestras, com as quais se dança até hoje (Pugliese, Troilo, etc.) e os músicos mais destacados. Sem falar nos grandes intérpretes, como Carlos Gardel, que ganhou fama mundial e é o cantor de tango mais tocado de todos os tempos e o mais conhecido do público brasileiro.

Nos anos 60 e 70 o mundo esqueceu o tango, que renasceu novamente na década de 80, quando novas orquestras surgiram e as grandes companhias de tango começaram a percorrer o mundo, mostrando a sensualidade da dança e levando milhares de pessoas na Europa, nos Estados Unidos e no Japão (um dos países com maior número de adeptos) a bailar o ritmo portenho. Na própria Argentina, o tango ficou nas décadas de 60 e 70 restrito ao circuito turístico-cultural de Buenos Aires e ressurgiu há uma década, reafirmando a identidade do país. Agências levam os grandes mestres da dança pelo mundo afora, principalmente os famosos Oswaldo Zotto e Lorena Ermocida, Miguel Zotto e Milena Plebs e, o mais reconhecido de todos na Europa, Pablo Véron, que participou do filme *Tango*.

O tango é, em certo sentido, antropofágico; se refaz com o passar dos anos, numa adaptação intuitiva. Incorpora técnicas do balé clássico e moderno, harmonias do jazz, formas da música européia, a tensão interior da dança flamenca, o modernismo da poesia de Rubén Darío, os instrumentos do candombe e do rock, a métrica e os argumentos da poesia gauchesca, o vocabulário e a musicalidade do lunfardo (falado no "baixo Buenos Aires"), a melancolia de italianos e franceses.

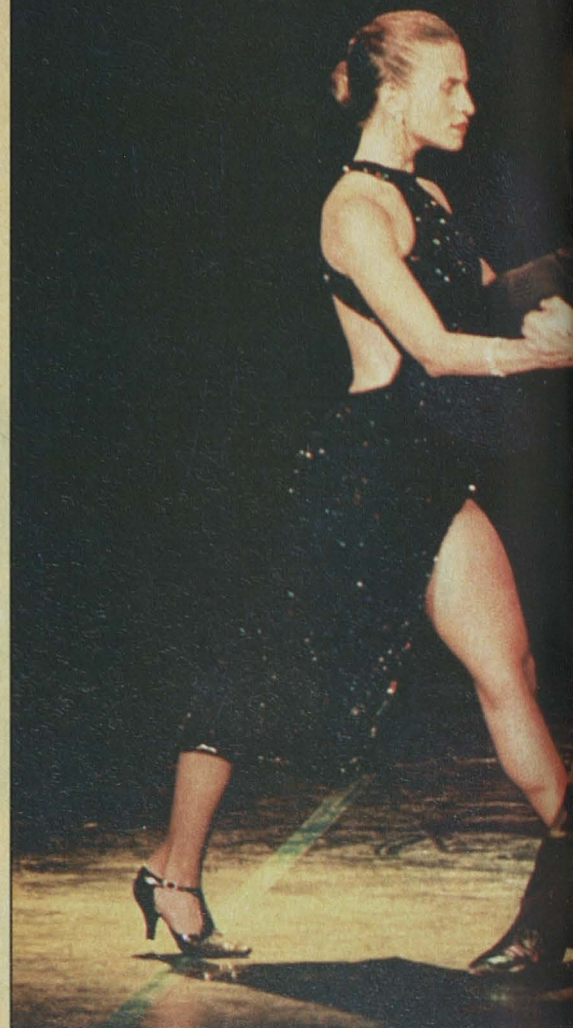
É um longo repertório de temas, dramas e dialetos próprios das cidades portuárias: o amor difícil no labirinto urbano; a saudade e o conflitivo triunfo do coração; o tempo que passa inexorável e a morte anunciada e ritualizada, como obra final. Temas universais, apesar da crônica urbana.

Para saber o que é tango, diz o Homero Expósito nesta composição: "hay que saber sufrir/después amar/después partir/y al fin, andar sin pensamiento". O tango é sensual, individualista, sarcástico, romântico, barroco, e, às vezes, surrealista. Questiona a sociedade, embora não proponha uma melhor. O escritor Alejandro Ulloa descreve em seu livro *Modernidad y música popular en América Latina* o encontro sincrético de três mundos, Europa, África e América, como o responsável pelo tom da arte pratense. "O tango", escreve Ulloa, "nasce em 1870 na região do rio da Prata, em Montevidéu, em Buenos Aires, nos subúrbios e também na zona rural, onde havia remanescentes de ascendência cultural africana. Os protagonistas (...), na maioria pobres das novas metrópoles, passam pouco a pouco a serem reconhecidos veiculadores de uma cultura nacional. São signos da resistência contra a dominação". O pesquisador lembra que a gênese da milonga e do tango, assim como do choro, maxixe e samba no Rio de Janeiro, a rumba em Havana, o merengue em São Domingo, o jazz em Nova Orleans, foi o lumpesinato e não a classe média nem a burguesia.

A nostalgia negra é alegre, irreverente, ou pelo menos assim se manifesta no instrumento do corpo, como a copeira, e nos instrumentos de percussão. A nostalgia dos imigrantes europeus é introspectiva, concisa e melancólica. O bandônion, o piano e as cordas embalam o ritmo do tango, que na definição de Enrique Discépolo, um dos grandes nomes do tango, é "um pensamento triste que se baila".

Jorge Nascimento, professor de Língua Espanhola e Literaturas Hispânicas da Universidade Federal do Espírito Santo, diz que o tango por ser um fenômeno sociocultural e estético, possui uma complexidade que remete à própria formação da cultura *criolla*, mistura de africana e européia. Segundo ele, é no tecido de construção da cidadania e das relações sociais que se pode traçar um paralelo entre a música e a dança argentinas e o samba e a capoeira, do Rio de Janeiro e da Bahia. Guardadas as características peculiares de uma e outra, "tais representações foram formas de afirmação da cultura popular que saíram das vozes da marginalidade social e, através da resistência, conseguiram manter-se à revelia do poder das elites. O malandro carioca pode ser visto como a versão brasileira do compadrão ou do guapo".

O cineasta e pesquisador do elemento negro na formação da cidade do Rio de Janeiro, Roberto Moura, compara a indústria cultural emergente do tango portenho, na Argentina, ao maxixe no Rio de Janeiro. O mundo do espetáculo da década de 20, diz o cineasta, abria um canal de ascensão social para alguns artistas e permitia a emergência de uma cultura "nacional".

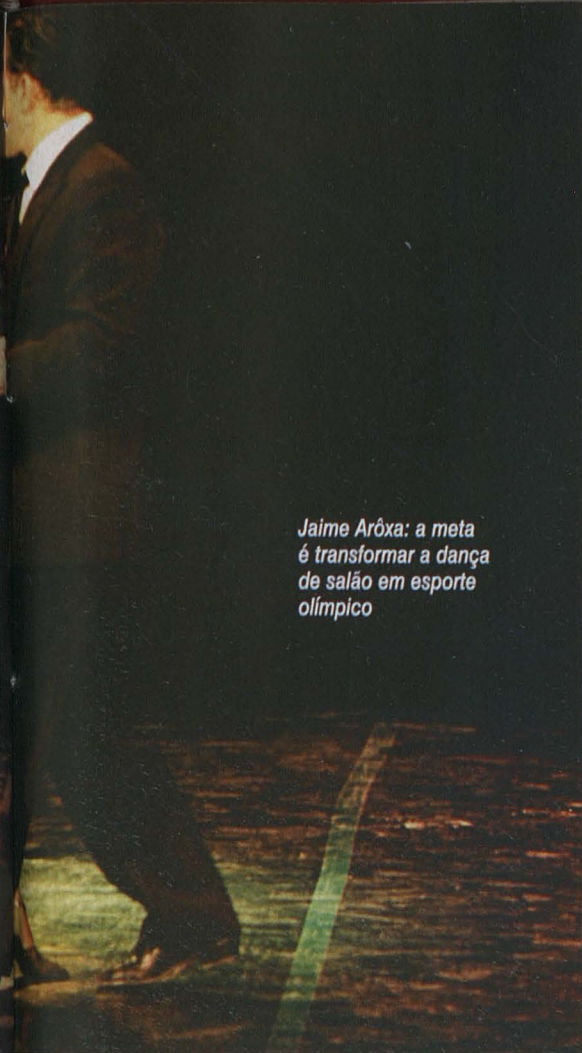


O TURISMO

No Brasil a dança portenha tem sido muito difundida através da promoção de viagens à capital do tango. Professores brasileiros levavam os alunos em excursões a Buenos Aires para praticar o que aprenderam e sentir a música com o coração portenho. O pernambucano Jaime Arôxa foi um dos primeiros a difundir o "turismo dançante". Ele administra quatro academias espalhadas pelas principais capitais brasileiras. Só no Rio de Janeiro, são mil alunos.

O tango é uma especialização dentre as danças de salão. E Jaime Arôxa é um dos professores mais requisitados pelas emissoras de TV para preparar atores todas as vezes em que o tango serve de pano de fundo ou tema de uma produção televisiva. Ele fez a famosa abertura da novela *Kananga do Japão*, da Rede Manchete, e foi responsável, no ano passado, pela performance da atriz Eliane Giardini, em *Andando nas nuvens*, na Rede Globo.

Jaime Arôxa compartilhou com Marília Pêra o sucesso da montagem considerada mais interessante da peça



Jaime Arôxa: a meta é transformar a dança de salão em esporte olímpico

DANÇANTE

de Nelson Rodrigues, Toda nudez será castigada. Marília Pêra interpretou a prostituta Geni, exímia dançarina de tango.

O professor e dançarino também esteve à frente da campanha para tornar a dança de salão um esporte olímpico. Uma novidade que teve sua maior repercussão quando o ballroom-dancing foi considerado como esporte e esperava entrar na fila para Sydney. Mas não entrou. Enquanto espera pela oportunidade, possivelmente para 2004, outros projetos dividem a preocupação do professor, como a peça chamada O homem, a mulher e a música.

Este ano, mais uma vez, Jaime Arôxa vai levar seus alunos a Buenos Aires. Desde a primeira vez que visitou a capital argentina, em 1989, casas de espetáculo como Michelângelo, Señor Tango, La Ventana, Caño 14 e Tango Mío fazem parte de seu roteiro. E para praticar, ele leva os alunos à Galería del Tango, ao Canong, à La Idela, ao Regin e, se for verão, a bailar ao ar livre, sob o luar, no La Estrella.

O crítico de MPB Ricardo Cravo Alvim concorda com a comparação entre tango e samba. O tango estaria para a Argentina assim como o samba está para o Brasil. O pesquisador lembra que no século passado existia um gênero musical intitulado "tango brasileiro", anterior ao surgimento do tango argentino. O tango brasileiro não era senão um ritmo derivado do chote que, segundo Cravo Alvim, tem forte cheiro alemão. Esse gênero musical foi experimentado por Chiquinha Gonzaga e outros compositores que deixaram peças registradas.

Música sem fronteiras

A pesquisadora Sílvia Oroz lembra que no continente americano não havia fronteiras para as diferentes músicas populares nacionais. Um tango poderia aparecer em uma produção mexicana, ou uma rumba numa argentina. Até meados dos 50, não havia a invasão do monopólio do disco americano, e as músicas latino-americanas tinham seu real valor. Em *Don Fulgêncio*, uma comédia com toques melodramáticos, o protagonista está em uma típica boate de Buenos Aires, chorando a perda de um amor, quando uma voz feminina canta melancolicamente "A saudade mata a gente". Convivem, assim, a típica pena de amor, relacionada com o tango, e o romantismo delicado da música brasileira.

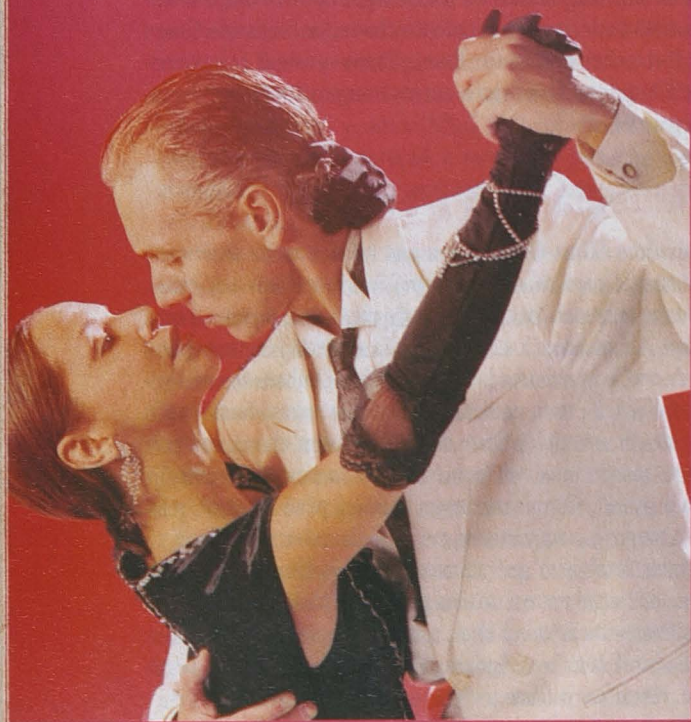
É importante lembrar o que acontecia com os filmes de Gardel, que mostravam a relação entre a música popular, o ídolo e o público de cinema: durante a exibição dos filmes, a cada vez que Gardel cantava, o público pedia bis. Era tal o escândalo, conta Oroz, que era preciso parar a projeção, rebobinar o filme e voltar a exibir.

Até 1955 o tango, no seu período da Segunda Nova Guarda, estava no auge do sucesso nas rádios brasileiras e chegava cada vez mais às telas de cinema. Mas, a partir de então, o Brasil muda a sintonia. Os ritmos nacionais, como a bossa nova, a tropicália, a MPB e a invasão do rock americano, afastam o tom portenho das rádios, dos filmes e do imaginário do povo brasileiro. Na própria Argentina, houve um declínio do tango como expressão popular a partir da segunda metade da década de 60. O fortalecimento do movimento em defesa do tango tradicional teve início em Buenos Aires na virada dos anos 80/90.

O tango como tema

Os dois últimos filmes que utilizam o tango como tema tiveram bilheteria estrondosa no Brasil e no mundo. *Tango lesson*, de Sally Potter, tem estrutura de uma prática de tango. Há paixões, triângulo amoroso, momentos de decisão entre a dança e a paixão, traições etc. O lançamento mais recente foi o filme de Carlos Saura, com o mesmo título, *Tango*. A empresa Lumière, que o distribuiu no Brasil, considerou um sucesso a aceitação do filme pelo público brasileiro. Os ingredientes fundamentais de *Tango* são a coreografia e a iluminação. Com eles, Saura conta a história de um cineasta, Mário, abandonado pela esposa e que para superar a dor mergulha no trabalho, no caso um filme sobre o tango. Mário acaba se apaixonando pela atriz que interpreta a dançarina principal do filme da narrativa e vivem um tórrido caso de amor. O diretor espanhol, com grande sensibilidade, construiu uma bela metáfora sobre o tango. ■

O suíço Éric Müller e a brasileira Jeusa Vasconcelos: precursores no Rio



O tango ganha a cada dia mais adeptos nas academias do Rio de Janeiro

CLIMA PORTENHO NO RIO

O tango é um movimento crescente no Rio de Janeiro. Mas nada de rosa na boca ou olhares fatais, com mulheres jogadas ao chão pelo seu parceiro. Esse tango show, feito para europeu ver, é desprezado pelos tangueros brasileiros, que querem reconstituir nos salões cariocas a tradição mais pura do tango argentino.

Esse não é somente o sonho de tangueros que viveram a época de ouro das milongas, mas também dos jovens, cada vez presentes nas aulas de tango. Quem garante são os professores Marcelo e Alejandra, que dão aula da dança no Instituto Cultural Argentino, ligado ao consulado desse país. A dupla argentina prepara cerca de 80 alunos, a maioria jovem. Mostrar a cultura argentina e o tango portenho livre de estereótipos é a melhor forma de intercâmbio, dizem.

A professora Ângela Cepeda, precursora do movimento que tem levado o tango à churrascarias, casas noturnas e até livrarias, acha natural o retorno dessa dança ao Brasil. Segundo ela, o mundo todo está se movimentando no compasso 2/4. Ângela lembra que os tradicionais Lugar Comum, em Botafogo, e Planeta Tango, no Centro, que realizam bailes semanais, estavam pequenos para a demanda. Daí a sua idéia de transformar a livraria Letras & Expressões e o Visconde Café em milonguitas, ou seja, locais onde se podia fazer aulas práticas e bailar. Quando os projetos acabaram, Ângela levou seu projeto para o Antonino Bar, que infelizmente também fechou suas portas.

Mas foi no Antonino que muitos simpatizantes do tango perderam o medo e se tornaram tangueros verdadeiros. Ângela explica que o brasileiro, mesmo gostando da música, não se arriscava a dançar, porque confundia o tango show com o tango de salão. O casal Vanda e Bacon Girão, ambos comerciantes de 60 anos, tinham exatamente esse medo. "O que nos afastava da dança era o tango show. Achávamos que não era para nós", lembram.

Américo Del Rio, médico-fisioterapeuta argentino radicado no Rio de Janeiro, há 16 anos fundou o movimento Tango en Rio, divulgado em boletins mensais.

Outra característica do tanguero brasileiro é se afinar ao profissional que lhe ensina os primeiros passos. Jairo e a esposa Vanda, por exemplo, são fãs da professora Ângela, que por sua vez teve no casal precursor do tango no Rio de Janeiro, o suíço Éric Müller e a brasileira Jeusa Vasconcelos, seus primeiros ídolos. Paulo Araújo é outro nome das milongas em casas noturnas e na preferência dos discípulos. Segundo o engenheiro Paulo Naidin, de 53 anos, não se pode falar em tango de salão sem falar em Ângela Cepeda e Paulo Araújo, seus professores. Gilda, de 60 anos, além de Ângela, tem Valdecir Souza, como guru. Ela pratica quatro aulas por semana. "Só agora, depois de ficar viúva, aceitei o convite de uma amiga. Gostei e comecei a fazer parte de um grupo, que foi iniciado por Valdecir".

O Planeta Tango, no Centro do Rio, que também veicula um periódico com o mesmo nome, recebe cerca de 100 pessoas por domingo. Sempre que pode, o Planeta apresenta bailes ao vivo com grupos argentinos. ■

O TANGO NO RÁDIO

Ouvir tango, conhecer a sua letra, o contexto em que as músicas foram compostas e ainda conhecer a história da região do rio da Prata não é mais privilégio de poucos especialistas. O programa de rádio Noche Tanguera, que vai ao ar todas as segundas-feiras, de 22 horas à meia-noite pela Rádio Roquete Pinto (94,1 FM), do governo do estado do Rio de Janeiro, veio preencher essa lacuna.

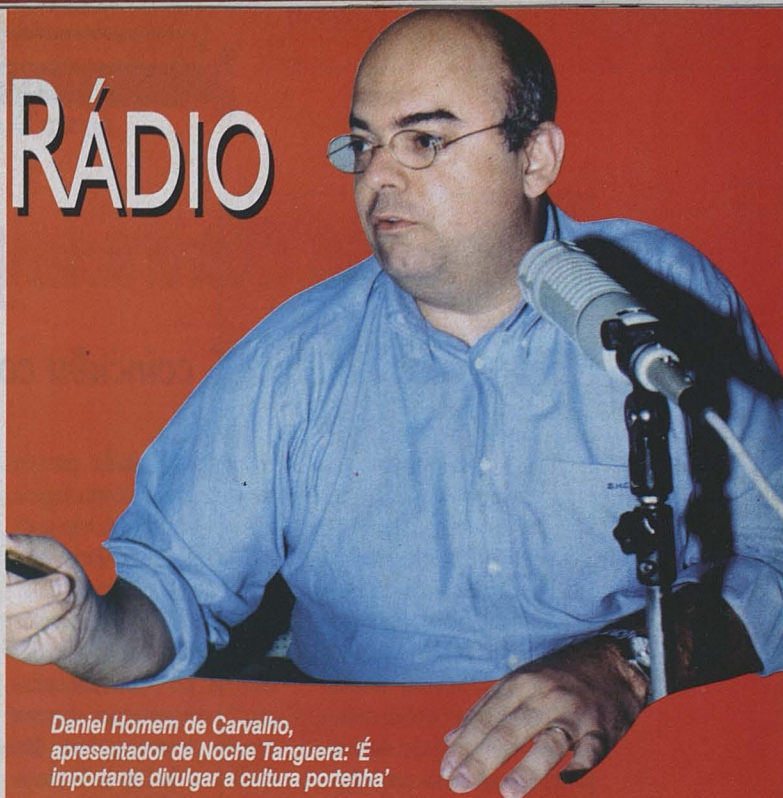
O apresentador Daniel Homem de Carvalho, que é presidente da Loterj, transformou o seu *hobby* pessoal em um importante trabalho de divulgação da cultura portenha. Daniel e Hugo Pain, que também assina a direção musical de Noche Tanguera, que existe há 6 meses, dividem o espaço com convidados que comentam cada um dos tangos apresentados. Às vezes os comentários motivam apaixonadas discussões, pois os apresentadores dividem preferências por orquestras e intérpretes. Quem ganha é o público que houve tango gravado nas mais diversas versões.

Os comentários são feitos por Amanda Artuzo, que viveu na efervescente Buenos Aires dos anos 40; Fernando Alves, que possuiu uma casa de tango na capital argentina e conheceu pessoalmente músicos, poetas, maestros e cantores de tango; Raul Gramajo, compositor de tango, e Hans Henningsen, jornalista e correpondente esportivo de diversos periódicos da Europa e Argentina e que viveu de perto da boemia portenha e brasileira.

Noche Tanguera recebe cerca de 50 ligações por programa, uma média acentuada e apresenta de 30 e 35 tangos por noite. Paím tem catalogados em sua discoteca mais de mil tangos, em vinil e CD. E ainda mais de 500 ritmos latino-americanos, que futuramente podem inspirar novos programas.

Para Homem de Carvalho, o tango nas noites de segunda-feira virou uma extensão de Buenos Aires no Rio de Janeiro, e isso é muito, já que a 94.1 FM, sendo uma rádio do governo, tem por objetivo democratizar a informação, através de programas educativos e culturais. "Creio que pelo menos estamos fazendo a nossa parte, em relação à integração cultural entre brasileiros e argentinos. Nós recebemos, além das ligações, inúmeras cartas de pessoas que nunca foram a Buenos Aires, nunca fizeram aula de tango e raramente ouvem uma canção. Através do programa, dos comentários técnicos sobre o tema, orquestra, cantor e mesmo o cotidiano da Buenos Aires de ontem e de hoje, esse público vem compreendendo melhor o espírito latino-americano. Penso que é mais importante difundir a cultura portenha do que a norte-americana, que impera nos meios de comunicação".

Hugo Pain explica que "o tango é uma música sensual. Escutá-la é uma verdadeira terapia para o coração e dançá-la é sublime". Noche Tanguera é mais uma opção para quem torce pelo retorno do tango. ■



Daniel Homem de Carvalho, apresentador de Noche Tanguera: 'É importante divulgar a cultura portenha'



A equipe do programa Noche Tanguera: apresentando, de forma didática, para o público carioca os aspectos mais típicos da música de Buenos Aires



Os professores de tango do consulado argentino estão felizes com os resultados das aulas

A pressão contra as posições nacionalistas

Mudança no BNDES coincidiu com as críticas de Daley e Pickering

As versões sobre as causas da demissão do economista Andrea Calabi da presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) não resistem a uma análise menos comprometida com o interesse do governo em manter na obscuridade as verdadeiras razões da decisão.

A alegada diferença de estilos entre o Sr. Tápias e o economista defenestrado, insistentemente repetida pelo próprio ministro em entrevistas, não passa de uma cortina de fumaça. Inacreditável que tivesse passado pela cabeça do ministro a necessidade de encontrar uma espécie de irmão gêmeo em estilo para presidir a instituição. Encontrou, sim, um Executivo afinado com ele na nova orientação que traçara para o BNDES.

Ambos, portanto, convergiam no fundamental, isto é, atribuir prioridade às empresas de capital brasileiro, ao invés de continuar financiando empresas transnacionais, na compra de estatais brasileiras, e montadoras, como a Ford, para instalar nova unidade no Brasil. Era a vitória - ainda não se sabe se transformada agora em derrota - do empresariado industrial, que clamava por uma política

econômica voltada para o crescimento e denunciara a desnacionalização, não apenas do setor secundário, mas de toda a economia do país.

As diretrizes recentes do BNDES, que a mídia batizou de "neonacionalismo", despertaram pronta reação dentro e fora das fronteiras do Brasil. O presidente do Banco Central do Brasil (BC), Sr. Armínio Fraga, saiu na frente, ainda em Davos (Suíça), manifestando sua oposição e sublinhando supostos "efeitos muito positivos" dos investimentos externos no Brasil. É a visão, também, do ministro da Fazenda, Pedro Malan.

Agora, o Brasil tem no

BC o Sr. Armínio Fraga, ex-funcionário do megaespeculador George Soros, e, no BNDES, o Sr. Francisco Gross, empregado do Morgan Stanley. Ambos são monetaristas e defensores da dolarização da economia, além de exímios jogadores de instituições financeiras estrangeiras no mercado internacional do dinheiro.

Numa demonstração de que já sabia quem o substituiria, Andrea Calabi não perdeu a oportunidade de manifestar uma preocupação: "Espero que não haja intervenção no processo de modernização do BNDES e quem me substitua tenha o sentimento da percepção da

estrutura industrial brasileira e da nacionalidade. E que não venha a ser um banqueiro estrangeiro com idéias fora da estrutura e das possibilidades do banco". Estaria Calabi profetizando a missão do Sr. Francisco Gross? Poder-se-á prever mais uma frustração do empresariado e do povo brasileiros, se, no BNDES, voltarem a prevalecer o primado do

financeiro sobre o produtivo e a prioridade aos empreendimentos estrangeiros.

Os episódios que cercaram a demissão de Calabi não foram obra do acaso. Nesse momento, o BNDES esboçava uma atuação voltada prioritariamente para as empresas de capital brasileiro; as resistências dos laboratórios transnacionais aos genéricos se tornavam cada vez mais evidentes; os protestos dos industriais paulistas contra a desnacionalização da indústria e do Sistema Financeiro Nacional viram ampliar-se o eco no banco e a mídia começava a abrir espaços de debate em torno das práticas neoliberais e seus resultados desastrosos ao cabo de cinco anos. Nesse marco, uma semana antes da substituição de Calabi aporta no Brasil uma delegação de empresários norte-americanos dos setores farmacêutico, de telecomunicações, elétrico e outros - todos interessados em mais privatizações - liderados pelo secretário de Comércio, William Daley, e o subsecretário de Estado para Assuntos Políticos, Thomas Pickering (ambos dos Estados Unidos), para executarem o que o Sr. Pickering denominou, abertamente, de "uma operação de emergência".



Andrea Calabi: pela percepção da estrutura industrial brasileira e da nacionalidade

Os recados neoliberais

Advertência contra "recaída nacionalista"

Coincidência, não diríamos, a presença em si de William Daley e Thomas Pickering no Brasil, mas é lícito estabelecer-se uma relação de causa e efeito entre os recados que transmitiram, através dos jornais e em contatos diversos, e a exoneração de Andrea Calabi.

Reflita bem o leitor sobre o sentido destas frases do Sr. Pickering: "O Brasil deve optar entre a abertura aos investimentos estrangeiros e uma *recaída nacionalista*" (o grifo é nosso). "A abertura da economia - opção da economia brasileira - resultará na entrada de capitais no país e na consequente geração de empregos. (...) "Vocês é que devem decidir. Se optarem por um perfil nacionalista, vocês abrem mão da capacidade de atrair grandes capitais, que geram empregos, constroem a eco-

nomia e ajudam a indústria." Recomendação do Sr. Pickering: "...políticas monetárias e fiscais firmes, abertura para os investimentos externos e avanço nas privatizações".

Nada mais dramático para um governo que elegeu o capital estrangeiro como o único fator de desenvolvimento de seu país, e frustrado na aposta, depender desse capital para tapar os rombos nas contas externas e ter de se curvar diante de ameaças.

O Sr. William Daley - secretário de Comércio americano - também deu o seu recado, no artigo de sua lavra que a *Folha de S. Paulo* publicou na edição de 13 de fevereiro de 2000: "Poucos anos atrás, o Brasil, muito louvavelmente, adotou uma legislação de patentes que efetivamente protege os direitos de propriedade dos produtos farmacêuticos.... "No momento, nossas empresas têm algumas preocupações sérias com relação a alguns dispositivos da Lei de Patentes e certos retrocessos que estamos vendo. Trataremos destas questões durante nossos encontros."

Que todas as questões focalizadas pelas duas autoridades americanas nos jornais foram discutidas com autoridades brasileiras, não há a menor dúvida. Passados mais de 15 dias, porém, os jornais brasileiros nada publicaram sobre os encontros aos quais se referiu o Sr. Daley. O tom do secretário e do sub-norte-americanos certamente deve ter sido marcado pela conhecida arrogância de padrões autoritários como se estivessem diante de humildes e subservientes servidores.



Gros: conta com a confiança dos investidores internacionais, com os quais vem trabalhando

PARA CONFERIR... DEPOIS

FAT NA EXPORTAÇÃO

✓ O repasse de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ao BNDES para financiamento de exportações aumentará de 20 para 40%. O total para esta finalidade, 5 bilhões de reais, será suficiente para atender as necessidades das pequenas empresas envolvidas com exportações. A garantia é do ministro do Desenvolvimento, Alcides Tápias (*Jornal do Brasil*, 26-2-2000)

OTIMISMO DE EXPORTADOR

✓ Doze associações de exportadores prevêem para este ano aumento significativo das vendas externas, puxado pelo setor têxtil, que espera aumento de 50% até dezembro; papel e celulose fazem prognósticos em torno de mais de 30%; calçados, mais 17% e autopeças, mais 15%. Dez das 14 entidades pesquisadas afirmam que as empresas estão reconquistando clientes antigos (*Jornal do Brasil*, 26-2-2000).

NÚMEROS DA ANATEL

✓ Os investimentos privados no setor de telecomunicações serão de 75,2 bilhões de reais nos próximos quatro anos - uma média anual de 18,8 bilhões de reais. As empresas cogitam de instalar, no período, 21,8 milhões de linhas fixas; 30,5 milhões de celulares e 690 mil telefones públicos. Previsão do secretário-executivo da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Amadeu de Castro Neto. (*O Globo*, 25-2-2000).

PIB CRESCERÁ

✓ "O Brasil deverá ter um crescimento superior a 4% este ano". É o mais recente prognóstico do presidente do BC, Armínio Fraga, anunciado por ele aos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado (*Jornal do Brasil*, 24-2-2000).

O risco do estrangulamento cambial

Há urgência de superávits comerciais crescentes

Antes de assumir a Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex), o economista Roberto Giannetti da Fonseca mostrou-se receoso de um colapso cambial no Brasil, se, no curto a médio prazos, o governo não conseguir atingir a meta de um superávit/ano de 10 bilhões de dólares na conta de mercadorias do balanço de pagamentos, cujo desequilíbrio estrutural poderá levar os bancos internacionais a desistirem de financiar os nossos crescentes déficits em conta-corrente (mercadorias e serviços), colocando o governo diante do imperativo de conter as importações através da redução do crescimento.

Ao contrário da euforia do presidente Fernando Henrique Cardoso diante dos investimentos diretos com tendência de aumento, o professor Roberto Giannetti se preocupa com as obrigações futuras que tais ingressos impõem em remessas de lucros e dividendos e

Secretário prevê superávit de US\$ 5 bi, significativo nas circunstâncias

outros compromissos externos. Quer dizer: agora, a entrada desses recursos, se nos montantes euforicamente anunciados pelas autoridades econômicas e financeiras, faz a alegria do presidente e de seus auxiliares; amanhã, no entanto, o que é hoje um estoque, inevitavelmente se converterá num fluxo de saídas que tenderá a agravar os problemas cambiais aí latentes.

Assim, o governo terá de buscar megassuperávits comerciais, pelo menos para amenizar os déficits na conta de serviços e conter o crescente endividamento externo. Ponto para o realismo do novo secretário-executivo da Camex, tão raro hoje numa equipe econô-

mica que nunca admite dificuldades sérias, particularmente no setor externo, e insiste em simular para a opinião pública um horizonte límpido e de brisa amena. Só a título de juros e amortização da dívida externa, o dispêndio do Brasil, até o fim do ano de 2000, está próximo dos 50 bilhões de dólares.

Estão excluídos do montante remessas de quase 10 bilhões de dólares impostas por setores que não geram receitas de exportações e outras obrigações externas. Não é ocioso lembrar o "sábio" Gustavo Franco, que, quando presidente do BC, dizia que a renegociação exitosa da dívida externa e o fluxo de capitais especulativos dispensavam os superávits comerciais herdados de governos anteriores e esbanjados desde 1995. A previsão do secretário da Camex para este ano é de um superávit na conta de mercadorias da ordem de 5 bilhões de dólares, ainda insuficiente, mas de qualquer forma significativo e muito difícil nas atuais circunstâncias internas e externas. O professor Giannetti adverte para a possibilidade de se transformar num verdadeiro fetiche a meta de exportação de 100 bilhões de dólares/ano até 2001. Ele próprio considera essa meta não-factível.

Espanhóis também estranham falta de senso

Por que vender as geradoras de energia, que só dão lucro?

O diretor do grupo espanhol Iberdrola para a América Latina, Esteban Serra Mont, não usou meios termos para criticar a privatização de empresas brasileiras lucrativas: "Há incoerência na intenção do governo brasileiro de privatizar as grandes geradoras de energia do país. Não entendo por que o governo quer vender empresas que já estão pagas e que dão lucro... As geradoras poderiam dar lucro para o governo por muitos anos, enquanto o dinheiro das privatizações vai desaparecer em dois anos. Seria mais vantajoso para o governo ficar com as empresas e deixar que o setor privado investisse nas novas unidades que precisam ser construídas." A entrevista de Serra Mont foi publicada em vários jornais da grande imprensa brasileira.

Esta, aliás, é a tese que muitos "neobobos" tupiniquins que sabem onde têm o nariz vêm defendendo faz muito tempo. Abrir ao capital estrangeiro a construção de novas unidades geradoras -deixando a criação de novas riquezas no país a cargo desse capital -, ao invés de transferir para fora riqueza já criada a preços irrisórios, capital físico altamente lucrativo.

A Iberdrola é responsável, atualmente, por 34% da distribuição de energia elétrica nas regiões Norte e Nordeste e por 11% da distribuição nacional. A empresa atua, também, na área de gás e no setor de telecomunicações do Brasil e anuncia investimentos de 1,3 bilhão de dólares juntamente com a Previ e o Banco do Brasil na construção de três usinas para a geração de 1.170 megawatts, uma das quais já em fase inicial, no rio Jequitinhonha (Itapebi - sul da Bahia).

Dez anos de perdas

A renda média do trabalho no Brasil, segundo o IBGE, acusou perdas significativas na década de 90, principalmente nos três primeiros anos (dois anos do governo Collor). As reduções acumularam 34% só no período que vai de 1990 a 1992, seguindo-se elevações de 9% em 1993 e de 6% em 1994 (governo Itamar Franco). Em 1995, primeiro ano do primeiro mandato do Sr. Fernando Henrique Cardoso, a renda quase que dobrou (11%) em relação aos 6% do ano anterior, por efeito dos artifícios do Plano Real que o

governo não pôde manter nos anos subsequentes, quando as variações positivas caíram para 7%, em 1996, 2% em 1997 até chegar a zero no ano seguinte. Em 1999, primeiro ano do segundo mandato presidencial, o governo acabou por colher as tempestades dos ventos que semeara no seu primeiro período. Aí, a variação da renda do trabalho foi negativa em 5,5%, tomado por base o ano de 1998. Considerada toda a década, foram quatro os anos de perdas que totalizaram 39,5%. Os ganhos acumulados (9% em 1993; 6% em 1994; 11% em 1995; 7% em 1996; 2% em 1997; 0% em 1998) foram insuficientes até mesmo para se igualarem às perdas. Segundo o IBGE, descontada a inflação, a perda real do fator trabalho foi de 8% entre 1990 e 1999.

Indicadores Brasil 2000

Balança Comercial 2000	
MÊS	SALDO (US\$ MILHÕES)
JANEIRO	- 94
FEVEREIRO	+78*

*Dados do Secex (sujeitos a confirmação)

Inflação - 2000 (em %)		
MÊS	IPCA	IGP-DI
JANEIRO	0,62	1,24
FEVEREIRO	0,13	0,19

Taxas de Juros %	
BRASIL	19,00
EUA	5,75
INGLATERRA	6,00
BANCO CENTRAL EUROPEU	3,25
FRANÇA	3,75
ALEMANHA	3,65
JAPÃO	0,37

Investimentos Externos (Diretos) 2000	
MÊS	SALDO (US\$ BILHÕES)
JANEIRO	3,012
FEVEREIRO	1,051*

*Até 16/02 (Fonte - Banco Central)

Reservas Cambiais - 2000	
MÊS	EM US\$ BILHÕES
JANEIRO	38
FEVEREIRO	37

Principais Países Industrializados (1999) - OCDE -

*Em US\$ bilhões

PAÍS	FRANÇA	ALEMANHA	INGLATERRA	EUA	JAPÃO	ESPANHA	ITÁLIA
PIB*	1.300	1.880	1.152	8.000	3.950	485	980
INFLAÇÃO	+1,3%	+1,6%	+1,8%	+2,5%	-1,5%	+2,7%	+2%
DESEMPREGO	+11,5%	+10,7%	+4,5%	+4,4%	+4,4%	+17,3%	+11,8%
PROD. INDUST.	+3,4%	+1,3%	+1,5%	+4,3%	+5,9%	+0,2%	+1,1%
SALDO COMERCIAL*	+16,5	+54,3	-33	-275	+91,2	-25,8	+12,2

Previsões para 2.000

PAÍS	FRANÇA	ALEMANHA	INGLATERRA	EUA	JAPÃO	ESPANHA	ITÁLIA
CRESCIMENTO	+2,9%	+2,7%	+2,7%	+3,4%	-0,3%	+3,6%	+2,3%
INFLAÇÃO	+1,0%	+1,2%	+2,3%	+2,1%	+0,1%	+2,1%	+1,9%
DESEMPREGO	+9,9%	+9,8%	+4,2%	+4,6%	+5,1%	+15%	+11%

Guatemala

Lento caminho da paz

Um relatório da Missão de Verificação da ONU para a Guatemala (Minugua) criticou o Partido de Avanzada Nacional (PAN) pela lenta implantação dos acordos de paz assinados em 1996, que puseram fim a 36 anos de guerra civil.

O relatório diz que o governo só cumpriu 62 dos 170 acordos. Um deles estabelecia que o Exército deveria fechar a maioria das instalações do interior do país até o final de 1999. Na data, somente 104 bases estavam desativadas, enquanto que novas unidades militares foram destacadas para a província nordestina de Petén.

O relatório do Minugua também recomendou acelerar a reforma tributária, a luta contra a impunidade, a reforma judicial e o desenvolvimento social, assim como dar prioridade aos direitos indígenas. Jean Arnault, chefe da Minugua, advertiu que o novo governo do presidente Alfonso Portillo "necessitará iniciar, corrigir e continuar a implementação do restante 64% da agenda de paz" (*Notícias Aliadas*).

Nicarágua/Honduras

Vizinhos retomam hostilidades

Depois de um longo período de insultos e ameaças, a Nicarágua e Honduras aceitaram levar sua disputa por uma vasta extensão do litoral do Caribe à Corte Internacional de Justiça de Haia, na Holanda. O conflito estourou em 30 de novembro, quando o Congresso Hondurenho ratificou o Tratado de Limites Marítimos do Mar do Caribe de 1986, que assegura à Colômbia a soberania sobre mais 130.000 km² de águas caribenhas, incluindo a ilha de San Andrés. O presidente nicaraguense, Arnoldo Alemán, reagiu indignado, qualificando o fato de um "golpe rude, sujo e inesperado do governo de um país vizinho e irmão centro-americano".

A Colômbia diz que a Nicarágua perdeu seu direito sobre esta área com o tratado de 1928. Mas os nicaraguenses lembram que este tratado foi assinado sob coação enquanto os marines dos Estados Unidos ocupavam seu país. A ilusão sobre a unidade regional se dissipou quando tropas de ambos países se mobilizaram na fronteira. Antigos estereótipos reapareceram, com os hondurenhos chamando a seus vizinhos de "bêbados ansiosos por briga", e os nicaraguenses dizendo que os hondurenhos tinham se vendido de vez aos interesses estrangeiros.

A Nicarágua perdeu a península de Guanacaste para a Costa Rica há um século, e em 1960 juízes de La Haia mudaram a parte oriental da fronteira entre a Nicarágua e Honduras para o sul do rio Coco. Desta forma, boa parte do território nicaraguense foi perdido e as terras miskitas (dos índios miskitos) ficaram divididas entre as duas nações.

Nicarágua e Honduras concordaram em retirar suas tropas da fronteira e aceitaram reunir-se em Haia para apresentar documentos públicos em uma batalha legal que segundo os especialistas no assunto demorará muitos anos.



EL SALVADOR

O prefeito reeleito de San Salvador, Héctor Silva, do Partido da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), dos ex-guerrilheiros, saiu vitorioso das eleições legislativas e municipais, obtendo 31 dos 84 assentos do Parlamento. Mas não terá maioria, já que o Partido da Aliança Republicana Nacionalista (Arena) também obteve 31 cadeiras e ainda contará com o apoio de outros partidos conservadores menores. Os ex-guerrilheiros, no entanto, puderam comemorar a primeira vitória sobre o partido governista, conquistando 70 das 262 prefeituras, dentre as quais a de San Salvador

Brasil

Bicudo assume a CIDH

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) elegeu o jurista brasileiro Hélio Bicudo como o seu novo presidente. Bicudo é membro do CIDH desde 1998 e fora designado relator dos direitos da criança graças ao seu grande conhecimento neste campo.

O trabalho de Bicudo na área de promoção e proteção dos direitos humanos, incluindo sua atuação como deputado federal, é muito reconhecido no exterior. Em 1995 recebeu no Brasil o Prêmio Nacional dos Direitos Humanos em homenagem à sua dedicação na matéria.

URUGUAI



A posse do presidente uruguaio Jorge Battle (segundo, à esquerda), na capital, Montevidéu, foi prestigiada pelo presidente venezuelano, Hugo Chávez (primeiro, à esquerda); o presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso; o presidente da Bolívia, Hugo Banzer, e o presidente do Paraguai, Luiz González Macchi. Na foto aparece, ainda, o ex presidente Julio Maria Sanguinetti, que passou o cargo a Battle (terceiro, de esquerda para direita)

México

Vicente Fox se aproxima do candidato do PRI

O candidato a presidente do direitista Partido Ação Nacional (PAN), Vicente Fox, encurtou no México a distância que o separava de Francisco Labastida, o indicado do situacionista Partido Revolucionário Institucional (PRI), segundo recentes pesquisas.

Fox tem hoje 38,8% das intenções de voto para as eleições de 2 de julho, só três pontos a menos que o candidato do PRI, o partido que controla o poder desde 1929.

Quase 60 milhões de pessoas, a metade das quais menores de 35 anos, estão convocadas a votar nas eleições em que surgirá o sucessor de Ernesto Zedillo. A mudança de comando será em dezembro. Cuauhtémoc Cárdenas, candidato do Partido da Revolução Democrática (PRD), de centro-esquerda, se mantém em terceira posição, mas recuperou terreno, ao somar 15,5% da intenção de voto.

Estados Unidos/México

Os dólares dos imigrantes

O governo do México passou a preocupar-se com os dólares enviados dos Estados Unidos pelos imigrantes mexicanos. Atualmente há mais de 21 milhões de mexicanos e descendentes vivendo naquele país. Eles remetem, anualmente, a soma de seis bilhões de dólares para o México, 63% canalizados para localidades urbanas de mais de 2.500 habitantes. Nas zonas rurais o número de lares beneficiados é 10% superior aos das áreas urbanas.

No conjunto, um em cada vinte lares é favorecido pelas remessas dos imigrantes. Essa imensa soma era transferida para o México, até 1998, através dos correios e telégrafos. Com a abertura econômica, duas empresas privadas, Money Gram e Western Union, tomaram conta das remessas, ganhando altas comissões, cerca de 1,2 bilhões de dólares por ano. Uma propaganda enganosa ("Dinheiro em minutos, bom para quem envia e bom para quem recebe") conseguiu fazer das transferências um mercado cativo.

A chancelaria mexicana entrou no problema, com o Projeto Paisano para orientar os remetentes, ajudando-os a estabelecer pequenas empresas nas suas localidades de origem. A universidade da Califórnia, onde é grande a presença de chicanos, está apoiando o projeto. Atualmente o dinheiro dos imigrantes se destina ao sustento de suas famílias no México. Em segundo lugar à construção da residências, conforme dados do Conselho Mexicano de População. Só uma mínima proporção é reservada à poupança ou ao investimento reprodutivo.

DIA INTERNACIONAL DA MULHER



O Dia Internacional da Mulher (8 de março) foi celebrado nos quatro cantos do mundo. Ao lado, em Paris, o grupo feminista Cadelas de Guarda vestiu máscaras e exibiu uma faixa dizendo: 'Cadelas de Guarda... e orgulhosas de sê-lo', em frente ao célebre restaurante Le Fouquet, que recentemente teve de se desculpar publicamente por não ter permitido a entrada de duas mulheres porque estavam desacompanhadas. O restaurante convidou cerca de 50 manifestantes para um bufê



Acima, em uma manifestação organizada por vários partidos de esquerda, realizada em Calcutá, na Índia, manifestantes reivindicaram comida, habitação e maior segurança para as mulheres. Ao lado, integrantes do Partido Socialista da Argentina distribuem flores, no centro de Buenos Aires. Ao lado, no alto, argelinas comparecem diante da sede do Ministério da Saúde da Argélia, convidadas pelo governo para celebrar a data, uma homenagem às pouco mais de cem operárias de uma indústria têxtil que morreram durante um incêndio criminoso quando reivindicavam melhores condições de trabalho, em Nova Iorque, em 8 de março de 1908



Israel

Maioria deseja retirada do Líbano

A maioria dos habitantes de Israel deseja que o país retire o quanto antes suas tropas do Líbano.

Pesquisa realizada em fevereiro pelo Instituto Dafah para o jornal *Yedioth Aharonot* mostrou que 57% dos entrevistados desejam a retirada das tropas, mesmo que não se chegue a um acordo de paz com o Líbano e a Síria. Quarenta por cento defendem a manutenção da presença militar no Líbano, não se alcançando um acordo de paz, e os 3% restantes não manifestam uma opinião.

Quando perguntados se a retomada das negociações com a Síria deveria ser condicionada à chegada de um acordo para a retirada das tropas israelenses do Líbano, 51% responderam que sim; 46% que não e 3% não manifestaram opinião.

O primeiro-ministro de Israel, Ehud Barak, prometeu retirar as tropas israelenses do Líbano até julho, como parte de um acordo de paz com este país e a Síria.



LÍBANO



JERUSALÉM

Acima, soldados israelenses limpam canhão de um tanque no sul do Líbano ocupado desde 1982. Abaixo, manifestantes palestinos protestam diante da entrada de um assentamento israelense na Faixa de Gaza. As negociações de paz entre israelenses e palestinos foram interrompidas quando o primeiro-ministro israelense, Ehud Barak, e o líder palestino, Yasser Arafat, chegaram a um impasse quanto à rapidez da retirada das tropas de Israel dos territórios ocupados. Ao lado, João Paulo II caminha em Jerusalém, durante a primeira visita oficial de um papa à Terra Santa em 36 anos. O sumo pontífice deu demonstrações de apoio político aos palestinos. Jerusalém, cidade sagrada para católicos, muçulmanos e judeus, é alvo de grande polêmica. O Vaticano defende para Jerusalém um status especial, que a transformaria numa espécie de 'cidade internacional'; os palestinos querem instalar a capital de seu Estado na parte oriental da cidade, ocupada por Israel desde 1968, enquanto os israelenses a consideram sua 'capital única e indivisível'.



PALESTINA

Myanma

Sombras na luta antidroga

Considerado o continente mais povoado da Terra, a Ásia enfrenta hoje um novo desafio: o narcotráfico. Pôr fim ao consumo crescente de anfetaminas, droga convertida na principal praga em algumas das nações desta vasta região do planeta (no Brasil ficaram conhecidas como bolinhas ou, mais recentemente, *ecstasy*), é a maior preocupação das autoridades locais. Com o risco de se transformarem em uma verdadeira epidemia, elas ocuparam o foco de atenção do recente Congresso contra o narcotráfico, realizado no Japão, com a participação de 20 países da região Ásia-Pacífico.

O diretor-executivo do programa da ONU para o controle das drogas, Pino Arlachi, que presidiu a discussão sobre o incremento do consumo ilegal dos comprimidos estimulantes, destacou que 40% das drogas produzidas no mundo são con-

sumidas na Ásia. O preparo das pequenas pílulas de cor púrpura é muito mais barato que qualquer outro narcótico e é fonte de elevados lucros. Conhecidas como "droga dos pobres" porque cada dose custa meio dólar, cinco vezes menos que uma seringa de heroína, as anfetaminas fazem estragos no conhecido Triângulo de Ouro, na fronteira entre Myanma (ex-Birmânia), Tailândia e Laos. Segundo matérias publicadas em Bancoc, basta uma ida ao povoado de Sam Lam Joy, em Myanma, na zona fronteira com a Tailândia, para se encontrar um local onde diariamente se reúnem dezenas de dependentes de drogas, tailandeses em sua maioria. Testemunhos de alguns deles delatam a procedência dos estupefacientes: "Vêm dos wa e de algumas outras tribos das montanhas", referindo-se a grupos pertencentes às minorias étnicas da região, que controlam o narcotráfico.

Hoje se sabe que o Exército Unido do Estado Wa (USWA), poderosa milícia étnica de Myanma, se aliou ao governo militar que administra a ex-Birmânia desde 1990 para produzir e distribuir a droga. Com a conivência das autoridades, a USWA controla uma estreita faixa do ter-

ritório da Tailândia onde produz heroína e a maior parte das anfetaminas consumidas no leste da Ásia. A tribo aproveitou-se da "retirada" do maior traficante do Triângulo de Ouro, Khun San - que negociou uma anistia com a administração militar myamense há três anos - para estender seu domínio. Batizadas no local como "Ya Ba" (literalmente: fica louco), os tabletes de anfetamina aquecidas em uma folha de alumínio são inalados em um canudinho de bambu. Especialistas asiáticos estimam que 600 mil jovens tailandeses são dependentes do Ya Ba.

Na opinião de analistas, o problema da droga é de difícil solução na região porque tem sérias conotações sociais: as minorias étnicas dependem de sua produção para sobreviver. Daí que, em seus esforços para eliminar o ópio, as autoridades estejam promovendo a plantação de outras culturas, nas áreas onde era colhida a papoula. É o caso de um projeto agrário de Myanma em parceria com o Japão, que prevê a substituição dessa dormideira por uma classe rústica de trigo. Esta alternativa não deixaria desocupados os camponeses, ao permitir-lhes uma nova opção de trabalho.



JAPÃO

O robô 'Pong', desenvolvido pela indústria de computadores norte-americana IBM, segue objetos com uma pequena câmera e um minúsculo sensor, instalados no nariz, e também é capaz de expressar emoções através de movimentos realizados pela sombrancelha. O robô é parte do projeto 'Blue Eyes' (Olhos Azuis) da IBM, uma das gigantes no ramo da eletrônica, que pretende desenvolver computadores capazes de entender as emoções humanas.

Índia

Hinduístas censuram filme

Fundamentalistas hindus interromperam na Índia a filmagem de *Water* (Água), que denuncia a exploração das viúvas em nome da religião. "Eles temem a denúncia da vergonhosa exploração sexual das viúvas indefesas que acontece hoje em dia em Varanasi (cidade sagrada) e outros centros de peregrinação hindu em Uttar Pradesh (estado do norte)", afirmou a ativista pelos direitos da mulher, Pramila Pandhe. O Partido Bharatya Janata (BJP), de linha nacionalista hindu, atuou de forma previsível ao proibir as filmagens, observou Pandhe, vice-presidente da Associação Democrática das Mulheres de Toda a Índia. "Em vez de reprimir os vândalos da Vishwa Hindu Parishad (a organização fundamentalista hindu) e suas organizações irmãs, proibiram a realização de um filme que chamaria a atenção do mundo para a triste situação de milhares de viúvas", lamentou.

O governador de Uttar Pradesh, Ram Prakash Gupta (filiado ao BJP), acusou o produtor do filme, Deepa Mehta, de criar um

problema em Varanasi, considerada uma das cidades habitadas de forma permanente mais antigas do mundo. "Fomos castigados mas temos fé que o filme será feito, se não hoje, amanhã", declararam Mehta e as atrizes principais, Shabana Azmi e Nandita Das. Para representar seus papéis, Azmi e Das tiveram que raspar a cabeça como as viúvas hindus ortodoxas, de quem se espera inclusive que se auto-sacrifiquem junto ao cadáver de seu marido, ainda que a lei o proíba.

Também se nega às viúvas os direitos de possuir bens ou voltar a casar-se. Milhares de viúvas, abandonadas por suas famílias pelo "pecado" de se tornarem viúvas, terminam em Varanasi e centros de peregrinação semelhantes, na esperança de encontrar abrigo e alimentação. As viúvas com menos de 50 anos são por rotina exploradas no comércio sexual que floresce nessas cidades, segundo um estudo de 1999 realizado pela Conselho Nacional para a Mulher, organismo estatal.

Jyotsna Chatterji, diretora do Programa de Mulheres Unidas, observou que a Índia é um dos poucos países onde a viuvez, apesar de ser uma situação pessoal, existe como instituição social. Nosso programa apóia a filmagem de *Water*, de Deep Mehta, porque denuncia a marginalização das viúvas e suas privações materiais e emocionais", declarou.

Timor Leste

Situação deprime Kofi Annan

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Kofi Annan, se disse impressionado e deprimido pelo que viu em sua recente visita ao Timor Oriental. "Me deprimiu o espetáculo da destruição", expressou, diante dos quinze integrantes do Conselho de Segurança. Annan comentou que lhe ficara claro que grande parte dos destroços foram causados de forma sistemática e deliberada. "A situação é pior do que eu poderia imaginar pelo que tinha visto na televisão e lido na imprensa", afirmou.

A maior onda de violência e destruição em Timor Oriental aconteceu após o plebiscito de autodeterminação supervisionado pela ONU em 30 de agosto, no qual 78,5% dos votantes optaram pela independência total da Indonésia, que ocupara o território desde o fim do domínio colonial português, em 1975. Annan informou também aos integrantes do Conselho que estava "muito impressionado" com o desempenho dos líderes timorenses, em especial Xanana Gusmão, e pela vontade popular de reconstruir o país e alcançar a reconciliação, tanto interna como com as nações vizinhas. "Timor Oriental pode ter um futuro de bem-estar e estabilidade se receber a ajuda adequada. Para que isto ocorra cabe ao Conselho de Segurança desempenhar um papel decisivo", afirmou o secretário-geral.

Durante a conferência de doadores realizada há pouco em Tóquio, representantes governamentais prometeram conceder assistência ao Timor Oriental no valor de 500 milhões de dólares, uma cifra "realmente impressionante", segundo Annan.

"Se se cumprem as promessas feitas nessa ocasião, este será

um dos raros casos (de intervenção da ONU) nos quais não há escassez nem de tropas nem de dinheiro", anunciou Annan, advertindo, contudo, que o cumprimento das promessas deve levar algum tempo. "O dinheiro está chegando, mas não com a rapidez suficiente", ressaltou. Por enquanto, o Fundo das Nações Unidas para o Timor Oriental conta somente com 22 milhões de dólares. O Banco Mundial começou a contribuir financeiramente e agilizou certos procedimentos ao permitir que seus representantes em Timor Oriental possam decidir gastos limitados sem consultar a sede central em Washington. O presidente do Banco, James Wolfensohn, visitou Timor Oriental em fevereiro e assinou um acordo com o representante especial da ONU em Dili, o diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Melo, para autorizar a entrega de 21 milhões de dólares destinados a solucionar os problemas mais urgentes.

A Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Oriental (UNTAET) chegou a um acordo com a Austrália para que o povo timorense receba parte dos lucros provindos da exploração de petróleo e gás no Mar do Timor, que separa ambos países. Annan disse ao Conselho que a parte dos lucros que caberá ao Timor Oriental inicialmente não chegará a mais de sete ou oito milhões de dólares anuais, mas há esperanças de que a médio prazo esta soma aumente. "Por favor, que ninguém se confunda. Ainda estamos diante de uma grave emergência", disse Annan. "A tarefa de reconstrução é de uma magnitude "desalentadora", não só em termos físicos como também no que diz respeito à reconstrução social. O povo necessita de empregos, escolas e hospitais e é ainda necessário construir portos, estradas e edifícios", lembrou o secretário-geral da ONU.

"O momento de nossa partida deve ser decidido em função das metas alcançadas que possam ser avaliadas de forma objetiva", acrescentou. O Conselho de Segurança definiu que o mandato da UNTAET deve cessar em janeiro de 2001. "Faremos o quanto pudermos para cumprir nossa tarefa neste prazo, mas devemos estar preparados para prolongá-lo se for necessário", concluiu Annan.



O presidente indonésio, Abdurrahman Wahid (à esquerda), acena para fotógrafos, ao lado do líder timorense Xanana Gusmão (centro), diante do escritório da administração da transição (UNTAET), em Dili. Wahid chegou ao território, devastado pela guerra contra a Indonésia, em nome da independência do país, cercado de segurança, para uma visita de cortesia. Ele afirmou à imprensa que espera estar começando um novo capítulo na história dos dois países

China

Prioridade às regiões pobres

O problema das regiões atrasadas da China está na ordem do dia do país. O governo central decidiu ampliar consideravelmente os investimentos nas regiões pobres de Xaanchi, Gansu, Ningxia, Quinghai, Xingiang, Sichuan, Chongqing, Yunnan, Guizhou e o Tibet. Serão determinadas exonerações tributárias e transferidos recursos financeiros, tecnológicos e humanos para as províncias necessitadas. Desde a vitória da revolução comunista, o problema das diferenças regionais vem sendo amplamente discutido e os projetos realizados não conseguiram os êxitos previstos.

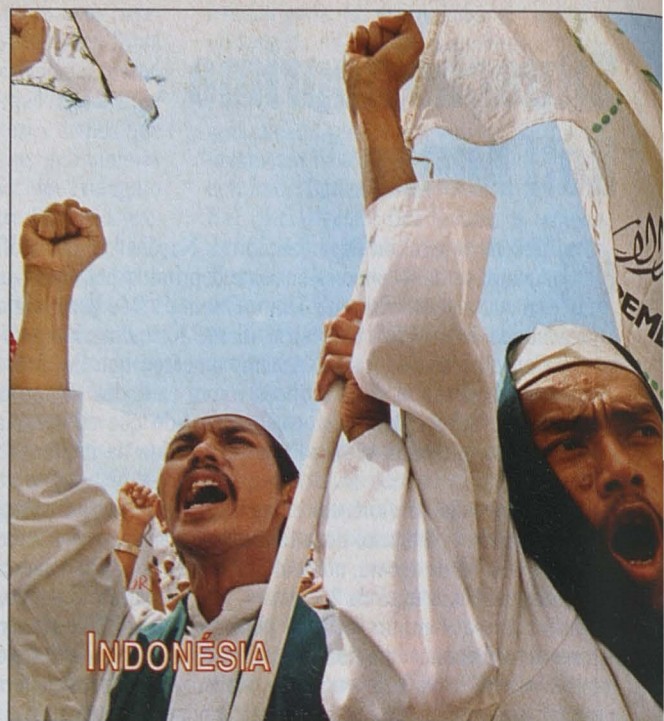
A teoria de Mao-Tsé-Tung era de que se deveria buscar o mais rápido possível o equilíbrio entre as regiões. Deng-Xiaoping considerava que o desenvolvimento das zonas costeiras liberaria verbas para as regiões ricas em recursos naturais mas que permaneciam pobres. Previa que no começo do novo século deveria ocorrer uma maciça transferência de meios para esse projeto. E é o que está ocorrendo. O atual presidente, Jiang Zemin, quer dar uma aplicação prática às duas visões de governo, de Mao e Deng, uma vez que as regiões pobres já vêm melhorando mas só com os investimentos maciços podem aproximar-se do explosivo desenvolvimento das áreas costeiras. Zemin revela estar atento às crescentes inquietações das populações locais onde vivem cerca de 110 milhões de chineses de minorias étnicas, que reclamam equidade de tratamento. "A aceleração do desenvolvimento das regiões minoritárias não só é uma questão econômica crucial, mas, também, uma questão política crucial", disse ele.

Síria

Investindo em turismo

Os árabes estão intensificando o emprego dos seus recursos financeiros em países irmãos, confirmando uma tendência promissora para a região. Nem sempre isso ocorreu entre os poderosos estados petrolíferos do Golfo e os demais países árabes. Por isso mesmo chamou a atenção a notícia de que uma empresa da Arábia Saudita vai investir um bilhão de dólares em um projeto turístico na Síria.

Esses recursos serão empregados, sobretudo, no aparelhamento turístico das praias sírias e também em outros projetos. Será construído um hotel da cadeia Hilton, em Damasco, e modernizada a rodovia que liga a capital síria a Beirute. Danho Dawound, ministro do Turismo da Síria, declarou a respeito: "Espero que a legislação síria sobre investimentos estrangeiros favoreça a radicação de outros capitais árabes na área turística."



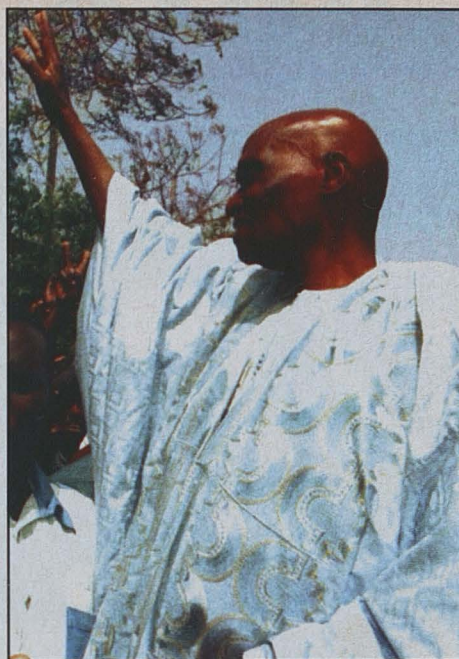
Muçulmanos indonésios exigem diante do Parlamento, em Jacarta, capital da Indonésia, uma solução para a virtual Guerra Santa nas ilhas Maku, que já causou mil mortes, 23 mil feridos e 8.500 prédios destruídos ou queimados. Os manifestantes pediam o fim imediato dos combates entre muçulmanos e cristãos



Funcionário limpa a entrada do centro de conferência, em Bancoc, na Tailândia, durante a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad), onde líderes e banqueiros de todo o mundo discutiram sobre os prejuízos causados pela globalização. Embora tenham reconhecido alguns avanços, especialmente na área tecnológica, as nações menos desenvolvidas reclamaram do flagrante empobrecimento da porção mais pobre do planeta. O fato mais marcante da décima conferência da Unctad foi a tortada que atingiu em cheio o rosto do francês Michel Camdessus, que se despediu do comando do Fundo Monetário Internacional



Soldado sul-africano resgata refugiados moçambicanos no telhado de uma casa, na cidade de Chokwe. As inundações, que causaram mais de 400 mortes, foram as maiores da história de Moçambique. Passada a parte mais dramática da destruição, a preocupação das autoridades locais passou a estar relacionada com doenças como a malária e o cólera, que poderão aumentar ainda mais o número de vítimas



Adboulaye Wade, do Partido Democrático Senegalês, derrotou nas eleições presidenciais o socialista Jacques Diouf, que ocupava o cargo desde 1980. Wade conseguiu vencer os socialistas - que estavam há 40 anos no poder no Senegal - graças ao apoio dado por pequenos partidos de oposição. Ele vai formar um governo de coalizão

R. D. Congo

ONU envia força de paz irrisória

A Organização das Nações Unidas enviará uma força de paz, composta de 5.500 soldados, à República Democrática de Congo (RDC), e muitos analistas internacionais temem que esse contingente seja insuficiente para assegurar o cessar-fogo no país, em guerra civil há quase três anos.

O Conselho de Segurança votou por aumentar a presença da ONU na RDC, reduzida até bem pouco tempo a 500 oficiais. A missão dessa força será ajudar as partes em conflito a cumprir a trégua e começar o desarmamento dos combatentes.

Segundo afirmaram diplomatas e funcionários da ONU, os "capacetes azuis" não terão o compromisso de proteger civis. O embaixador da Namíbia na ONU, Martin Andjaba, alertou que o contingente militar previsto é irrisório e insuficiente para cumprir o seu objetivo.

A força da ONU deverá supervisionar o cessar-fogo, facilitar a distribuição da assistência humanitária e assegurar que se respeitem os direitos humanos. Ela estará composta de quatro batalhões e será designada a lugares es-

pecíficos, "o que significa que não patrulharão todo o país", explicou um alto funcionário da ONU.

O governo de Laurent Kabila luta contra rebeldes apoiados por tropas de Uganda e Ruanda e, possivelmente, também do Burundi. Já Angola, Namíbia e Zimbábue mantêm soldados na RDC, respaldando Kabila. Ruanda afirma que suas forças na RDC tentam evitar que seus inimigos, os milicianos ruandeses responsáveis pelo genocídio de 1994, lancem um ataque contra seu território.

O presidente da Zâmbia, Frederick Chiluba, conseguiu em julho a assinatura, em Lusaka, de um acordo de paz entre as forças em conflito no Congo. A missão das forças da ONU consiste em apoiar esse pacto.

A tragédia de Ruanda e da Bósnia, onde forças da ONU não puderam evitar o massacre de civis, ainda está na memória dos embaixadores que questionaram as limitações da força de paz. "A principal tarefa desta missão deve ser vigiar a trégua e facilitar a implementação das outras cláusulas do acordo de Lusaka", assinalou Kofi Annan.



Em fevereiro, a população do Zimbábue foi às urnas em um plebiscito para dizer se aprovava a nova Constituição, elaborada pelo governo de Robert Mugabe, no poder desde a independência do país, em 1980. Os zimbabuanos rejeitaram as principais propostas de Mugabe, dentre as quais a que lhe daria direito a concorrer a um mandato de 12 anos

Gente



A destacada diplomata palestina Hanan Ashrawi, membro do Conselho Legislativo Palestino, participou de uma conferência, em Washington, nos Estados Unidos, sobre os direitos dos refugiados palestinos. Esse tema tem se tornado a questão principal nas discussões de paz entre a Autoridade Palestina e o governo de Israel



Francisco Repilado, mais conhecido como 'Compay Segundo', de 92 anos, festeja seu sucesso num bar de Havana. Compay é um dos músicos cubanos de grande sucesso antes da Revolução de 1959, redescobertos pelo guitarrista norte-americano Ry Cooder. O grupo teve sua música divulgada pelo filme 'Buena Vista Social Club', de Wim Wenders. No Brasil, lançou um CD, 'Calle Salud', no início do ano, e tem programada uma turnê internacional, com passagem por São Paulo



O jornalista russo Andrei Babitsky foi protagonista de um curioso 'desaparecimento'. Correspondente da rádio Free Europe, na Chechênia, ele desapareceu após ser detido por tropas russas, em janeiro, e ter sido entregue aos rebeldes chechenos. Em fevereiro, ele reapareceu, no Daguestão, preso e acusado de portar um passaporte falso e de ser membro de um grupo armado clandestino. Babitsky está sob prisão domiciliar em Moscou

O independentista Chen Shui-bian se elegeu presidente de Taiwan e reacendeu a crise com a China, que reivindica a anexação da ilha. Chen Shui-bian só aceita conversar com os chineses se os dois lados se tratarem de igual para igual. Já o presidente da China, Jiang Zemin, só aceita o diálogo sob o princípio de 'uma China', que excluiria a independência de Taiwan



Ainda celebrando os dez anos de sua libertação da prisão de Robben Island, o ex-presidente sul-africano Nelson Mandela cava o primeiro buraco onde será construído um centro educacional para crianças em Cidade do Cabo



As eleições parlamentares removem obstáculos para as reformas, mas não eliminam de modo automático o poder político dos xiítas conservadores

O GOVERNO REFORMISTA de Mohammad Khatami alcançou uma expressiva vitória nas recentes eleições parlamentares de fevereiro, as sextas já realizadas desde 1979, quando votaram 80% dos cidadãos habilitados. Dois terços dos 62 milhões de habitantes deste país, assim como a maioria do eleitorado (estimado em quase 39 milhões de eleitores), nasceram depois da Revolução Islâmica que pôs fim à monarquia do xá Mohammad Reza Pahlevi, em 1979. Estes eleitores não têm vínculos afetivos com a revolução que

liderou o aiatolá Ruollah Komeini. Para muitos deles, a rede mundial de informática, Internet, e o modo de vida ocidental são mais atraentes que a manutenção do controle da sociedade em mãos dos religiosos.

"Queremos que o país nos pertença. Queremos ser capazes de decidir em vez de nos dizerem sempre o que devemos fazer. Por que seguirmos desconectados do resto do mundo?", pergunta Bahoney Karimi, estudante de Administração, 21 anos. O isolamento do Irã na arena política internacional é atribuído à considerável cota de poder que conservam os aiatolás, em um país regido pela

As mulheres e os jovens que formam a maior parte do eleitorado do país foram decisivos para a vitória dos reformistas



Ares renovadores

A segurança no Golfo

No ano passado, a iniciativa conjunta da Arábia Saudita e do Irã para reduzir a produção de petróleo a fim de aumentar o seu preço no mercado internacional deu resultados benéficos para toda a região. Contudo, o principal problema do Golfo, que é a segurança, ainda não foi tocado.

O Golfo Pérsico é crucial para os interesses geopolíticos do Irã e os dirigentes iranianos não podem aceitar, de forma passiva, sua exclusão do dispositivo de segurança regional montado pelos Estados Unidos e instalado desde a Guerra do Golfo, de 1991.

Segundo um comentário do diário Al Sharq, de Qatar, a opinião pública iraniana está dando mais importância ao desenvolvimento econômico social doméstico e à abertura de uma nova página das relações com os outros países do mundo do que à exportação de tendências ideológicas.



IRÃ

Situado no Golfo Pérsico, tem 70 milhões de habitantes, sendo 45% persas, de origem indo-européia, e o restante minorias étnicas como árabes e curdos. A língua oficial é o persa e cerca de 93% dos iranianos são muçulmanos xiitas e apenas 6% são sunitas.



Após a sua contundente vitória, o presidente Khatami pretende estabelecer um novo relacionamento político com os EUA, a Europa e os vizinhos árabes, amenizando as seqüelas deixadas pela guerra com o Iraque, que deixou mais de 1 milhão de vítimas

sharia (lei islâmica). O Conselho é nomeado pelo aiatolá Ali Kamenei, líder espiritual dos muçulmanos xiitas. Sucessor do aiatolá Komeini e um dos líderes da revolução que destronou o xá Reza Pahlevi e converteu o Irã em um fechado Estado religioso, Kamenei tem a última palavra em questões de governo, tanto em política nacional como em assuntos externos. Noventa por cento dos iranianos são xiitas.

Os reformistas, entre os quais figuram clérigos, intelectuais e acadêmicos, propõem que o líder espiritual seja eleito nas urnas e argumentam que todo ser humano, por mais influente que seja, deve ser responsável diante da lei. Esta opinião é compartilhada pela maioria dos estudantes e professores universitários que protestaram durante o verão setentrional passado em Teerã e Tebris.

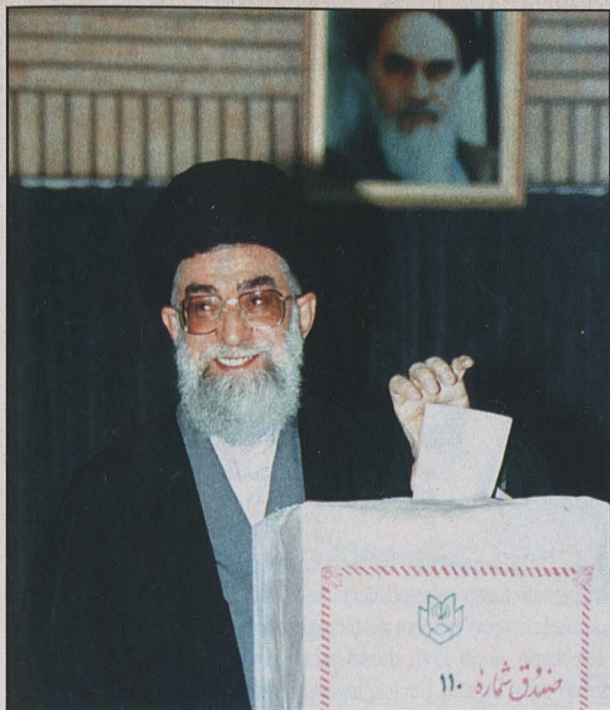
Escolas religiosas como a da cidade histórica de Ghom, onde convergem estudantes de religião da Ásia, África, América e Europa apoiaram os reformistas. Nessas escolas residem os principais líderes religiosos xiitas.

Triunfo reformista

Estas estruturas religiosas e de poder político serão obstáculos no caminho para as mudanças radicais no Irã, apesar de que o Majlis (Parlamento), de 290 membros, será dominado pelos reformistas, que venceram as eleições em Teerã e outras grandes cidades, como Isfahan, Shiraz e Mashad. A votação reformista também foi boa até mesmo em pequenos povoados, onde anteriormente a maioria era dos clérigos conservadores.

O resultado das eleições parlamentares terá um impacto importante na influência do presidente Khatami e na agenda política que ele tem procurado implementar desde sua chegada ao governo, há dois anos e meio. Um Parlamento dominado pelos reformistas porá fim ao controle dos conservadores e retirará do caminho os impedimentos para a implantação do programa do presidente, voltado a terminar com o isolamento internacional do Irã.

Khatami pretende estabelecer um



O líder espiritual dos xiitas, aiatolá Ali Khamenei (esquerda) e o ex-presidente e líder político dos conservadores, Ali Akbar Hashemi Rafsanjani (direita), terão que conviver com um Parlamento controlado pelos reformistas, que procuram limitar o poder dos religiosos e tirar o país do isolamento internacional

novo relacionamento político com a Europa, os Estados Unidos e os vizinhos árabes, amenizando as seqüelas deixadas pela guerra com o Iraque, que fez mais de um milhão de vítimas. Em matéria de política interna, Khatami aspira a instaurar uma interpretação moderna do Islã xiita e a libertar os iranianos da intervenção dos Guardas Islâmicos na vida privada. Khatami também impulsiona um diálogo aberto entre os religiosos e outros grupos sociais, com a intenção de remover os conflitos potenciais que têm origem em diferentes interpretações do *Corão*, o livro sagrado dos muçulmanos.

O mandatário não quer que os religiosos tenham condições de impor um funcionário em um cargo de decisão governamental. A sua meta é preencher esses cargos com pessoas qualificadas e competentes.

Dessa forma, os órgãos econômicos e jurídicos poderão se ver livres do controle dos Guardas Islâmicos. Um dado importante da nova realidade iraniana é que, nessa empreitada, o presidente

Khatami não sofrerá oposição do exército, cuja tradição inclui a não-intervenção em assuntos religiosos.

Na região do Golfo, os vizinhos do Irã têm reagido com cautela à vitória das forças reformistas nas recentes eleições parlamentares, contrastando com o entusiasmo dos países ocidentais.

Arábia Saudita, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Omã e Qatar, as seis ricas monarquias petrolíferas que integram o Conselho de Cooperação do Golfo, ainda não se recuperaram do impacto causado pela revolução islâmica iraniana de 1979. Esses países estão melhorando, de forma gradual, as relações com o Irã. Mas não se esquecem que o falecido aiatolá Rulollah Komeini, líder da revolução islâmica, declarou que o seu objetivo era exportá-la para toda a região. Medidas recentes, como a libertação de prisioneiros, adotadas por Khatami, abriram discretas perspectivas de aproximação.

Aliás, a vitória de Mohammed Khatami nas eleições de 1997 já tinha

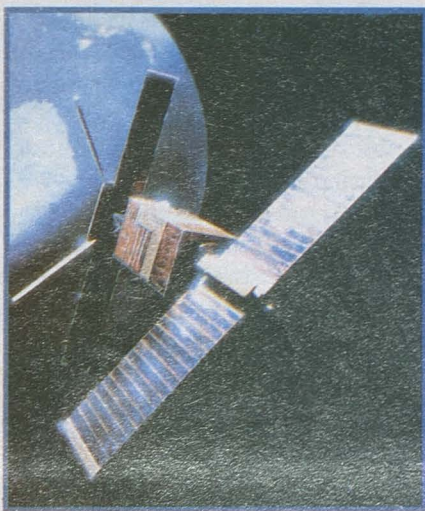
ajudado os vizinhos do Irã a dar início a um processo de reconciliação. Além disso, os primeiros esforços do presidente iraniano para exercer uma influência moderadora na região ganharam muitos simpatizantes.

A verdade é que a inquietação dos Estados Árabes do Golfo não se deve somente à mistura iraniana de retórica radical e mensagens de moderação. O regime islâmico do Irã, com o seu sistema democrático, mesmo que ainda imperfeito, é um exemplo temido pelos monarcas dos Estados do Golfo, que não permitem em seus países que a sociedade civil desfrute dos mesmos direitos civis.

O papel desempenhado pelas mulheres no Irã para conquistar espaços de poder e o persistente esforço dos meios de comunicação para evitar a censura do governo fizeram com que muitos habitantes dos países vizinhos observassem com respeito e interesse a experiência iraniana de fundir teocracia e democracia. ■

Espionagem norte-americana preocupa a Europa

Documentos secretos liberados nos Estados Unidos mostram que nenhum país do mundo escapa ao controle do Big Brother, que neste caso é um sofisticado sistema de satélites; o Projeto Sivam é um dos que esteve sob a mira dos espões eletrônicos norte-americanos



Na edição 210 de *cadernos do terceiro mundo* foi publicada uma reportagem do nosso correspondente na França, Edouard Bailby, com sensacionais revelações sobre a espionagem eletrônica norte-americana e a celebração, já em 1948, de um pacto secreto denominado Ukusa, integrado pelos Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, com alguma ramificação na África do Sul, então governada pela minoria branca racista.

Alertado da gravidade do problema, o Parlamento europeu realizou discretas investigações através de uma comissão especial, Scientific and Technological Assessment (STOA, na sua sigla em inglês), presidida pelo deputado francês Alain Pompidou. Depois de exaustivas investigações secretas, o grupo preparou um documento em que declara: "Na Europa, todas as chamadas telefônicas, os fax e os textos transmitidos por correio eletrônico (e-mail) são regularmente interceptados e as informações de certo interesse retransmitidas pelo centro estratégico britânico de Menwith Hill para o quartel-general da Agência de Segurança Nacional (NSA), a agência norte-americana de espionagem eletrônica." Os deputados europeus ficaram atônitos. Pouco tempo depois, *Il Mundo*, o principal semanário econômico da Itália, dedicou três números ao sistema Echelon sob o título: "Alerta! Como os Estados Unidos e o Reino Unido nos controlam. Licença para espionar". As revelações detalhadas sobre o funcionamento na NSA tiveram ampla repercussão nas altas esferas da União Européia. Não era para menos!

A reportagem de Bailby teve repercussão no Brasil, sobretudo porque o documento revelava que também o nosso país era alvo dessa espionagem eletrônica. Informa Bailby: "O sistema utilizado pelos Estados Unidos dispõe de cinco bases terrestres a partir das quais são interceptadas as comunicações telefônicas internacionais que passam pelos 25 satélites Intelsat. Com exceção do Canadá, cada país do Pacto Ukusa está encarregado de cobrir uma zona determinada do planeta. A base que controla a totalidade do tráfego europeu está situada na Grã-Bretanha, a 100 km de Exeter. As comunicações do continente americano, inclusive do Brasil, são vigiadas a partir de Segar Grove, a 250 km de Washington. As regiões do oceano Índico e do Pacífico, por sua vez, dependem de três bases terrestres: uma no Polígono do Exército norte-americano, em Yakima, a cerca de 200 km de Seattle, outra em Waihopai (Nova Zelândia) e a terceira em Geraldton (Austrália)."

Confirmação documentada

Embora a existência desse serviço de espionagem fosse conhecido, só agora com a liberação legal de documentos da NSA foi possível conhecer a extensão do

funcionamento do serviço de espionagem eletrônica, conhecido como Echelon (palavra de origem francesa usada na terminologia militar dos países anglo-saxões). Em recente edição, o prestigioso jornal francês *Le Monde* se ocupa amplamente do Echelon, "um serviço de espionagem que intercepta as comunicações estratégicas e pessoais no mundo por conta das autoridades norte-americanas".

O orçamento anual da NSA é superior a 4 bilhões de dólares com um quadro de 38 mil funcionários e uma capacidade de captar dois milhões de mensagens por minuto, três bilhões por dia. As atividades dessa agência já despertam graves preocupações na Europa e, desde o ano passado, tem sido objeto de investigações no Congresso norte-americano. O tema ganhou notoriedade depois da recente divulgação de documentos secretos da NSA que, originariamente criada para espionar a União Soviética, se estendeu, depois de seu desaparecimento, aos aliados europeus e a todo o mundo.

Onde entra o Sivam

A reportagem do *Le Monde* aponta alguns dos casos de intervenção da espionagem anglo-americana a favor de empresas dos Estados Unidos. Um deles é o do Sistema Vigilância da Amazônia (Sivam), um contrato superior a 1,4 bilhão de dólares de fornecimento de radares e outros aparelhos para a segurança daquela região, e que beneficiou a empresa norte-americana Raytheon, em detrimento da europeia Thomson. O Sivam está incluso no "trabalho" de espionagem do Echelon. Outro projeto perdido também pela ação da espionagem norte-americana teve como protagonista a Airbus francesa. A empresa foi derrotada em uma concorrência na Arábia Saudita que acabou favorecendo a Boeing-McDonell Douglas, dos EUA.

Um outro exemplo de favorecimento a partir de informações do Echelon foi a derrota de uma empresa japonesa na Malásia pela norte-americana AT&T. A espionagem anglo-



O prestigiado jornal francês *'Le Monde'*, na sua edição de 23 de fevereiro passado, dá ao tema a manchete de primeira página numa matéria que analisa as repercussões da espionagem industrial no Parlamento europeu

A revista *'cadernos do terceiro mundo'* de junho de 1999 já revelava de forma exclusiva o escândalo da espionagem norte-americana através do sistema Echelon em qualquer parte do mundo

americana reforçou também a posição de Washington nas discussões da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O sistema de espionagem norte-americano usa 120 satélites com estações em vários países que, praticamente, têm capacidade de espionar o mundo inteiro. A CIA e uma outra agência norte-americana, a Special Collection Service, que atua espionando a contra-espionagem tecnológica usada por outros países para se defender, estão muito próximas do Echelon. ■

ISSN 0101-7993 Nº 210 R\$ 5,00

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

O supergrampo

WASHINGTON espiona o BRASIL

A rebelião de governadores e prefeitos

Saúde na UTI

Como foi armado o golpe especulativo

"Se a existência desse serviço for confirmada, estaremos diante de uma situação inaceitável"

LOUIS MICHEL, chanceler belga

EXCLUSIVO

RICARDO LAGOS

Completar a transição democrática

Ao definir o Mercosul como um projeto estratégico para o seu governo e assinalar a plena democratização como uma de suas principais metas, o novo presidente chileno mostra o perfil que dará a sua gestão

Yoshiharu Fujiwara*

RICARDO LAGOS, o presidente socialista que acaba de assumir o mandato no Chile, tem pela frente um profundo desafio: concluir a transição à democracia. "Enquanto não temos um presidente em plena faculdade de nomear seus comandados e uma Constituição que seja a intérprete de todos os chilenos, sem senadores nomeados a dedo, seremos apenas uma democracia de mentira", disse o presidente Lagos durante a primeira entrevista à imprensa estrangeira depois do regresso de Pinochet¹, e que **cadernos do terceiro mundo** publica a seguir com exclusividade.

Reformar a Constituição e encontrar resposta para o destino das mil pessoas desaparecidas durante a ditadura e punição para as 400 mil acusações de tortura durante o regime militar são alguns dos desafios que Lagos enfrentará no terreno político. Na economia, o desafio não é menor. Durante os últimos anos o Chile duplicou seu produto interno, mas a riqueza permanece concentrada nas mãos dos 10% mais poderosos.

✓ **Presidente, em ordem de importância, quais são as maiores prioridades de seu governo?**

LAGOS - O mais importante é que o país tenha uma Constituição que seja intérprete de todos. A Constituição são as normas pelas quais um país processa as suas diferenças. E na Constituição chilena há muitas normas que, a um conjunto de chilenos, não satisfazem. Queremos uma Constituição onde, primeiro, a vontade popular se reflita no Parlamento, que não haja senadores designados ou vitalícios. Segundo, queremos uma Constituição na qual no Conselho de Segurança Nacional não exista predomínio das instituições armadas. Terceiro, queremos uma modificação no tribunal constitucional. Quarto,

queremos também mudar o sistema eleitoral. Hoje temos um sistema onde são eleitas duas pessoas por distrito. Se uma delas tem 65% dos votos, é eleita. Aquela que obtém o restante 35%, também é eleita. É o único país onde 65% são iguais a 35%. Ambos elegem uma pessoa.

Também queremos que seja atribuição do presidente da República mudar os comandantes-em-chefe das Forças Armadas. Isto consta em qualquer Constituição do mundo. Creio que é essencial que o Chile avance nesta direção. Estamos em uma transição, por isso necessitamos reformar a Constituição para acabar com os enclaves autoritários. E esta transição só terminará quando nós, chilenos, tivermos uma Constituição que nos interprete a todos.

✓ **Você espera alcançar estes objetivos durante o seu mandato?**

LAGOS - Eu gostaria que em meu período possamos resolver estes temas.

✓ **Na Constituição chilena há uma frase que diz ser o exército a garantia da constitucionalidade. Que opinião o senhor tem a respeito?**

LAGOS - Essa frase deve ser modificada. O Chile deve ter uma Constituição democrática e as constituições democráticas não necessitam de garantias especiais.

✓ **As eleições parlamentares que se aproximam serão um divisor de águas?**

LAGOS - Em uma eleição parlamentar, os cidadãos avaliam o que se passou com as reformas constitucionais, com o desempenho da economia, com o desemprego, o que ocorre com a segurança pública e com os temas sociais, em geral. Ou seja, os eleitores dão uma nota ao governo. E não só pelas reformas políticas, mas em função de múltiplas variáveis.



Ricardo Lagos: 'Em nosso país o general Pinochet está em condições de ser submetido a julgamento'

✓ Desde o retorno de Pinochet o mundo está de olhos no Chile. Como vê este regresso?

LAGOS - É a culminação de um processo que transcorreu de acordo com o sistema judicial inglês. Eles aplicaram normas inglesas, que são diferentes das do Chile. Em nosso país o general Pinochet está em condições de ser submetido a julgamento. A menos que um juiz diga que não está, por não ter saúde mental.

✓ Então, dependendo da saúde, começará o processo?

LAGOS - Será um juiz quem determinará se devem ser feitos exames ou não e em que consistirão estes exames.

✓ Mas o seu governo fará pressão nesse sentido?

LAGOS - Como presidente e como governo, devo assegurar que a justiça seja igual para todos, humildes ou poderosos. Portanto, minha obrigação é velar para que não haja nenhuma pressão sobre os juízes nem sobre os tribunais. Que sejam livres para decidir. Se houver pressão, eu vou denunciar.

✓ Mas ocorre que no Chile, lamentavelmente, houve um juiz que tratava de buscar a verdade sobre as violações aos direitos humanos e quisera pará-lo. E havia um processo

para tirar certos juízes "impróprios" da Suprema Corte e também pressões do exército...

LAGOS - A situação a que você se refere pode ter ocorrido no passado. Mas, após o que sucedeu com Pinochet na Inglaterra, o Chile tem que ser muito cuidadoso. O país tem que permitir a atuação de suas instituições, e o Poder Judicial tem que ser independente para fazer o que tem de fazer.

✓ Então o senhor garante que não haverá, como antes, pressão por parte do exército ou dos grupos de direita?

LAGOS - Se o fizerem, estariam se colocando fora da lei. Todos temos que respeitar a lei e aceitar o que digam os tribunais.

✓ Não obstante, o senhor deve saber que existe desconfiança em nível mundial em relação ao sistema judicial chileno.

LAGOS - Toda transição de uma ditadura para uma democracia é difícil. Mas devo lembrar que no Chile está preso o chefe da polícia secreta e há generais detidos, que estão sendo investigados. Não são muitos os países que podem dizer isto. Mas é verdade que há muitas tarefas pendentes, em particular no terreno dos direitos humanos. Mais de mil chilenos foram detidos pela ditadura e desapareceram. Encontrar os seus restos é uma tarefa muito importante.

✓ Comentava-se recentemente em Santiago que a Mesa de Diálogo vai concluir suas deliberações sem que tenha dado frutos concretos sobre o destino dos desaparecidos. O senhor espera continuar esse processo?

LAGOS - A Mesa de Diálogo - que é formada por militares e advogados das vítimas - foi muito importante. Eu gostaria que em meu período presidencial ela continuasse. Outra Mesa de Diálogo que aspiro a organizar é com a comunidade mapuche (com mais de um milhão de indígenas), com o objetivo de encontrar uma saída para os graves problemas de pobreza e marginalidade em que eles vivem.

✓ Artistas denunciaram que houve umas 400 mil pessoas torturadas durante o regime de Pinochet. Há cifras oficiais?

LAGOS - São mil pessoas desaparecidas, aproximadamente. Os restos mortais de algumas foram encontrados, de outras não. É, pois, uma tarefa muito importante chegar a conhecer o que de fato aconteceu. Durante o governo do presidente Alwin foi criada uma comissão, a "Verdade e Reconciliação", que estabeleceu o que tinha ocorrido em matéria de assassinatos de pessoas desaparecidas. Houve também muitas denúncias de tortura, mas não foi possível fazer um levantamento, que eu saiba, de quantos foram os torturados.

✓ Durante a campanha eleitoral, o seu adversário, Dr. Lavín, esteve de acordo com a premissa de que o general



“Estamos caminhando para um mundo em que todos nós, em qualquer canto que possamos nos encontrar, somos obrigados a respeitar os direitos humanos”

Pinochet deve ser julgado no Chile. Como vê esse fato? Está havendo uma renovação na direita?

LAGOS - Gostaria de poder acreditar que a direita está pensando de uma forma mais democrática, aceitando, por exemplo, a reforma da Constituição. Quanto ao fato de o general Pinochet vir ou não a ser submetido a julgamento, é uma questão que só aos tribunais cabe decidir. Não aos políticos.

✓ **Durante o período em que Pinochet esteve retido em Londres, o país ficou mais livre de sua influência?**

LAGOS - Minha percepção é que vimos em funcionamento nesse tempo aspectos do século XXI, com a globalização funcionando também no terreno da Justiça. A globalização não se pode limitar ao âmbito financeiro. No século XXI, o mundo vai estar muito mais inter-relacionado.

✓ **À luz do resultado das eleições, há quem diga que o Chile caminha para um sistema bipartidário, como nos Estados Unidos...**

LAGOS - Não é assim. No Chile sempre houve 4 ou 5 partidos. Acontece que às vezes, como aconteceu na última eleição, esses partidos formam coligações, e acabam se transformando em dois grandes pólos, abrangendo partidos maiores e menores.

✓ **O senhor aspira a adotar o mesmo sistema econômico dos governos anteriores da Concertação?**

LAGOS - Hoje o mundo todo aceita a economia de mercado como modelo que gera recursos. O que eu acredito que de forma crescente o mundo não aceita mais é que o mercado também nos diga como deve ser a nossa sociedade. Há certos bens e serviços que a sociedade entende devem estar a serviço de todos, como o sistema de saúde e o sistema educativo. E para ser assim não podem estar controlados pelo mercado. Até podemos usar técnicas de mercado nesses terrenos. Mas aquele que não tem dinheiro também deve ter direito à saúde e à educação.

✓ **É algo parecido com o que propõe a social-democracia europeia?**

LAGOS - Temos uma boa relação com os sociais-democratas europeus. Eu, pessoalmente, tenho participado ativamente da Internacional Socialista, com Felipe González, da Espanha, Lionel Jospin, da França; Gerhard Schröder, da Alemanha, etc.

✓ **Nos anos 50 e 60 houve uma profunda confrontação ideológica na esquerda chilena. E hoje?**

LAGOS - Houve, de fato, nos anos 50, 60 e até o início dos

anos 70 conflitos ideológicos muito fortes. O resultado foi que todos perdemos o sistema democrático. Hoje esse enfrentamento está superado.

✓ **O senhor é o primeiro socialista a governar o Chile desde o golpe de Estado de 1973. Qual é a maior diferença entre o seu governo e o de Salvador Allende?**

LAGOS - A principal diferença é que o mundo mudou. O mundo da época da Guerra Fria e o de hoje não têm nada em comum. Hoje o sistema é muito mais global. Há 30 anos era mais autárquico.

A aceitação do mercado, fornecendo recursos também, não acontecia há 30 anos. Hoje nós continuamos a procurar mais liberdade e igualdade, mas as ferramentas são outras porque a realidade mundial é diferente.

✓ **O caso Pinochet se transformou em um problema mundial. Poderá ter conseqüências com outros ditadores?**

LAGOS - No Chade houve um ditador, que estava morando no Senegal, onde agora está sendo submetido a julgamento. Os analistas dizem que houve muita influência do caso Pinochet nisso.

PINOCHET

A história política do Chile no último quarto de século tem sido marcada por acontecimentos de enorme repercussão não só interna mas, também, internacional. Entre eles, a vitória dos socialistas pela coalizão Unidade Popular, em 1970, a derrocada do governo de Salvador Allende e a instalação, em setembro de 1973, de uma monstruosa ditadura que sob o comando de Augusto Pinochet deixou uma marca de crimes hedion-

dos; e a reação democrática que levou à vitória a aliança da esquerda e os democrata-cristãos e assegurou o retorno dos socialistas ao poder, com a eleição do seu líder Ricardo Lagos. Essa coalizão foi triunfante em duas eleições anteriores, elegendo os democrata-cristãos Patricio Aylwin em 1989 e Eduardo Frei, em 1993, que agora terminou o seu mandato.

Lagos encontra um país traumatizado pela herança trágica da ditadu-

✓ Como o senhor vê o sistema de extraterritorialidade jurídica? É a favor desse sistema?

LAGOS - A Corte Penal Internacional, de acordo com o Tratado de Roma, defende esse ponto de vista. Eu acredito que o fato de poder julgar certos crimes contra a Humanidade em qualquer parte do mundo é um avanço. Estamos caminhando para um mundo em que todos nós, em qualquer canto que possamos nos encontrar, somos obrigados a respeitar os direitos humanos.

✓ Mas para Pinochet ainda não valeu essa norma...

LAGOS - Ainda não. Daí o fato de o Chile dizer que se houve crimes cometidos no país, é aqui que vamos julgá-lo.

✓ Segundo as pesquisas, 77% dos chilenos pensam que Pinochet deveria renunciar ao Senado e se retirar da política. O senhor concorda?

LAGOS - Essa é uma decisão que cabe ao próprio Pinochet, mas que reflete uma opinião majoritária do país. As pessoas sabem que o general é um personagem que divide o país, por isso querem que ele se retire.

✓ Qual o destino do Chile? O Pacto Andino, o Nafta ou o Mercosul?

LAGOS - O mais importante é sermos capazes de avançar numa relação mais estreita com nossos vizinhos. Todos os países começam a fazer política exterior a partir de sua região.

Nossa região é a América Latina. Mas são importantes também acordos de livre comércio com os Estados Unidos, a Ásia, o Japão, porque são parceiros muito importantes..

✓ Uma vez eleito, o sr. disse que o Chile deveria ser membro permanente do Mercosul, o que há de concreto nisso?

LAGOS - Gostaria de inserir o Chile no Mercosul, mas acho que ainda há problemas relacionados às tarifas alfandegárias. O Chile tem tarifas muito baixas, e os países do Mercosul têm tarifas alfandegárias muito altas. Harmonizar essas taxas é muito importante. Conversamos com o presidente Fernando Henrique e com o presidente De La Rúa sobre a possibilidade de avançar em outras direções. Por exemplo, ter uma pequena Maastricht, que seria a harmonização das políticas econômicas e financeiras. Ou seja, que os países da América Latina estabeleçam normas para uma maior responsabilidade fiscal e monetária.

✓ Quer dizer que teria que se estabelecer um novo sistema para institucionalizar-se o Mercosul de outra maneira?

LAGOS - É possível estabelecer um cronograma para avançar em direção a tarifas alfandegárias parecidas, e, sobre esse cronograma, chegar ao status de membro definitivo do Mercosul.

Gostaria de ser membro permanente do bloco, mas há de haver compatibilização com a realidade econômica. O Mercosul é um projeto político e estratégico.

Um réu já condenado

ra e pelos acontecimentos que resultaram na prisão, em Londres, do ex-ditador Augusto Pinochet. Recentemente, uma doença em que se baseou a permissão de retorno ao Chile do ex-ditador por "motivos humanitários", a comprovação, na sua chegada a Santiago, de que a enfermidade não tinha a gravidade alegada, o aparato militar na sua recepção e, por último, a posse de Lagos em meio ao grande debate sobre o julgamento do déspota pela Justiça chilena.

Mais do que isso: as preocupações causadas pela posição pinochetista dos comandos militares e a sua recepção em evidente desafio à autoridade do poder civil. A posição do presidente da República, como confirma a entrevista que publicamos com exclusividade, tem sido firme e clara. A Justiça chilena terá todo o seu apoio para levar adiante o processo e, posteriormente, o julgamento de Pinochet. E é necessária a suspensão da imunidade do ex-ditador como senador vitalí-

cio para que seja processado. O teste de lealdade dos militares ao poder constituído está próximo, quando se exigir o respeito às decisões da Justiça.

Do ponto de vista do julgamento de Pinochet, este já está feito. Para o mundo - e as exceções são mínimas, incluindo a Sra. Thatcher - o ditador já está julgado e irremediavelmente condenado. Para milhões de pessoas ele é hoje um réu ainda aguardando sentença final, o símbolo de uma tirania cruel, responsável pelo assassinato, a tortura e o degredo de milhares de patriotas. Porta-vozes de



Pinochet na chegada ao Chile

inúmeros governos consideram o caso nestes termos e registram como um fato altamente positivo na defesa dos direitos humanos o repúdio moral à ação de Pinochet e a exigência de sua condenação formal.



“O caso do trabalhador informal é um desafio. Hoje, as pessoas que estão no sistema informal recebem uma compensação assistencial de graça”

✓ O Chile empreende negociações de livre comércio com a Coreia do Sul, e pode fazer a mesma coisa com o Japão. Mas o Japão está receoso. Qual é sua opinião a respeito?

LAGOS - Gostaria de avançar na direção de acordos que nos permitam incrementar nossos contatos com o Japão. O Chile pode ser uma grande porta de entrada para a América Latina, e vemos no desenvolvimento de nossos laços com o Japão uma forma de melhorar nossa relação com a Ásia.

✓ No próximo ano vai acontecer uma reunião de cúpula da Ásia e da América Latina, em Santiago, e em 2004 a cúpula da Associação de Cooperação Econômica do Pacífico (Apec). Como o sr. avalia este protagonismo do Chile?

LAGOS - O mais importante é que o Chile tem mais de 4.000 quilômetros de costa voltada para o Pacífico e deve aproveitar essa oportunidade. O fluxo do comércio começa a deslocar-se para o Pacífico, que será palco do crescimento mais rápido do comércio internacional. Então, o Chile pode ser uma ponte entre o Sudeste asiático e os países do Mercosul. Acho que isso é o mais importante que eu como presidente devo tentar realizar.

✓ Em que situação recebe seu governo no que diz respeito às relações fronteiriças do Chile com seus vizinhos?

LAGOS - Com a Argentina os problemas estão solucionados, o que é muito importante. Com relação ao Peru, acredito que termos resolvido a questão de Arica nos permite agora desfrutar comumente do oceano Pacífico. Além disso, nós temos investimentos no Peru, e estamos contentes com isso. Igualmente temos investimentos na Argentina, no Brasil e em outros países da América Latina, e assim se faz a integração.

✓ A retirada das minas antipessoais das fronteiras confirma essa tendência?

LAGOS - Significa que as dificuldades do passado terminaram. Há relações fluidas e essas minas, colocadas sob a ameaça de guerra, serão retiradas para construirmos a paz.

✓ Muita gente diz que a ordem mundial está encabeçada pelos Estados Unidos. No entanto, continuam aparecendo novos pólos, como a Comunidade Européia, Asiática, etc. O sr. acha que a América Latina pode se constituir em outro pólo?

LAGOS - Um polozinho (diz, rindo). Evidentemente há grandes regiões. A União Européia é um mundo, o Sudeste

asiático é outro mundo, Japão, Coreia, Taiwan, Cingapura, China, e o tremendo crescimento da China, o enorme crescimento do Japão, depois da Segunda Guerra Mundial. Então, tudo isso acabou construindo três grandes blocos econômicos. O Chile tem um comércio muito equilibrado com esses três blocos.

✓ Qual sua opinião sobre a Alca?

LAGOS - Acho que a Alca tem ainda de caminhar muito para poder se tornar realidade. Mas o Chile quer avançar com os Estados Unidos no Nafta.

✓ Qual é a situação das empresas de previdência privada e das pessoas pobres que não têm acesso a elas?

LAGOS - Estamos estudando esse tema. Efetivamente, nos preocupa que aqueles setores mais pobres, que pagam menos, tenham uma pensão muito baixa, e o Estado tem que pagar pela diferença para chegar à pensão mínima. Até agora o caso não foi apresentado porque não começaram as jubilações em massa. O sistema tem pouco tempo de vida, ainda que as pessoas que já estavam prontas para aposentar-se devessem fazê-lo pelo sistema antigo. O caso do trabalhador informal é um desafio. Hoje, as pessoas que estão no sistema informal recebem uma compensação assistencial de graça, que é muito baixa.

✓ Economicamente o Chile teve um desenvolvimento notável nos últimos tempos, mas os dez anos da Concertação não aumentaram muito a renda da população. Por que a maior parte da renda do país fica com os 10% mais ricos...

LAGOS - Esse é o grande desafio, porque em 10 anos dobramos o Produto Nacional Bruto, mas a distribuição de renda continuou desigual. O desafio para os próximos 10 anos é: dobrarmos a produção mas também mudarmos a distribuição de renda.

✓ E como espera melhorá-lo?

LAGOS - Acho que temos de estabelecer um seguro desemprego e um melhor nível de negociação dos sindicatos que hoje têm muitas dificuldades em negociar seu salário. Temos também de avançar no apoio direto aos mais pobres. ■

¹A primeira entrevista que Lagos concedeu após assumir a presidência foi a Yoshiharu Fujiwara, do jornal japonês 'The Yomiuri Shimbun', que gentilmente foi cedida para cadernos do terceiro mundo. A entrevista foi adaptada pelo jornalista Héctor Escobar e editada pela redação da nossa publicação

MAGIA CULTURAL,
PRAIAS, SOL DIRETO,
BRISA CONSTANTE,
PATRIMÔNIO HISTÓRICO
QUE FAZ
VIAJAR NO TEMPO.



São Luís tem uma economia emergente, quase virgem se comparada às maiores cidades do país. E por isso mesmo oferece oportunidades singulares para pessoas ousadas e com visão empresarial, especialmente no campo do turismo – com a aceleração das obras de infra-estrutura, novos hotéis e tudo mais que está acontecendo a olhos vistos. Só que São Luís tem muitas outras coisas para olhar e se apaixonar. Mesmo o mais determinado empresário vai sentir que veio para esta vida a passeio. Nem sempre a negócios.

E TEM GENTE QUE
VEM SÓ A NEGÓCIOS.



 **PREFEITURA**
Trabalho e Honestidade



JÁ VIU UM JOGO ONDE TODO MUNDO GANHA?

Quando você tenta a sorte em um jogo da Loterj, pode estar mudando a sorte de muita gente. Agora ainda mais: o Governo do Estado estadualizou os bingos e passou a regulamentar, autorizar e controlar esta atividade através da Loterj. Isto significa aumentar em quase o dobro os recursos provenientes do bingo. Recursos para o desenvolvimento social do Estado do Rio. Aqui é assim: você sabe para onde vai o dinheiro do bingo. Agora mesmo, 900 casas populares estão sendo entregues no Trevo das Missões, um prêmio para quem sonhava com a casa própria. Este prêmio pode sair em muitas outras formas, como ambulâncias, reforma de escolas, o que for preciso para tornar melhor e mais digno o dia-a-dia de quem vive em nosso Estado. Loterj. Sorte de quem mora aqui.

GOVERNO DO ESTADO
RJ
RIO DE JANEIRO

Loterj